

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 entra para a história da Cia. Hering por seus desafios sem precedentes, e por marcar nosso aniversário de 140 anos. **Somos uma das empresas mais longevas do Brasil e nossa jornada traduz o empreendedorismo e a busca incessante pela nossa melhor versão, seja na gestão, no relacionamento com os clientes e parceiros, com o meio ambiente e com as comunidades com as quais nos relacionamos.**

Neste ano de 2021, evoluímos na visão traduzida por um plano estratégico que combina construção de marcas, expansão e integração de canais, modernização do nosso **supply chain**, foco no cliente e sustentabilidade. Estes pilares norteiam nossa jornada de transformação digital e cultural para o próximo ciclo. Queremos ampliar a proposta de valor para sermos mais uma vez protagonistas no nosso mercado e fazer a diferença na vida dos nossos clientes.

Como uma empresa tão longeva, não podemos deixar de nos reinventar sempre, mantendo a nossa essência, e de nos preocupar com nosso presente e nosso futuro, assim como de nossas comunidades. **Sendo assim, consideramos os critérios de ESG como balizadores do negócio. Sustentabilidade é jornada contínua, e na Cia. Hering o equilíbrio de relevância dos eixos econômico, social, ambiental e cultural é uma verdade viva em nossas ações, desde nossa fundação.** Em 2020, atualizamos nosso planejamento, integrado à estratégia do negócio, e estruturamos nossa atuação em cinco grandes frentes: Cadeia de Valor, Meio Ambiente, Diversidade, Marcas e Governança.

Concluímos o 4T20 com o Comitê de Sustentabilidade implementado, com a finalização do inventário de emissões da Cia. - que baliza a construção do plano de reduções e neutralização de emissões de gases de efeito estufa - e com a adoção da técnica de análise de ciclo de vida de produto para buscar alternativas mais sustentáveis em nossos processos e produtos. Dois produtos especiais sinalizam esse caminho: as camisetas H+ e Reuse. Lançadas Hering, são produzidas com tecnologia que diminui o consumo de água na manutenção do produto e com resíduos de produção, respectivamente, mantendo os atributos de qualidade e preço pelos quais a marca é reconhecida.

Para 2021, a Companhia fortalece seus compromissos com a publicação de suas metas de longo prazo, e a realização da segunda edição da iniciativa Vestir o Brasil - que capacita jovens de todo país e fomenta o empreendedorismo, em parceria com ONGs referência no País.

Particularizando a visão de comunidades para nossos clientes, procuramos atuar como influenciadores positivos. Seja do ponto de vista de ESG, ou de produtos e serviços, o objetivo é **oferecer a melhor experiência em todos os pontos de contato. Consideramos o cliente como o principal alicerce da nossa evolução cultural.**

Em 2020, a Cia. Hering atingiu 10 milhões de clientes cadastrados e amadureceu a estratégia de NPS, atingindo 70 pontos no 4T20, o que marca apenas o início de nossa trajetória. Evoluímos também nossa plataforma de CRM, que permitiu personalizar as ofertas e customizar as ativações nas lojas e no site, gerando venda incremental de 11% no nosso e-commerce.

O fortalecimento da nossa presença **online** foi uma importante alavanca de transformações - lançamos o **app** da marca Hering, com expressivos resultados de vendas; alcançamos cerca de 100% de cobertura do **pick-up in store** em nossa rede de lojas pelo Brasil; conectamos 5 novos **hubs** de distribuição e ampliamos a capacidade de nosso Centro de Distribuição, para garantir uma experiência cada vez mais fluida.

Além de oferecer uma jornada de compra mais intuitiva e sem fricção, melhorando a usabilidade do **site/app** e experiência, em 2020 evoluímos substancialmente nosso nível de serviço, nossa logística com redução do tempo médio de entrega de 2,4 dias (entrega super expressa em até 4h), além de estruturar o time do SAC, com redução do tempo médio de resposta de 40 minutos para 23 segundos e um SLA em todos os canais de atendimento de 91%. O cenário foi refletido também no Reclame Aqui, onde recuperamos nossa reputação do nível Regular para Bom.

Toda esta conexão com os clientes não seria possível sem boas histórias - contadas através de nossas marcas com propósito. Dentro de seus posicionamentos, cada uma delas possui conexões emocionais com gerações de brasileiros, e reforça, mais uma vez, sua presença na vida dos nossos clientes. A aceleração das vendas digitais resultou em adaptações na velocidade deste diálogo e na dinâmica desta relação.

Os times de P&D, alinhados com nosso núcleo de **sourcing** e indústria, trabalham com grande foco na equação produto certo, no lugar certo com o preço certo. Ao longo dos últimos 6 meses, foram lançadas 20 coleções cápsulas com **time-to-market** de até 3 semanas e **sell-through** médio de 70%. Este é um formato inovador para o modelo de negócios, que visa trazer novidade em tempo real e de maneira mais assertiva, assumindo um calendário de lançamentos baseados em testes **online** e migração dos sucessos para as lojas físicas.

2021 será um ano marcado pela inovação, pela criatividade e pela proximidade de nossas marcas com nossos clientes. Estamos revisitando nossa arquitetura de marcas e redefinindo nosso propósito institucional. A Cia. planeja desenvolver novas linhas e categorias de produtos, por exemplo, explorando o potencial de penetração no varejo brasileiro de moda íntima. Os canais de conteúdo serão fortalecidos, assim como o lançamento de produtos com atributos de sustentabilidade, gerando impacto positivo para as pessoas e comunidades relacionadas à empresa e às marcas.

Para traduzir cada vez mais assertivamente esta experiência de marca, estamos focados em evoluir nosso modelo de negócios e gestão, consolidando uma plataforma digital, integrada e ágil, na qual o cliente é o principal foco. Uma jornada que prevê uso de dados, o aumento da eficiência de sourcing e logística, além do alto nível de serviço para as marcas e parceiros. Em 2020, evoluímos nas frentes de plataforma B2B e na consolidação do **Showroom** Virtual, com gestão do ciclo de pedido (B2C e B2B) e uso de dados nos projetos de planejamento e alocação de produto.

A agenda de digitalização se torna, cada vez mais, prioritária para sustentar o crescimento e a integração dos nossos canais de venda, potencializada pela alta capilaridade da nossa rede de lojas e parceiros e pelos variados modelos de negócio. Conhecer nossos clientes, o que eles procuram e oferecer facilidade de compra a eles tem sido um dos pontos centrais da Cia. para explorar todo potencial de vendas e desenvolver novos projetos.

Em 2021, o plano é evoluir ainda mais na agenda de **supply chain** e gestão de ciclo de vida. A Companhia toma para si um importante desafio: redesenhar a agenda de S&OP, revisar a matriz de **sourcing** e modernizar nosso processo produtivo para consolidar uma cadeia ágil e integrada com uso ampliado de dados e tecnologia sendo cada vez mais diretivo nas recomendações, eficiente nas alocações e abastecimento das lojas, reduzindo **Time to Market** dos lançamentos e mantendo boa disponibilidade de produtos nos canais.

Como uma Cia. com 140 anos de jornada, reconhecemos os desafios que aparecem ao longo do caminho e, canalizamos nossas energias para ultrapassá-los e fazer acontecer nossa história de sucesso. Para todos estes projetos, em 2021, a Cia. terá seu maior investimento da história, totalizando R\$ 131 milhões em Capex. Estes recursos serão direcionados para nossos programas de tecnologia focados na reestruturação da arquitetura de sistemas e dados, desenvolvimento de infraestrutura, plataformas digitais e estratégia de inovação, modernização do parque industrial e logístico, além de melhorias na experiência de loja.

A jornada é desafiadora, intensa e com etapas a serem percorridas, mas, sobretudo, apaixonante e com alcance exponencial. **Tudo isso é alimentado por atitude empreendedora, pensamento sustentável, inovação, gestão de marcas e construção de parcerias duradouras, valores que estão no DNA da empresa há 140 anos e continuarão construindo o futuro.**

DESTAQUES CONSOLIDADOS

| R\$ mil | 2020 | 2019 | Var. 2020/2019 |
|------------------------|------------------|------------------|-------------------|
| Receita Bruta | 1.272.413 | 1.815.626 | -29,9% |
| Mercado Interno | 1.248.126 | 1.773.491 | -29,6% |
| Mercado Externo | 24.287 | 42.135 | -42,4% |
| Receita Líquida | 1.073.495 | 1.549.159 | -30,7% |
| Lucro Bruto | 419.605 | 678.640 | -38,2% |
| Margem Bruta | 39,1% | 43,8% | -4,7 p.p. |
| Lucro Líquido | 342.969 | 214.702 | 59,7% |
| Margem Líquida | 31,9% | 17,9% | 14,0 p.p. |
| EBITDA | 170.005 | 264.657 | -35,8% |
| Margem EBITDA | 15,8% | 17,1% | -1,3 p.p. |
| ROIC (a) | 17,2% | 19,5% | -2,3 p.p. |
| SSS (b) | -23,5% | 2,3% | -25,8 p.p. |

(a) Últimos 12 meses.

(b) SSS do 4T20 considera todas as marcas da Cia. enquanto 4T19 considera apenas Rede Hering (Hering + Hering Kids)

Valores da tabela acima incluem os efeitos do IFRS16.

DESEMPENHO DE VENDAS

| R\$ mil | 2020 | 2019 | Var. 2020/2019 |
|--------------------------------------|------------------|------------------|----------------|
| Receita Bruta - R\$ mil | 1.272.413 | 1.815.626 | -29,9% |
| Receita Bruta Total | 1.272.413 | 1.815.626 | -29,9% |
| Mercado Interno | 1.248.126 | 1.773.491 | -29,6% |
| Mercado Externo | 24.287 | 42.135 | -42,4% |
| Receita Bruta Mercado Interno | 1.248.126 | 1.773.491 | -29,6% |
| Hering | 1.131.637 | 1.585.840 | -28,6% |
| DZARM | 63.108 | 75.973 | -16,9% |
| Outras (1) | 53.381 | 111.678 | -52,2% |

| Participação Mercado Interno | 2020 | 2019 | Var. 2020/2019 |
|------------------------------|------------------|------------------|----------------|
| Multimarcas | 452.256 | 704.840 | -35,8% |
| Franquias | 369.651 | 627.075 | -41,1% |
| Lojas Próprias | 234.461 | 365.829 | -35,9% |
| Webstore | 181.077 | 69.996 | 158,7% |
| Outras (2) | 10.681 | 5.751 | 85,7% |
| Total | 1.248.126 | 1.773.491 | -29,6% |
| Multimarcas | 36,2% | 39,2% | -3,5 p.p. |
| Franquias | 29,6% | 35,4% | -5,8 p.p. |
| Lojas Próprias | 18,8% | 20,6% | -1,8 p.p. |
| Webstore | 14,5% | 3,9% | 10,6 p.p. |
| Outras (2) | 0,9% | 0,4% | 0,5 p.p. |
| Total | 100,0% | 100,0% | - |

(1) Considera a venda de itens de segunda linha, sobras, marca PUC e Folha.

(2) Considera a venda de itens de segunda linha e sobras.

Em 2020 a receita bruta totalizou R\$ 1,3 bilhão, queda de 29,9% versus o mesmo período do ano anterior. O ano foi fortemente impactado pela pandemia do Covid-19 o que resultou em um desempenho negativo das lojas físicas que tiveram muitos períodos com decretos impedindo seu pleno funcionamento. Em contrapartida, um destaque no ano foi o crescimento exponencial do **e-commerce** que encerrou o ano com uma penetração de 14,5% nas vendas totais.

As vendas **mesmas-lojas** ("Same-Store-Sales") ficaram negativas em 23,5% versus 2019, impactadas por grandes períodos de lojas fechadas, lembrando que na segunda quinzena de março todas as lojas da rede tiveram que ser fechadas e foram tomando uma reabertura gradual ao longo do ano.

Lojas próprias

As vendas das lojas próprias totalizaram R\$ 234,5 milhões, queda de 35,9% versus 2019, que apesar do desempenho, tiveram evolução em alguns indicadores como a taxa de conversão que encerrou o ano com crescimento de 5,1 p.p.

Franquias

As vendas para as franquias ("sell-in") totalizaram R\$ 369,7 milhões, queda de 41,1% versus 2019. O cenário instável promovido pelo fechamento parcial de lojas e horários de funcionamento reduzidos, foram detratores para o desempenho do canal. Além disso, com a evolução da pandemia ao longo do ano, tivemos cancelamento e redução de algumas coleções.

Multimarcas

As vendas do canal multimarcas apresentaram declínio de 35,8% no ano. Ao contrário do esperado, esse canal se mostrou altamente resiliente, com baixos níveis de fechamento de clientes ao longo do ano e maior volume e recorrência de compras **sell-in**. Além disso, introduzimos um novo modelo de **go-to-market** 100% digital, tornando a jornada do **showroom** mais intuitiva e amplificando a experiência de compra.

Webstore

As vendas **online** totalizaram R\$ 181,1 milhões, alta de 158,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho está relacionado a grandes iniciativas adotadas ao longo do ano com agendas como a integração do centro de distribuição de operação da **web** com o nosso CD principal, evolução da cauda longa com incremento de sortimento, melhora na usabilidade, amplificação da experiência e consequente aumento do tempo de navegação além do lançamento do **app** de vendas.

Mercado Externo

O mercado externo apresentou retração de 42,4%. Destacam-se nesses mercados aumento da competitividade local e redução do fluxo nos **shoppings**. O mercado externo representa 1,9% do faturamento da Companhia.

REDE DE LOJAS

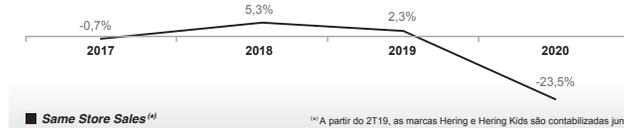
A Companhia encerrou o ano com 778 lojas, das quais 758 no Brasil e 20 no mercado internacional. No ano foram inauguradas 130 lojas. Destaca-se no ano as Mega Lojas (**One-Stop-Shop**), totalizando 6 operações **hub** formato, permitindo uma experiência diferenciada para o consumidor. A loja serve como **núcleo** de distribuição dos pedidos **online** da região, além de contar com todas as modalidades **Omnichannel** e experiência digital, como **lockers** inteligentes para retirada dos pedidos via **QR code**, **mobile checkout** em 100% da equipe de venda e plataforma de personalização de camisetas.

Sendo o processo de reorganização pela qual a Companhia está passando, entendemos que a proposta de valor da marca Hering Kids, com ajustes pontuais na estratégia de comunicação e sortimento de produto, seria suficiente para endereçar o mercado infantil e dessa maneira descontinuou a marca PUC.

DESEMPENHO DA REDE HERING

Em 2020, as vendas da rede Hering totalizaram R\$ 1,1 bilhão, 28,6% abaixo do ano anterior. Apesar da queda de 35,8% no número de atendimentos relacionado ao fechamento de lojas e limitação de circulação, destaca-se o crescimento em número de peças por atendimento junto com o **ticket** médio.

As vendas base **mesmas lojas** ("Same-Store-Sales"), as quais consideram lojas comparáveis abertas há pelo menos 13 meses, incluindo a participação das vendas **online**, caíram 23,5%, reflexo do fechamento de lojas e restrições ocasionados pela pandemia.



Same Store Sales (a)

(a) A partir do 2T19, as marcas Hering e Hering Kids são contabilizadas juntas.

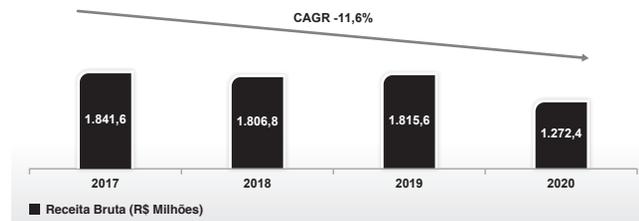
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

| R\$ mil | 2020 | Part. (%) | 2019 | Part. (%) | Var. 2020/2019 |
|---|------------------|---------------|------------------|---------------|----------------|
| Receita Bruta de Vendas | 1.272.413 | 118,5% | 1.815.626 | 117,2% | -29,9% |
| Deduções de Venda | (198.918) | -18,5% | (266.467) | -17,2% | -25,3% |
| Receita Líquida de Vendas | 1.073.495 | 100,0% | 1.549.159 | 100,0% | -30,7% |
| Custo dos Produtos Vendidos | (640.220) | -59,6% | (874.631) | -56,5% | -26,8% |
| Ajuste a Valor Presente | 9.506 | 0,9% | 18.514 | 1,2% | -48,7% |
| Subvenção para Investimentos | 11.411 | 1,1% | 19.824 | 1,3% | -42,4% |
| Depreciação e Amortização | (34.587) | -3,2% | (34.226) | -2,2% | -1,1% |
| Lucro Bruto | 419.605 | 39,1% | 678.640 | 43,8% | -38,2% |
| Despesas Operacionais | (338.431) | -31,5% | (502.407) | -32,4% | -32,6% |
| Vendas | (278.180) | -25,9% | (359.579) | -23,2% | -22,6% |
| Perda pela não recuperabilidade de ativos | (20.398) | -1,9% | (12.197) | -0,8% | 67,2% |
| G&A e Rem. dos Administradores | (52.410) | -4,9% | (61.161) | -3,9% | -14,3% |
| Depreciação e Amortização | (54.244) | -5,1% | (54.198) | -3,5% | 0,1% |
| Outras despesas operacionais | (93.168) | -8,7% | (54.691) | -3,5% | 70,4% |
| Outras receitas operacionais | 159.969 | 14,9% | 39.419 | 2,5% | 305,8% |
| Lucro Operacional | 81.174 | 7,6% | 176.233 | 11,4% | -53,9% |
| Receitas financeiras | 245.849 | 22,9% | 68.450 | 4,4% | 259,2% |
| Despesas financeiras | (62.406) | -5,8% | (35.756) | -2,3% | -74,5% |
| Total resultado financeiro | 183.443 | 17,1% | 32.694 | 2,1% | 461,1% |
| Lucro Líquido Antes de CSLL e IRPJ | 264.617 | 24,7% | 208.927 | 13,5% | 26,7% |
| Impostos Correntes - CSLL e IRPJ | 71.315 | 6,6% | (3.120) | -0,2% | -2.385,7% |
| Impostos Diferidos - CSLL e IRPJ | 7.037 | 0,7% | 8.895 | 0,6% | -20,9% |
| Lucro Líquido | 342.969 | 31,9% | 214.702 | 13,9% | 59,7% |
| Atribuível aos acionistas controladores | 342.969 | 31,9% | 214.702 | 13,9% | 59,7% |
| Lucro básico por ação - R\$ - Atribuível aos acionistas controladores | 2.1382 | | 1.3271 | | 61,1% |
| EBITDA | 170.005 | 15,8% | 264.657 | 17,1% | -35,8% |

Valores da tabela acima incluem os efeitos do IFRS16.

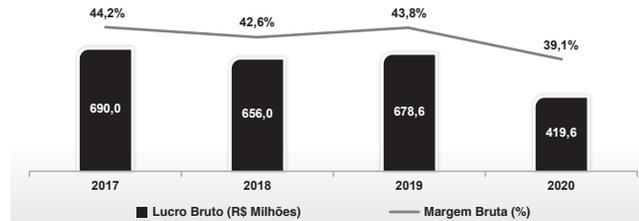
RECEITA BRUTA

A receita bruta atingiu R\$ 1,3 bilhão em 2020, queda de 29,9% versus o mesmo período do ano anterior, explicada pelo fechamento de lojas e consequente redução de fluxo nas lojas. Um destaque positivo foi o desempenho do **e-commerce**.



LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

O lucro bruto da Companhia atingiu R\$ 419,6 milhões em 2020, queda de 38,2% versus 2019. A margem bruta atingiu 39,1%, redução de 4,7 p.p. relacionada a menor diluição de custo fixo e consequente desalavancagem operacional na operação fabril a despeito da redução de 14,5% nestas despesas.



DESPESAS OPERACIONAIS

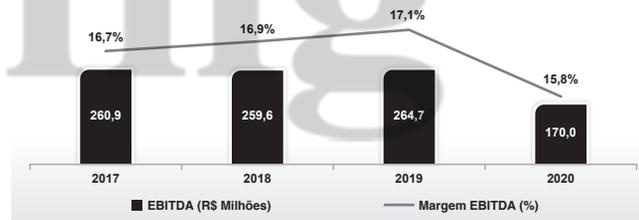
Em 2020, as despesas operacionais atingiram R\$ 338,4 milhões, diminuição de 32,6% em relação a 2019. As despesas foram positivamente impactadas por itens não-recorrentes no montante de R\$ 92,5 milhões em 2020 e R\$ 13,8 milhões em 2019.

Excluindo esses efeitos não-recorrentes a Companhia atingiu o montante de R\$ 431,0 milhões, redução de 16,5% versus 2019, resultado de contingenciamentos, produtividade e realocações de recursos ao longo do ano em todas as esferas da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

No acumulado do ano o EBITDA atingiu R\$ 170,0 milhões, queda de 35,8% versus 2019 e margem de 15,8% com retração de 1,3 p.p.

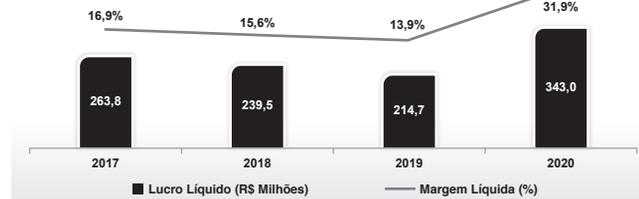
Excluindo os efeitos não-recorrentes, o EBITDA corrente da Companhia, no acumulado do ano, seria de R\$ 77,5 milhões, diminuição de 69,1% e margem de 7,2% com retração de 9,0 p.p.



| Reconciliação EBITDA - R\$ mil | 2020 | 2019 | Var. 2020/2019 |
|--------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Lucro Líquido | 342.969 | 214.702 | 59,7% |
| (+) IR e CSLL | (78.352) | (5.775) | 1256,7% |
| (-) Resultado Financeiro | (183.443) | (32.694) | 461,1% |
| (+) Depreciação e Amortização | 88.831 | 88.424 | 0,5% |
| (=) EBITDA | 170.005 | 264.657 | -35,8% |
| Margem EBITDA | 15,8% | 17,1% | -1,3 p.p. |

LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

Em 2020, o lucro líquido atingiu R\$ 343,0 milhões, aumento de 59,7% versus 2019 impulsionado por créditos fiscais operacionais (1) e aumento no resultado financeiro líquido de R\$ 150,7 milhões, em razão das correções monetárias do crédito presumido de ICMS (2) e PIS e COFINS (3), além do crédito do imposto de renda e contribuição social de R\$ 115,3 milhões.



| RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | | | | | |
|---|--------------------|-----------------------------------|--------------------|------------------|----------------|
| GERAÇÃO DE CAIXA | | | | | |
| Em 2020 a geração de caixa livre foi de R\$ 35,9 milhões, redução de 79,5% versus ano anterior, reflexo do menor resultado operacional. Destaca-se a gestão tempestiva de caixa pela Companhia, incluindo foco na gestão de capital de giro e repriorização de investimentos. | | | | | |
| Var. | | | | | |
| DFC Gerencial Consolidado - R\$ mil | 2020 | 2019 | 2020/2019 | | |
| EBITDA | 170.005 | 264.657 | (94.652) | | |
| Itens Não caixa | (115.670) | 26.721 | (142.391) | | |
| Arrendamentos | (32.444) | (28.158) | (4.286) | | |
| AVP Clientes e Fornecedores | 8.029 | 15.092 | (7.063) | | |
| IR&CS Corrente | (37.673) | (3.120) | (34.553) | | |
| Investimento em Capital de Giro | 90.651 | (35.036) | 125.687 | | |
| Contas a receber de clientes | (3.405) | 3.275 | (6.680) | | |
| Estoques | (41.937) | (5.683) | (36.254) | | |
| Fornecedores | 61.511 | (20.901) | 82.412 | | |
| Outros | 74.482 | (11.727) | 86.209 | | |
| CapEx | (46.990) | (64.684) | 17.694 | | |
| Geração de Caixa Livre | 35.908 | 175.471 | (139.564) | | |
| REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS | | | | | |
| Os proventos relativos ao exercício de 2020 totalizaram R\$ 87,0 milhões, representando "payout" de 25% do lucro líquido da Companhia. | | | | | |
| Proposta de distribuição de proventos | | | | | |
| | R\$ milhões | R\$ por ação⁽¹⁾ | Aprovado em | Data base | Pago em |
| Juros Sobre o Capital Próprio | 35,3 | 0,2196 | 30/06/2020 | 06/07/2020 | 18/11/2020 |
| Dividendos | 16,7 | 0,1052 | 10/12/2020 | 16/12/2020 | 30/12/2020 |
| Juros Sobre o Capital Próprio | 18,3 | 0,1153 | 10/12/2020 | 16/12/2020 | 30/12/2020 |
| Total Proventos pagos | 70,3 | 0,4401 | | | |
| Payout ratio | 21% | | | | |
| Dividendos complementares⁽²⁾ | 16,6 | 0,1049 | | | |
| Total proventos | 87,0 | 0,5450 | | | |
| Lucro líquido do exercício - controladora | 343,0 | | | | |
| Payout ratio | 25% | | | | |
| ⁽¹⁾ Valor por ação líquido das ações em tesouraria quando aplicável. | | | | | |
| ⁽²⁾ Complemento para dividendo mínimo obrigatório, cuja data de pagamento será definida e aprovada em Assembleia Geral. | | | | | |

PROGRAMA DE RECOMPRA

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05/02/2020, o Conselho aprovou um novo programa de Recomprou de Ações que autoriza a aquisição de até 1,4 milhão de ações, correspondendo a 1,17% do total de ações em circulação ("free float"), com vigência até 05/02/2021. Em 2020 foram recompradas 3.750.156 ações.

ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia está apresentando na tabela abaixo, o orçamento de capital para o exercício de 2021, em entendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009.

A Administração está propondo a retenção de R\$ 240.088 do lucro líquido do exercício de 2020, para fazer frente aos investimentos previstos pela Companhia para o ano de 2021 e para reforço do capital de giro.

| Orçamento de Capital e Capital de Giro - R\$ mil | | |
|--|--|----------------|
| I - Investimento em ativos | | 131.172 |
| - TI | | 84.000 |
| - Lojas | | 25.756 |
| - Indústria | | 18.416 |
| - Outros | | 3.000 |
| II - Capital de giro | | 108.916 |
| Total Geral | | 240.088 |
| Fontes de Financiamento (Reserva de Retenção de Lucros) | | 240.088 |

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Cia. Hering junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do período.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais) | | | | | |
|---|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Notas | Controladora | | Consolidado | | |
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | |
| Receita operacional líquida | 27 | 1.073.495 | 1.549.159 | 1.073.495 | 1.549.159 |
| Custo dos produtos vendidos | 28 | (653.890) | (870.519) | (653.890) | (870.519) |
| Lucro bruto | | 419.605 | 678.640 | 419.605 | 678.640 |
| Recursos (Despesas) operacionais | | | | | |
| Vendas | 29 | (278.180) | (359.579) | (278.180) | (359.579) |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | 24.a(ii) | (20.398) | (12.197) | (20.398) | (12.197) |
| Administrativas e gerais | 30 | (43.537) | (51.778) | (43.879) | (51.971) |
| Honorários da administração | 20 | (8.111) | (8.802) | (8.531) | (9.190) |
| Depreciação e amortização | | (54.244) | (54.198) | (54.244) | (54.198) |
| Outras despesas operacionais | 31 | (93.143) | (54.669) | (93.168) | (54.691) |
| Outras receitas operacionais | 31 | 159.969 | 39.419 | 159.969 | 39.419 |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos | | 81.961 | 176.836 | 81.174 | 176.233 |
| Receitas financeiras | 32 | 245.471 | 68.381 | 245.849 | 68.450 |
| Despesas financeiras | 32 | (62.712) | (35.835) | (62.406) | (35.756) |
| Recursos (Despesas) financeiras líquidas | | 182.759 | 32.546 | 183.443 | 32.694 |
| Equivalência patrimonial | 12 | (103) | (455) | - | - |
| Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social | | 264.617 | 208.927 | 264.617 | 208.927 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 33 | 71.315 | (3.120) | 71.315 | (3.120) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 33 | 7.037 | 8.895 | 7.037 | 8.895 |
| Lucro líquido do exercício | | 342.969 | 214.702 | 342.969 | 214.702 |
| Atribuível aos: | | | | | |
| Acionistas controladores | | 342.969 | 214.702 | 342.969 | 214.702 |
| Lucro por ação atribuível aos acionistas controladores - R\$ | | | | | |
| Básico | 34 | | | 2,1382 | 1,3271 |
| Diluído | 34 | | | 2,1061 | 1,3025 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

| Ativo | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 467.431 | 364.423 | 467.842 | 364.824 |
| Contas a receber de clientes | 7 | 431.773 | 441.479 | 431.802 | 441.508 |
| Estoques | 9 | 373.266 | 322.824 | 373.266 | 322.824 |
| Impostos a recuperar | 10 | 140.218 | 63.233 | 140.224 | 63.239 |
| Outras contas a receber | 8 | 12.092 | 17.348 | 12.092 | 17.348 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 24.e | - | 1.419 | - | 1.419 |
| Despesas antecipadas | | 4.054 | 2.453 | 4.054 | 2.453 |
| | | 1.428.834 | 1.213.179 | 1.429.280 | 1.213.615 |
| Não circulante | | | | | |
| Aplicações financeiras restritas | 6 | 5.194 | 5.064 | 5.194 | 5.064 |
| Impostos a recuperar | 10 | 346.261 | 27.399 | 346.261 | 27.399 |
| Impostos diferidos | 11 | 66.463 | 59.041 | 66.463 | 59.041 |
| Contas a receber de clientes | 7 | 3.589 | 10.876 | 3.589 | 10.876 |
| Outras contas a receber | 8 | 30.072 | 28.391 | 30.072 | 28.391 |
| Investimentos empresas controladas | 12 | 2.845 | 2.448 | - | - |
| Imobilizado | 13 | 271.383 | 298.511 | 271.383 | 298.511 |
| Intangível | 14 | 98.857 | 92.973 | 98.857 | 92.973 |
| Ativo de direito de uso | 15 | 89.506 | 75.903 | 89.506 | 75.903 |
| | | 914.170 | 600.606 | 911.325 | 598.158 |
| | | 2.343.004 | 1.813.785 | 2.340.605 | 1.811.773 |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | | |

| Passivo | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 22 | 207.967 | - | 207.967 | - |
| Fornecedores | 23 | 259.701 | 187.008 | 259.701 | 187.008 |
| Salários e encargos sociais | 16 | 35.572 | 36.337 | 35.572 | 36.337 |
| Parcelamentos tributários e previdenciários | | 104 | 369 | 363 | 500 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | | 232 | 136 | 232 | 136 |
| Obrigações tributárias | 17 | 29.402 | 24.690 | 29.407 | 24.694 |
| Provisões para contingências | 19 | 3.120 | 2.420 | 3.120 | 2.420 |
| Outras provisões | 19 | 47.531 | 29.384 | 47.531 | 29.384 |
| Dividendos e juros de capital próprio a pagar | 25.e | 17.614 | 807 | 17.614 | 807 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 24.e | 663 | - | 663 | - |
| Outras contas a pagar | | 11.867 | 19.357 | 9.145 | 17.138 |
| Passivo de arrendamento | 15 | 22.753 | 26.779 | 22.753 | 26.779 |
| | | 636.526 | 327.287 | 634.068 | 325.203 |
| Não circulante | | | | | |
| Parcelamentos tributários e previdenciários | | 1.081 | 1.161 | 1.140 | 1.233 |
| Provisões para contingências | 19 | 13.786 | 12.708 | 13.786 | 12.708 |
| Outras provisões | 19 | 104 | 104 | 104 | 104 |
| Benefícios a empregados | 21 | 6.116 | 5.769 | 6.116 | 5.769 |
| Obrigações por incentivos fiscais | | 490 | 490 | 490 | 490 |
| Outras contas a pagar | | 1.897 | 1.165 | 1.897 | 1.165 |
| Passivo de arrendamento | 15 | 60.706 | 38.704 | 60.706 | 38.704 |
| | | 84.180 | 60.101 | 84.239 | 60.173 |
| Patrimônio líquido | 25 | | | | |
| Capital social | | 381.166 | 381.166 | 381.166 | 381.166 |
| Reserva de capital | | 47.542 | 41.480 | 47.542 | 41.480 |
| Ações em tesouraria | | (66.968) | (1.551) | (66.968) | (1.551) |
| Reservas de lucros | | 1.254.687 | 998.325 | 1.254.687 | 998.325 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | 5.817 | 6.017 | 5.817 | 6.017 |
| Outros resultados abrangentes | | 54 | 960 | 54 | 960 |
| Atribuído aos acionistas controladores | | 1.622.298 | 1.426.397 | 1.622.298 | 1.426.397 |
| | | 2.343.004 | 1.813.785 | 2.340.605 | 1.811.773 |

| DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais) | | | | | |
|---|------------------|--------------------|------------------|--------------------|--|
| Notas | Controladora | | Consolidado | | |
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | |
| Receitas | | | | | |
| Vendas de mercadoria (receita bruta) | 1.272.413 | 1.815.626 | 1.272.413 | 1.815.626 | |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | (20.398) | (12.197) | (20.398) | (12.197) | |
| | 1.252.015 | 1.803.429 | 1.252.015 | 1.803.429 | |
| Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI) | | | | | |
| Matérias-primas consumidas | (228.200) | (315.426) | (228.200) | (315.426) | |
| Custos das mercadorias vendidas | (217.836) | (267.909) | (217.836) | (267.909) | |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais | (398.750) | (455.553) | (399.370) | (456.052) | |
| | (844.786) | (1.038.888) | (845.406) | (1.039.387) | |
| Retenções | | | | | |
| Depreciação e amortização | (88.831) | (88.424) | (88.831) | (88.424) | |
| Valor adicionado líquido gerado pela Companhia | 318.398 | 676.117 | 317.778 | 675.618 | |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | | | |
| Equivalência patrimonial | (103) | (455) | - | - | |
| Receitas financeiras | 245.471 | 68.381 | 245.849 | 68.450 | |
| Outros | 176.193 | 24 | 176.193 | 24 | |
| | 421.561 | 67.950 | 422.042 | 68.474 | |
| Valor adicionado total a distribuir | 739.959 | 744.067 | 739.820 | 744.092 | |
| Distribuição do valor adicionado | | | | | |
| Pessoal | | | | | |
| Remuneração direta | 222.848 | 237.818 | 222.848 | 237.818 | |
| Benefícios | 22.314 | 26.803 | 22.314 | 26.803 | |
| FCTS | 12.347 | 15.070 | 12.347 | 15.070 | |
| | 257.509 | 279.691 | 257.509 | 279.691 | |
| Tributos | | | | | |
| Federais | 32.417 | 139.156 | 32.417 | 139.156 | |
| Estaduais | 43.377 | 47.488 | 43.377 | 47.488 | |
| Municipais | 2.330 | 2.051 | 2.330 | 2.051 | |
| | 78.124 | 188.695 | 78.124 | 188.695 | |
| Remuneração do capital de terceiros | | | | | |
| Juros | 13.289 | 4.828 | 13.289 | 4.828 | |
| Aluguéis | 9.005 | 26.976 | 9.005 | 26.976 | |
| Outros | 39.063 | 29.175 | 38.924 | 29.200 | |
| | 61.357 | 60.979 | 61.218 | 61.004 | |
| Remuneração de capitais próprios | | | | | |
| Juros sobre capital próprio e dividendos propostos | 86.972 | 81.166 | 86.972 | 81.166 | |
| Lucros retidos | 255.997 | 133.536 | 255.997 | 133.536 | |
| | 342.969 | 214.702 | 342.969 | 214.702 | |
| Valor adicionado total distribuído | 739.959 | 744.067 | 739.820 | 744.092 | |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | | |

||
||
||

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------|-----------------|------------------|-----------------|------------------|
| | | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais: | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 342.969 | 214.702 | 342.969 | 214.702 |
| Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais: | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos | 33 | (7.037) | (8.895) | (7.037) | (8.895) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente líquidos | 33 | 37.673 | 3.120 | 37.673 | 3.120 |
| Variáveis monetária, cambial, juros e descontos de arrendamentos | 15 | 13.292 | 4.828 | 13.292 | 4.828 |
| Depreciação e amortização | 13/14/15 | 88.831 | 88.424 | 88.831 | 88.424 |
| Baixa de ativos imobilizados e intangíveis | 13/14 | 5.941 | (170) | 5.941 | (170) |
| Resultado da baixa de arrendamento e fundo de comércio | 15 | 1.009 | 94 | 1.009 | 94 |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | 24 | 20.398 | 12.197 | 20.398 | 12.197 |
| Plano de opção de compra de ações | 26 | 6.062 | 5.498 | 6.062 | 5.498 |
| Equivalência patrimonial | 12 | 103 | 455 | - | - |
| Provisão para ajuste a valor de realização estoques | 9 | (8.505) | 3.001 | (8.505) | 3.001 |
| Provisão para contingências | 19 | 8.018 | 5.744 | 8.018 | 5.744 |
| Benefícios a empregados | 21 | 596 | 357 | 596 | 357 |
| Provisão pela não recuperabilidade de ativo imobilizado | 13 | 3.838 | - | 3.838 | - |
| Crédito Judicial PIS e COFINS | 10.e | (260.486) | - | (260.486) | - |
| Crédito Judicial - IRPJ e CSLL atualização monetária | 10.g | (71.018) | - | (71.018) | - |
| Crédito Judicial - IRPJ e CSLL correntes | 10.g | (108.988) | - | (108.988) | - |
| Variáveis nos ativos e passivos | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | (3.405) | 3.282 | (3.405) | 3.275 |
| Estoques | | (41.937) | (5.683) | (41.937) | (5.683) |
| Impostos a recuperar | | (6.580) | 5.209 | (6.580) | 5.209 |
| Outros ativos | | 3.393 | (6.994) | 3.393 | (6.994) |
| Fornecedores | | 61.511 | (20.901) | 61.511 | (20.901) |
| Contas a pagar e provisões | | (3.258) | (13.427) | (3.195) | (13.512) |
| Imposto de renda e contribuição social | | (1.216) | (2.991) | (1.216) | (3.047) |
| Obrigações tributárias | | 37.753 | 3.301 | 37.869 | 3.497 |
| Dividendos recebidos | 12 | - | 510 | - | - |
| Juros pagos por empréstimos e arrendamento | 15/23 | (5.326) | (4.828) | (5.326) | (4.828) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | 113.631 | 286.833 | 113.707 | 285.916 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento: | | | | | |
| Aumento em investimento | 12 | (500) | (400) | - | - |
| Aquisições de ativo imobilizado | 13 | (21.129) | (48.663) | (21.129) | (48.663) |
| Aquisições de ativo intangível | 14 | (23.483) | (10.961) | (23.483) | (10.961) |
| Aquisições de ativos de direito de uso | 15 | (2.378) | (5.060) | (2.378) | (5.060) |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimento | | (47.490) | (65.084) | (46.990) | (64.684) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento: | | | | | |
| Aumento de capital | | - | 11.218 | - | 11.218 |
| Aplicações financeiras | | (130) | (234) | (130) | (234) |
| Juros sobre capital próprio e dividendos pagos | | (70.165) | (171.077) | (70.165) | (171.077) |
| Partes relacionadas | | 566 | 205 | - | - |
| Aquisição de ações para tesouraria | 25.b | (65.417) | - | (65.417) | - |
| Pagamento de principal de arrendamento | 15 | (27.987) | (23.247) | (27.987) | (23.247) |
| Empréstimos tomados | 22 | 200.000 | - | 200.000 | - |
| Alienação de ações em tesouraria, pelo exercício de opção de compra | 25.b | - | 6.392 | - | 6.392 |
| Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento | | 36.867 | (176.743) | 36.301 | (176.948) |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | | 103.008 | 45.006 | 103.018 | 44.284 |
| Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa | | | | | |
| No início do exercício | | 364.423 | 319.417 | 364.824 | 320.540 |
| No fim do exercício | | 467.431 | 364.423 | 467.842 | 364.824 |
| | | 103.008 | 45.006 | 103.018 | 44.284 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Cia. Hering com sede em Blumenau, Santa Catarina, e unidades de produção nos Estados de Santa Catarina e Goiás, foi fundada em 1880 e tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral. As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código HGTX3. • **Coronavírus (COVID-19)** - A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, declarou como pandemia o surto do novo coronavírus (COVID-19). O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia mantém acompanhamento periódico de suas operações, através de seu Comitê de Crise, formado pela Administração e um grupo de líderes de diversas áreas, e vem tomando as medidas necessárias para minimizar o impacto do surto da COVID-19, preservar a integridade e saúde dos nossos colaboradores - nossa prioridade absoluta, bem como a garantir a sustentabilidade da nossa rede e do nosso negócio. Desde o fechamento das lojas físicas, iniciado a partir de 19 de março, monitora de forma constante a evolução da pandemia das legislações pertinentes nas cidades nas quais possui operação. Com base nessa análise e seguindo as normativas de cada região, reiniciou gradualmente a reabertura de lojas físicas em localidades específicas. Atualmente 100% das lojas físicas (lojas próprias e franquias) da Companhia já retomaram suas atividades comerciais e encontram-se abertas, seguindo as regras locais, além da implementação de todas as medidas necessárias de higiene e distanciamento social, de modo a garantir a segurança de todos os envolvidos. Adicionalmente, o centro de distribuição em Anápolis (GO), retornou as atividades no dia 20 de abril, após avaliação criteriosa de dados e a adoção de uma série de medidas, como o uso obrigatório de máscaras e medição de temperatura de todos os colaboradores. O centro de distribuição de Blumenau (SC), permaneceu operando com capacidade reduzida com foco nas operações de e-commerce e key accounts. Além disso, a administração da Companhia tomou as seguintes principais medidas relacionadas ao enfrentamento da crise provocada pela pandemia da COVID-19: (i) adoção de trabalho remoto (home office) para as áreas administrativas, fechamento das fábricas e das lojas em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes, suspensão de viagens e eventos e realização de showroom virtual, doações de máscaras, doações de uniformes para hospitais e das camisetas com amor que arrecadaram fundos para compra de respiradores; (ii) adoção de medidas de fortalecimento do Caixa com monitoramento diário da necessidade

de caixa, renegociação de fornecedores para postergação de pagamentos e redução de valores contratuais futuros, renegociação das despesas de custo de ocupação de lojas, contingenciamento de despesas e investimentos, revisão do volume de produção e compras, captação de empréstimos para Capital de Giro (R\$ 120.000 em março e R\$ 80.000 em abril de 2020); (iii) adesão às medidas de assistência governamental como postergação do recolhimento do PIS/COFINS, Contribuição Previdenciária, parcelamento do FGTS, redução das alíquotas da contribuição aos serviços sociais autônomos; (iv) adesão ao programa emergencial de manutenção do emprego e renda nos termos da Lei nº 14.020 de 07 de julho de 2020, aplicando nos meses de abril a junho redução de 25% na jornada e salário base, e/ou (ii) suspensão do contrato de trabalho com a manutenção de benefícios e ajuda compensatória da Companhia de 30% sobre o salário bruto para Indústria, CD e Lojas. A Companhia realizou um conjunto de análises sobre o impacto do COVID-19, que envolveu (i) a revisão da vida útil dos ativos imobilizados e a revisão das premissas do teste anual de impairment, cuja análise demonstrou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de ativo imobilizado conforme descrito na nota explicativa 13; (ii) análise da realização dos impostos diferidos, resultando em alongamento do período de realização do crédito, conforme nota explicativa 11; (iii) análise da classificação e contabilização de arrendamento mercantil, devido aos descontos concedidos pelos arrendadores no valor do aluguel mínimo contratual e avaliação da vida útil do ativo de direito de uso, conforme nota explicativa 15; (iv) análise das provisões de riscos e outras provisões; (v) análise de recuperabilidade de instrumentos financeiros, especificamente análise de eventuais perdas de crédito esperadas das contas a receber, cujos impactos estão divulgados na nota explicativa 24; (vi) análise de eventuais perdas por obsolescência de estoques, mantendo-se a política de provisões adotada, considerando a posição de estoques perenes e a política comercial de não realizar estoques abaixo do preço de custo, não houve necessidade de provisão complementar; (vii) análises de continuidade operacional com avaliação de resultados futuros positivos, fluxos de caixa futuros positivos e entre outros e eventos subsequentes. A continuidade das operações e preservação da sustentabilidade da nossa rede e do nosso negócio, é prioridade da Administração da Companhia, e a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. **2. BASE DE PREPARAÇÃO** - (a) **Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), IAS 24/CPC 21, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de março de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. (b) **Base de mensuração** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário. (c) **Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo. (d) **Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e BRGAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são: Nota 3g - Vida útil dos ativos imobilizados; Nota 11 - Realização de imposto de renda diferido; Nota 15 - Classificação e contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil; Nota 19 - Provisão para contingências e outras provisões; e Nota 24 - Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros. **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS** - (a) **Base de consolidação** - As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Cia. Hering e suas controladas a seguir relacionadas:

| | País | Participação (%) | |
|---|---------|------------------|--------|
| | | 2020 | 2019 |
| HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda. | Brasil | 99,99 | 99,99 |
| Hering Internacional SAFI | Uruguai | 100,00 | 100,00 |

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes: • A Companhia incluiu em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de controlar a maioria dos administradores. • Todos os saldos intragrupo, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. • Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades. • Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio. (b) **Moeda estrangeira** - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado. (c) **Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e mensuração** - Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de resultado abrangente; e (iii) valor justo por meio de resultado. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48/IFRS 9, a Companhia avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 são classificados da seguinte forma: **Custo amortizado** - Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixa contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por *impairment* a cada data de balanço. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. São classificados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, com as variações reconhecidas no resultado financeiro. (ii) **Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, outras contas a pagar, dividendos a pagar, passivo de arrendamento e partes relacionadas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "Hedge accounting", nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de hedge. A Companhia designa certos instrumentos de hedge para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes, como hedge de fluxo de caixa. No início da relação de hedge, para a adoção do "Hedge Accounting", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de hedge. Adicionalmente, no início do hedge e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de hedge resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensu-

ração inicial do custo desse ativo ou passivo. A contabilização de "Hedge Accounting" é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento. A nota explicativa 24 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. (d) **Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. (e) **Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente. As perdas de créditos esperadas foram constituídas em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. (f) **Estoques** - São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização dos dois o menor, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade produtiva. As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas sempre que identificados. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. (g) **Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. (ii) **Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para o exercício, foram calculadas utilizando a média ponderada da vida útil dos bens de cada grupo, e estão demonstradas abaixo:

| Descrição | Vida útil média (em anos) |
|--|---------------------------|
| Edifícios e benfeitorias | 31,26 |
| Instalações e equipamentos de produção | 10,04 |
| Móveis e utensílios | 6,21 |
| Bens de informática | 4,67 |
| Veículos | 4,53 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 7,27 |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. (iii) **Custos subsequentes** - O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(h) **Ativo intangível - (i) Reconhecimento e mensuração** - A Companhia possui marcas e patentes e *software* reconhecidos como ativos intangíveis. O valor de marcas e patentes refere-se ao registro das marcas da Companhia junto às entidades nacionais e internacionais competentes, os quais são amortizados segundo o prazo de validade dos registros. O valor de *software*, refere-se aos *softwares* adquiridos de terceiros e gerados internamente que são amortizados pela vida útil definida em laudo de avaliação. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. (ii) **Amortização** - Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

| Descrição | Vida útil média (em anos) |
|-------------------|---------------------------|
| Marcas e patentes | 10,00 |
| Software | 8,48 |

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais, são revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. (iii) **Gastos subsequentes** - Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (i) **Redução ao valor recuperável (impairment) - (i) Ativos financeiros** - Os ativos financeiros são avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidência de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sob condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. (ii) **Ativos não financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. (j) **Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento - (i) Arrendamentos** - Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado para um exercício de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o exercício do contrato; e (iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. Significa que a Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental. Após mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrente de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se a Companhia de que exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento. (ii) **Fundo de comércio** - O fundo de comércio, refere-se ao registro dos pontos comerciais das lojas próprias os quais são amortizados pelo tempo de vigência dos contratos. A amortização do fundo de comércio é calculada sobre o custo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação a vida útil estimada, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil do fundo de comércio está estimada em 5 anos, sendo revista a cada encerramento de exercício e ajustada caso necessário. (k) **Benefícios a empregados** - A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores, diversos benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia concede também os seguintes benefícios: (i) **Planos de benefícios definido** - Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A Companhia possui plano de previdência privada para seus funcionários (planos de benefício definido). Os cálculos atuariais são realizados...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

anualmente por um atuariado qualificado e independente contratado pela Companhia. A obrigação líquida da Companhia quanto ao benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação nas demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximam das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do exercício médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado. Remunerações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*assets ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no exercício em que ocorrem. Remunerações não são reclassificadas para o resultado do exercício em exercícios subsequentes. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes e o custo do serviço e juros no resultado. (iii) **Outros benefícios de longo prazo a empregados** - A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão e planos de saúde é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores, aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no exercício em que surgem. (iii) **Benefícios de curto prazo a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (iv) **Transações do plano baseado em ações e ações restritas** - Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas. O valor justo calculado na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o exercício em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. Em 29 de julho de 2020 a Companhia aprovou um plano de ações restritas. O Programa consiste na concessão, por parte da Companhia, de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da Companhia ("Ações Restritas"), de forma gratuita, com valor total equivalente ao valor do incentivo de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração para cada executivo, no momento da outorga das Ações Restritas e posterior transferência de titularidade. A despesa é registrada em uma base "pro rata temporis" que se inicia na data da outorga, até a data em que a Companhia transfere o direito das ações ao beneficiário. A despesa corresponde a quantidade de ações concedidas multiplicadas pelo valor justo da ação na data da outorga. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota Explicativa 26. (i) **Provisões** - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação "legal" ou "não formalizada", presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. (m) **Ajuste a valor presente** - As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base nas taxas de 0,43% a.m. e 0,38% a.m., respectivamente. Tais índices representam a taxa SELIC do período nas operações de compras e taxa de desconto no pagamento antecipado nas operações de venda. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 97 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 95 dias. O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. (n) **Capital social - (i) Ações ordinárias** - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12. (ii) **Ações em Tesouraria** - Instrumentos patrimoniais próprios que são adquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. (o) **Receita operacional de venda de bens** - A Companhia possui como prática o reconhecimento das suas receitas, levando em consideração a avaliação dos seguintes passos: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho. Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente. A receita operacional decorrente de venda a clientes do varejo e da rede de franquias no mercado nacional e internacional é reconhecida após o faturamento e saída da mercadoria do estabelecimento da Companhia. A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede aos ajustes na receita operacional quando necessário. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. (p) **Incentivos e assistências governamentais - Incentivos fiscais** - Os incentivos e as assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 18. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas - impostos incidentes, nos custos dos produtos vendidos tendo como contrapartida os valores que foram financiados, registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos. (q) **Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos e ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são registrados no resultado através do método de juros efetivos. (r) **Imposto de renda e contribuição social** - Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis. O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa 33. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na

extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. (s) **Resultado por ação** - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. (t) **Informação por segmento** - Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual as demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis. A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de artigos do vestuário e acessórios, como divulgado na nota explicativa 35. (u) **Demonstração do valor adicionado** - A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. 4. **DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO** - Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. (i) **Contas a receber de clientes e outros créditos** - O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. (ii) **Ativos e passivos financeiros não derivativos** - O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. (iii) **Ativos e passivos financeiros derivativos** - Os contratos futuros de câmbio são mensurados a valor justo. (iv) **Transações do plano baseado em ações, liquidável em ações. Programa de stock options** - O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Binomial para o 7º ao 10º programa do Plano de 2008 e 1º ao 3º programa do Plano de 2017. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo. Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas (nota explicativa 26 a). **Programa de ações restritas** - A Companhia mensura o custo de transações a serem liquidadas com ações baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados e premissas mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção e da ação, volatilidade e taxa de juros livre de risco. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 26 b.

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Circulante | | | | |
| Caixa e bancos | 7.876 | 25.317 | 8.287 | 25.718 |
| Caixa e bancos - moeda estrangeira | 70 | 3.258 | 70 | 3.258 |
| Aplicações financeiras: | | | | |
| Renda fixa - CDB | 459.485 | 335.848 | 459.485 | 335.848 |
| | 467.431 | 364.423 | 467.842 | 364.824 |

A Companhia possui valores em caixa, conta corrente e aplicações financeiras em renda fixa - CDB de resgate imediato, sendo a remuneração entre 98,2% a 101,5% da variação do CDI, cujo prazo médio de vencimento é de três meses. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 24. 6. **APLICAÇÕES FINANCEIRAS** - A Companhia mantém em conta bancária própria, o montante de R\$ 5.194 (R\$ 5.064 em 31 de dezembro de 2019) em aplicações de certificados de depósitos bancários - CDB, com rendimento de 99,00% do CDI, que serão mantidas até o vencimento, vinculados ao Plano de Benefício Hering-Prev, para equacionar o resultado deficitário existente no plano, conforme determina a legislação. 7. **CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Circulante | | | | |
| No País | 456.405 | 454.788 | 456.434 | 454.817 |
| No exterior | 14.859 | 16.523 | 14.859 | 16.523 |
| | 471.264 | 471.311 | 471.293 | 471.340 |
| Ajuste a valor presente | (1.437) | (5.542) | (1.437) | (5.542) |
| Perdas de créditos esperadas (nota explicativa 24 a) | (38.054) | (24.290) | (38.054) | (24.290) |
| | (39.491) | (29.832) | (39.491) | (29.832) |
| | 431.773 | 441.479 | 431.802 | 441.508 |
| Não circulante | | | | |
| No País | 3.589 | 10.876 | 3.589 | 10.876 |
| | 435.362 | 452.355 | 435.391 | 452.384 |

O movimento do valor do ajuste a valor presente durante o exercício foi o seguinte:

| | Controladora e Consolidado | |
|------------------------------------|----------------------------|----------------|
| | 2020 | 2019 |
| Saldo no início do exercício | (5.542) | (6.225) |
| Adições | (13.768) | (33.768) |
| Baixas | 17.873 | 34.451 |
| Saldo no final do exercício | (1.437) | (5.542) |

A realização do ajuste a valor presente ocorrerá de acordo com o prazo de recebimento do contas a receber, cujo prazo médio é de 97 dias (85 dias em 31 de dezembro de 2019). A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na nota explicativa 24. 8. **OUTRAS CONTAS A RECEBER**

| | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|---------------|
| | 2020 | 2019 |
| Circulante | | |
| Adiantamento a fornecedores | 1.783 | 28 |
| Adiantamento a funcionários | 2.137 | 3.023 |
| Contas a receber plano de reforma franquias | 1.281 | 6.091 |
| Contas a receber venda de ativo imobilizado (a) | 3.600 | 5.556 |
| Outros | 3.291 | 2.650 |
| | 12.092 | 17.348 |
| Controladora e Consolidado | | |
| 2020 | 2019 | |
| Fomentar - bolsa garantia | - | 838 |
| Depósitos judiciais tributários | 13.162 | 8.131 |
| Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis | 12.504 | 11.602 |
| Contas a receber venda de ativo imobilizado (a) | 2.020 | 5.400 |
| Outros | 2.386 | 2.420 |
| | 30.072 | 28.391 |

(a) O montante é composto, principalmente, pelas vendas das unidades de Encano, Ibrama e Rodeio/SC. 9. **ESTOQUES**

| | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|----------------|
| | 2020 | 2019 |
| Produtos acabados | 111.507 | 137.743 |
| Produtos para revenda | 94.464 | 64.677 |
| Produtos em elaboração | 80.820 | 64.064 |
| Estoque em poder de terceiros | 25.766 | 17.610 |
| Matérias-primas | 54.873 | 43.425 |
| Importações em andamento | 13.789 | 11.763 |
| Provisão para ajuste a valor de realização | (7.953) | (16.458) |
| | 373.266 | 322.824 |

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, bem como sobras de coleções, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização.

Durante o exercício, a provisão para ajuste dos estoques ao valor de realização apresentou a seguinte movimentação:

| | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|-----------------|
| | 2020 | 2019 |
| Saldo no início do exercício | (16.458) | (13.457) |
| Constituição de provisão | (5.039) | (14.962) |
| Reversão de provisão por venda ou baixa | 13.544 | 11.961 |
| Saldo no final do exercício | (7.953) | (16.458) |

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

10. **IMPOSTOS A RECUPERAR** - A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais que estão contabilizados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Circulante | | | | |
| ICMS a recuperar (a) | 41.989 | 40.241 | 41.989 | 40.241 |
| ICMS a recuperar - CIAP | 2.143 | 1.924 | 2.143 | 1.924 |
| IRPJ e CSLL a compensar (b) | 5.056 | 4.817 | 5.056 | 4.817 |
| INSS a recuperar (c) | 1.321 | 4.391 | 1.321 | 4.391 |
| IRRF a compensar | 4.994 | 3.657 | 4.994 | 3.657 |
| PIS e COFINS a recuperar (d) | 2.204 | 4.069 | 2.204 | 4.069 |
| PIS e COFINS s/ imobilizado | 728 | 532 | 728 | 532 |
| Crédito Judicial PIS e COFINS (e) | 76.539 | - | 76.539 | - |
| Outros | 3.459 | 2.516 | 3.465 | 2.522 |
| | 140.218 | 63.233 | 140.224 | 63.239 |

| | Controladora e Consolidado | |
|-----------------------------------|----------------------------|---------------|
| | 2020 | 2019 |
| Não circulante | | |
| IPPU (f) | 2.424 | 2.424 |
| ICMS a recuperar (a) | 18.000 | 12.973 |
| ICMS a recuperar - CIAP | 2.782 | 3.519 |
| PIS e COFINS s/ imobilizado | 5.208 | 4.778 |
| Crédito Judicial PIS e COFINS (e) | 125.963 | - |
| Crédito Judicial IRPJ e CSLL (g) | 187.379 | - |
| Outros | 4.505 | 3.705 |
| | 346.261 | 27.399 |

(a) ICMS a recuperar - Créditos decorrentes do fluxo normal de operações da Companhia em Santa Catarina. (b) IRPJ e CSLL a compensar - A Companhia recolheu imposto de renda e contribuição social com base no balancete de suspensão e redução em 2018. Foram pagas antecipações superiores ao valor apurado no ano. Os valores recolhidos no período foram revertidos para esta rubrica para fins de compensação com o imposto de renda e contribuição social devidos em períodos de apuração futuros. Em 2020 houve atualização do saldo a compensar com base na Selic, no montante de R\$ 133 e uma recuperação de R\$ 106 referente a retificação da ECF 2016 solicitada pela Receita Federal. (c) INSS a recuperar - A Companhia realizou levantamento de crédito de contribuição previdenciária patronal recolhida indevidamente sobre os valores descontados das folhas de pagamento a título de vale transporte e vale refeição do período de junho de 2013 até julho de 2018 e do FAP recolhido a maior no período de abril de 2014 até dezembro de 2015. Em 2019 foi reconhecido novo crédito complementar de R\$ 10.777, sendo R\$ 8.320 de principal e R\$ 2.457 de atualização monetária. Em 2019 foi utilizado para compensação, dos créditos levantados, o montante de R\$ 8.210. Em 2020, houve novos levantamentos de créditos no valor total de R\$ 2.646 (incluindo atualização). Houve compensações em 2020, da ordem de R\$ 5.716. (d) PIS e COFINS a recuperar - A Companhia realizou um levantamento de créditos de PIS e COFINS em 2019, no montante de R\$ 24.286, referente a despesas essenciais não creditadas anteriormente, sendo parte deste montante compensado no exercício. Em 2020 houve novos levantamentos de créditos, no valor de R\$ 7.755. Do valor total dos créditos levantados, compôs-se em 2020 um total de R\$ 9.620. (e) **Crédito Judicial PIS e COFINS** - A Companhia teve em 19 de maio de 2020, a certificação do trânsito em julgado do mandado de segurança, cujo objeto era o pleito da Companhia para reconhecimento dos créditos fiscais decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. Após uma análise criteriosa, levando em consideração a sua situação processual e a circunstância específica pertinente ao caso e considerando o trânsito em julgado que reconheceu o direito à exclusão do valor do ICMS destacado na nota fiscal de saída, a Companhia possui confiança razoável na mensuração dos valores contabilizados, dentro dos limites da parte dispositiva reconhecida e seguindo a análise da documentação fiscal do período e opinião técnica de seus assessores jurídicos. A Companhia avaliou que a entrada de benefícios econômicos é praticamente certa, reconhecendo assim esse crédito como ativo. O valor atualizado do crédito contabilizado em maio de 2020 foi de R\$ 279.540, sendo R\$ 164.024 de principal, reconhecido em outras receitas operacionais e R\$ 115.516 de atualização monetária, reconhecido no resultado financeiro. Sobre a atualização monetária houve a incidência de PIS e COFINS de R\$ 5.372 reconhecidos em resultado financeiro. Referente ao crédito, houve um montante de despesas de honorários de R\$ 13.680 reconhecido em outras despesas operacionais. O período do referido crédito que foi objeto do Pedido de Habilitação junto à Receita Federal do Brasil se estendeu do início da apuração não cumulativa até 31 de março de 2017, uma vez que a partir de abril de 2017, a Companhia já passou a registrar os efeitos no resultado. A Companhia já obteve o deferimento do pedido de habilitação e já iniciou as compensações com outros tributos federais apurados. Até 31 de dezembro de 2020 foi utilizado o montante de R\$ 78.938 em compensações e reconhecido atualização financeira no valor de R\$ 1.900. (f) **Imposto predial e territorial urbano (IPTU)** - A Companhia registrou em 2006, o crédito referente ao IPTU, devido ao ganho da Ação Ordinária, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade nas exigências de IPTU progressivo em relação ao período de 1999 a 2003, com trânsito julgado em 9 de outubro de 2006. O saldo atualizado monetariamente corresponde ao montante de R\$ 2.424, montante que está aguardando a ordem de precatórios junto a prefeitura para crédito à Companhia. (g) **Crédito judicial de IRPJ e CSLL** - O trânsito em julgado foi registrado após baixa ao TRF4 em 28 de setembro de 2020, os efeitos foram reconhecidos em 30 de setembro de 2020. O valor atualizado é de R\$ 178.310, sendo R\$ 101.328 de pagamento a maior, R\$ 72.176 de atualização monetária (reconhecidos na rubrica de impostos a recuperar, tendo como contrapartida no resultado imposto de renda e contribuição social correntes e resultado financeiro respectivamente), e R\$ 4.806 de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos na rubrica de impostos diferidos. Em 31 de dezembro de 2020 houve um complemento do crédito relativo a exclusão dos créditos presumidos de ICMS de Goiás e também um reconhecimento devido ao trânsito em julgado na outra medida judicial dos créditos presumidos de ICMS de Santa Catarina, cujo valor somado e atualizado é de R\$ 13.711, sendo R\$ 7.660 de pagamento a maior, R\$ 6.051 de atualização monetária (reconhecidos na rubrica de impostos a recuperar, tendo como contrapartida no resultado imposto de renda e contribuição social correntes e resultado financeiro respectivamente) e R\$ 1.546 de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos na rubrica de impostos diferidos. Referente ao crédito, houve um montante de despesas de honorários de R\$ 4.481 reconhecido em outras despesas operacionais, e sobre a atualização monetária houve a incidência de PIS e COFINS de R\$ 3.637 reconhecidos em resultado financeiro. Em 2020, não houve compensações, no entanto, houve de atualização monetária (Selic), no montante de R\$ 164. A expectativa de realização dos principais créditos contabilizados no ativo não circulante está demonstrada no quadro abaixo:

| | 2022 | 2023 | 2024 | Total |
|-----------------------------------|----------------|----------------|---------------|----------------|
| ICMS a recuperar (a) | 18.000 | - | - | 18.000 |
| Crédito Judicial PIS e COFINS (e) | 43.241 | 50.931 | 31.791 | 125.963 |
| Crédito Judicial IRPJ e CSLL (g) | 64.324 | 75.764 | 47.291 | 187.379 |
| | 125.565 | 126.695 | 79.082 | 331.342 |

11. **IMPOSTOS DIFERIDOS - (a) Composição** - A Companhia possui créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social do exercício corrente, sem prazo de prescrição, e das adições e exclusões temporárias, como demonstrado a seguir:

| | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|----------------|
| | 2020 | 2019 |
| Ativo | | |
| Prejuízos fiscais e base negativa | 31.054 | 31.256 |
| AVP - clientes e fornecedores | (160) | 1.127 |
| Provisão para contingências | 8.699 | 5.143 |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | 7.439 | 8.259 |
| Provisão para despesas administrativas | 1.272 | 1.278 |
| Provisão para despesas comerciais | 5.590 | 2.887 |
| Provisão para despesas variáveis de vendas | 8.508 | 5.381 |
| Provisão para perda estoques obsoletos | 2.246 | 4.741 |
| Passivo atuarial benefícios a empregados | 2.080 | 1.961 |
| Provisão bens do imobilizado | 1.305 | - |
| Outras diferenças temporárias | 1.661 | 751 |
| Total do ativo | 69.694 | 62.784 |
| Passivo | | |
| Tributos sobre contribuição monetária imobilizado | (2.997) | (3.101) |
| Variação cambial ativa e passiva (líquido) | (408) | 190 |
| Tributos sobre hedge accounting | (26) | (495) |
| Outras diferenças temporárias | 200 | (337) |
| Total do passivo | (3.231) | (3.743) |
| Total líquido | 66.463 | 59.041 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com lucros tributáveis. O registro do crédito tributário está suportado por projeções que demonstram que a Companhia apurará lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes considerados suficientes para a realização de tais valores. Tais projeções foram preparadas com base no plano futuro de negócios, elaborado pela Administração da Companhia, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de dezembro de 2020. Para elaborar as projeções dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza premissas alinhadas com

suas estratégias corporativas, tais como, crescimento da receita e aumento das margens de lucros, no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. De acordo com esse plano de negócios, tais créditos serão realizados até o exercício de 2027. Periodicamente a Administração reavalia o resultado efetivo desse plano de negócio na geração de lucros tributáveis e, consequentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados. A Administração, com base em suas projeções de resultado atualizadas, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados, conforme demonstrado a seguir:

| | |
|---------------|--------|
| 2021 | 1.109 |
| 2022 | 5.080 |
| 2023 | 8.632 |
| 2024 | 13.590 |
| 2025 | 17.246 |
| 2026 | 22.422 |
| 2027 | 1.615 |
| 69.694 | |

As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

(b) Movimentação dos tributos diferidos

| | Controladora e Consolidado | | | | | |
|---|--|--------------|--|---------------|--|---------------|
| | Reconhecido em outros resultados abrangentes | | Reconhecido em outros resultados abrangentes | | Reconhecido em outros resultados abrangentes | |
| | 2018 | 2019 | 2019 | 2020 | 2020 | 2020 |
| Ativo | | | | | | |
| Prejuízos fiscais e base negativa AVP - Clientes e fornecedores | 23.140 | 8.116 | 31.256 | (202) | - | 31.054 |
| Passivo atuarial benefício empregados | 1.072 | 55 | 1.127 | (1.287) | - | (160) |
| Provisões temporárias | 850 | 121 | 990 | 1.961 | 203 | (84) |
| Provisões temporárias | 28.106 | 334 | - | 28.440 | 8.280 | - |
| Passivo | 53.369 | 8.615 | 990 | 62.784 | 6.994 | (84) |
| Total líquido | 49.977 | 8.895 | 169 | 59.041 | 7.037 | 385 |
| | | | | | | 66.463 |

12. INVESTIMENTOS - Abaixo demonstramos um sumário das informações das investidas e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

| | HRG Com. Vest. Intern. de Serviços Finan. Ltda. | | Hering Internac. S.A. - SAFI | |
|---|---|---------|------------------------------|-------|
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 |
| Total de ativos circulante e não circulante | 445 | 2.722 | 3.167 | 2.654 |
| Total de passivos circulante e não circulante | 322 | - | 322 | 206 |
| Patrimônio líquido | 123 | 2.722 | 2.845 | 2.448 |
| Resultado do exercício | (765) | 66 | (699) | (541) |
| Participação no capital em % | 99,99% | 100,00% | - | - |
| Saldo no início do exercício | 388 | 2.060 | 2.448 | 3.013 |
| Aumento de capital | 500 | - | 500 | 400 |
| Dividendos | - | - | - | (510) |
| Equivalência patrimonial | (765) | 662 | (103) | (455) |
| Investimento pela equivalência patrimonial | 123 | 2.722 | 2.845 | 2.448 |

13. ATIVO IMOBILIZADO - (a) Composição da movimentação do custo e depreciação

| | Controladora e Consolidado | | | | | | | |
|-------------------------------------|----------------------------|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|--------------|-----------------|-----------------|
| | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2020 | |
| | Adições | Transfe-rências | Baixas | Adições | Transfe-rências | Baixas | Adições | Transfe-rências |
| Custo: | | | | | | | | |
| Edifícios e benfeitorias | 127.395 | 30 | 760 | (11.691) | 116.494 | - | 2.742 | - |
| Instalações e equipamentos produção | 270.832 | 17.903 | 12.398 | (17.583) | 283.550 | 2.260 | 12.744 | (12.530) |
| Móveis e utensílios | 43.878 | 2.500 | 54 | (3.811) | 42.621 | 2.699 | 416 | (4.086) |
| Bens de informática | 48.237 | 4.299 | 300 | (2.847) | 49.989 | 2.657 | 378 | (908) |
| Veículos | 2.433 | 111 | - | (595) | 1.949 | - | - | (256) |
| Benfeitorias imóveis de terceiros | 70.505 | 256 | 2.958 | (1.576) | 72.143 | - | 2.361 | (15.829) |
| Terenos | 28.995 | - | - | (1.357) | 27.638 | - | - | (2.447) |
| Imobilização em andamento | 17.212 | 23.564 | (18.912) | (202) | 21.662 | 13.513 | (19.616) | (562) |
| 609.487 | 48.663 | (2.442) | (39.662) | 616.046 | 21.129 | (975) | (34.171) | (4.740) |
| Depreciação: | | | | | | | | |
| Edifícios e benfeitorias | (40.398) | (4.019) | - | 4.964 | (39.453) | (3.810) | - | - |
| Instalações e equipamentos produção | (150.786) | (18.451) | - | 14.959 | (154.278) | (18.955) | 10.711 | 543 |
| Móveis e utensílios | (30.356) | (4.493) | - | 3.046 | (31.803) | (3.770) | 3.808 | 148 |
| Bens de informática | (37.943) | (5.030) | - | 2.745 | (40.228) | (4.174) | - | - |
| Veículos | (1.913) | (208) | - | 561 | (1.560) | (122) | - | 256 |
| Benfeitorias imóveis de terceiros | (42.396) | (9.113) | - | 1.296 | (50.213) | (6.672) | 12.570 | 211 |
| (303.792) | (41.314) | - | 27.571 | (317.535) | (37.503) | (975) | (5.941) | (3.838) |
| Saldo Líquido: | | | | | | | | |
| Edifícios e benfeitorias | 86.997 | (3.989) | 760 | (6.727) | 77.041 | (3.810) | 2.742 | - |
| Instalações e equipamentos produção | 120.046 | (548) | 12.398 | (2.624) | 129.272 | (16.695) | 12.744 | (1.819) |
| Móveis e utensílios | 13.522 | (1.993) | 54 | (765) | 10.818 | (1.071) | 416 | (278) |
| Bens de informática | 10.294 | (731) | 300 | (1.02) | 9.761 | (1.517) | 378 | (2) |
| Veículos | 520 | (97) | - | (34) | 389 | (122) | - | - |
| Benfeitorias imóveis de terceiros | 28.109 | (8.857) | 2.958 | (280) | 21.930 | (6.672) | 2.361 | (3.259) |
| Terenos | 28.995 | - | - | (1.357) | 27.638 | - | - | (2.236) |
| Imobilização em andamento | 17.212 | 23.564 | (18.912) | (202) | 21.662 | 13.513 | (19.616) | (562) |
| 305.695 | 7.349 | (2.442) | (12.091) | 298.511 | (16.374) | (975) | (5.941) | (3.838) |

* O montante de R\$ 975 (R\$ 2.442 em 31 de dezembro de 2019) na coluna de transferências, refere-se a créditos de PIS e COFINS sobre imobilizado, de períodos anteriores, que foram reduzidos das contas de ativo imobilizado e acrescentados em impostos a recuperar.

(b) Revisão de vida útil - Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. **(c) Bens dados em garantia e penhora** - Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui bens do ativo imobilizado dados como garantia de incentivos fiscais no montante de R\$ 1.103, conforme demonstrados na nota explicativa 18 c. **(d) Valor recuperável do ativo imobilizado** - O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Administração avaliou a recuperabilidade e identificou a necessidade de constituir provisão de R\$ 2.304, sendo principalmente para ativos utilizados na produção de Jeans localizados na filial de Rio Grande do Norte, pois essa categoria de produto deixará de ser produzida internamente e passará a ser adquirida de fornecedores de sourcing nacional. As atividades industriais da filial de Rio Grande do Norte, exceto de produção de Jeans, foram migradas para a filial de Goiânia, sendo transferidos os ativos imobilizados relativos a essas atividades. Adicionalmente, foi constituído provisão para recuperabilidade de ativos no montante R\$ 1.533 para ativos relacionados a lojas próprias com atividades encerradas e outros itens.

14. INTANGÍVEL**(a) Composição da movimentação do custo e amortização**

| | Controladora e Consolidado | | | | | |
|-------------------------|----------------------------|------------------|--------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2018 | | 2019 | | 2020 | |
| | Adições | *Transfe-rências | Baixas | Adições | Transfe-rências | 2020 |
| Custo: | | | | | | |
| Marcas e patentes | 2.952 | - | - | 2.952 | - | 2.952 |
| Fundo de comércio | 64.731 | - | (64.731) | - | - | - |
| Software | 140.354 | 638 | 23.422 | (259) | 164.155 | 1.564 |
| Intangível em andamento | 20.119 | 10.323 | (23.422) | - | 7.020 | 21.919 |
| 228.156 | 10.961 | (64.731) | (259) | 174.127 | 23.483 | 197.610 |
| Amortização: | | | | | | |
| Marcas e patentes | (2.636) | (84) | - | (2.720) | (73) | (2.793) |
| Fundo de comércio | (51.056) | - | 51.056 | - | - | - |
| Software | (63.135) | (15.558) | - | 259 | (78.434) | (17.526) |
| (116.827) | (15.642) | 51.056 | 259 | (81.154) | (17.599) | (98.753) |
| Saldo Líquido: | | | | | | |
| Marcas e patentes | 316 | (84) | - | 232 | (73) | 159 |
| Fundo de comércio | 13.675 | - | (13.675) | - | - | - |
| Software | 77.219 | (14.920) | 23.422 | - | 85.721 | (15.962) |
| Intangível em andamento | 20.119 | 10.323 | (23.422) | - | 7.020 | 21.919 |
| 111.329 | (4.681) | (13.675) | - | 92.973 | 5.884 | 98.857 |

* O saldo de transferências, em 31 de dezembro de 2019, refere-se a reclassificação de Fundo de Comércio do Intangível para Ativos de Direito de Uso conforme IFRS 16 / CPC 06 R(2) (nota explicativa 15).

(b) Revisão de vida útil - Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. **(c) Valor recuperável de ativos** - O intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Administração revisou as projeções de fluxos de caixa de ativos e não encontrou a necessidade de provisões para valor recuperável de ativos.

15. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO - (a) Ativo de direito de uso - Na adoção inicial a mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo dos contratos.

(i) Composição e movimentação

| | Controladora e Consolidado | | | | | | | |
|------------------------|----------------------------|----------------|---------------------------|-----------------|---------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | Prazo médio em anos | | Saldo inicial em 01/01/19 | | 2019 | | 2020 | |
| | Adições | Baixas | Adições | Baixas | Adições | Remensu-rações | Transfe-rências | Baixas |
| Custo: | | | | | | | | |
| Lojas | 64.176 | 13.983 | (6.751) | 71.408 | 21.948 | 3.372 | - | (6.226) |
| Centro de distribuição | 5.154 | 750 | - | 5.904 | - | 25.764 | 6.432 | (5.912) |
| Edificações | 5.307 | 4.706 | - | 10.013 | 3.060 | - | - | (6.432) |
| Fundo de comércio | 64.731 | 5.060 | (2.194) | 67.597 | 2.378 | - | - | (5.804) |
| 139.368 | 24.499 | (8.945) | 154.922 | 27.386 | 29.136 | - | - | (17.942) |
| Depreciação: | | | | | | | | |
| Lojas | 2 a 5 | - | (20.650) | 1.488 | (19.162) | (21.963) | - | 2.440 |
| Centro de distribuição | 10 | - | (2.993) | - | (2.993) | (4.652) | - | 1.809 |
| Edificações | 5 | - | (1.424) | - | (1.424) | (1.974) | - | - |
| Fundo de comércio | 5 | (51.056) | (6.401) | 2.017 | (55.440) | (5.140) | - | 4.503 |
| (51.056) | (31.468) | 3.505 | (79.019) | (33.729) | - | - | - | 8.752 |
| Saldo Líquido: | | | | | | | | |
| Lojas | 64.176 | (6.667) | (5.263) | 52.246 | (15) | 3.372 | - | (3.786) |
| Centro de distribuição | 5.154 | (2.243) | - | 2.911 | (4.652) | 25.764 | 6.432 | (4.103) |
| Edificações | 5.307 | 3.282 | - | 8.589 | 1.086 | - | (6.432) | - |
| Fundo de comércio | 13.675 | (1.341) | (177) | 12.157 | (2.762) | - | - | (1.301) |
| 88.312 | (6.969) | (5.440) | 75.903 | (6.343) | 29.136 | - | - | (9.190) |

Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. Sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020 não houve alterações em contratos de arrendamentos vigentes. **(b) Passivo de Arrendamento** - Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 81 contratos de locação (73 em 31 de dezembro de 2019) para suas unidades comerciais, industriais e administrativas, os quais foram classificados como arrendamento mercantil operacional. Alguns destes contratos preveem uma despesa de locação variável, incidente sobre as vendas, cujo valor permanece sendo registrado de acordo com a competência da despesa. Para os contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de passivo de arrendamento o valor dos pagamentos futuros de alugueis fixos (líquido de impostos), descontados a uma taxa de juros nominal. Na adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 R(2), a taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 7,5% a.a.. Em 2020 a Companhia avaliou a taxa média ponderada de desconto utilizada e para os novos contratos, a taxa média utilizada foi de 4%.

(i) Composição e movimentação

| | Controladora e Consolidado | | | | | | | |
|--------------------------------|----------------------------|----------|----------|----------|-----------------|----------------|-----------------|-------------------|
| | Saldo inicial em 01/01/19 | | Adições | | Remensu-rações | | Transfe-rências | |
| | Adições | Baixas | Adições | Baixas | Adições | Remensu-rações | Transfe-rências | Juros apropriados |
| Lojas | 64.176 | 13.983 | - | - | (23.552) | - | - | 4.218 |
| Centro de distribuição | 5.153 | 750 | - | - | (1.738) | - | - | 319 |
| Edificações | 5.308 | 4.706 | - | - | (2.785) | - | - | 291 |
| 74.637 | 19.439 | - | - | - | (28.075) | - | - | 4.828 |
| Passivo Circulante: | | | | | | | | 26.779 |
| Passivo não Circulante: | | | | | | | | 38.704 |

(ii) Estimativa de liquidação

| | Controladora e Consolidado | | | | Valor presente dos passivos de arrendamento | |
|--------------------------------|----------------------------|---------------|----------------|-----------------|---|----------------|
| | 2019 | Adições | Remensu-rações | Transfe-rências | Juros apropriados | Baixas |
| Lojas | 53.479 | 21.948 | 3.372 | - | (24.774) | 3.709 |
| Centro de distribuição | 4.484 | - | 25.764 | 4.887 | (5.284) | 344 |
| Edificações | 7.520 | 3.060 | - | (4.887) | (2.091) | 109 |
| 65.483 | 25.008 | 29.136 | - | (32.149) | 4.162 | (8.181) |
| Passivo Circulante: | | | | | | 22.753 |
| Passivo não Circulante: | | | | | | 60.706 |

(iii) Informações adicionais - Para a mensuração do passivo de arrendamento a Companhia adotou a taxa de juros nominal. Para fins de divulgação, conforme Ofício Circular da CVM nº 01/2020, mensuramos o valor do passivo de arrendamento utilizando fluxo nominal x taxa nominal. A diferença apurada entre a forma de cálculo para contabilização (fluxo real x taxa nominal) e a forma imposta pela CVM para divulgação (fluxo nominal x taxa nominal) é considerada pela Companhia imaterial. Em 31 de dezembro de 2020, utilizando como base o fluxo de caixa real, o valor do passivo de arrendamento da Companhia seria de R\$ 112.017, com o efeito líquido de R\$ 6.340. Na adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 R (2) a Companhia entendeu que o valor utilizado para a mensuração do passivo de arrendamento deveria ser líquido de impostos (PIS e COFINS). Diante da manifestação da CVM, onde a mesma cita que o valor considerado para cálculo deve ser bruto, a Companhia realizou o levantamento dos valores e considerou a diferença imaterial. A Companhia aplicou para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o expediente prático previsto na Deliberação CVM nº 859 aprovada pela CMV (Comissão de Valores Mobiliários) em 07 de julho de 2020. Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um "Benefício Relacionado a Covid-19 Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento", que atenda aos requisitos do item 46B, é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando esta Norma se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia adotou o expediente prático para todos os contratos que tiveram benefício concedido

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

(b) **Crédito outorgado Alacadista (GO)**, concede aos estabelecimentos atacadistas um crédito presumido de 3% sobre o valor das operações interestaduais (vendas e transferências) de mercadorias adquiridas para revenda, destinadas à comercialização ou industrialização. Tal crédito é condicionado à contribuição para o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS, no montante de 15% aplicado sobre a diferença entre o valor do imposto apurado com aplicação da tributação integral e o apurado com a utilização de benefício fiscal. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido por Lei Complementar. (c) **Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUIZIR)**, destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de São Luis de Montes Belos-GO. A parcela a ser liberada é utilizada por meio de dedução do pagamento do ICMS devido no mês, sendo que o valor do imposto a recolher relativo às atividades incentivadas, 2% são pagos e 98% constituem o valor do benefício. De cada parcela liberada são feitas duas contribuições para o Fundo do PROTEGE, uma contribuição de 4% estabelecida pelo contrato de concessão do incentivo e outra introduzida pelo Decreto nº 9433/19, sendo de a partir de outubro de 2020 a alíquota de 10%. Além do Protege, são contribuídos, a taxa de antecipação FUNPRODUIZIR, com alíquota de 5% sobre o valor do benefício. As principais obrigações da Companhia pela utilização do benefício compreendem a realização de investimentos em sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, que estão sendo devidamente cumpridas. Pela fruição do benefício, a Companhia ofereceu bens do ativo imobilizado como garantias hipotecárias, cuja valor contábil em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.103, composto por imóveis da Cia. Hering. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2023, conforme estabelecido por Lei Complementar. (d) **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI)** destinado a formação do ativo circulante da unidade situada no município de Pamamirim. Pelo contrato firmado, o prazo de fruição do incentivo é de 360 meses, iniciou em outubro de 2001 e finda em 2031. Os encargos de financiamento consistem em juros de 3% a.a. e atualização monetária conforme variação da TR. Não há valor limite neste benefício. O valor da parcela liberada corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido no mês, e 1% deste montante liberado é quitado integralmente com um prazo de carência de 60 dias. Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia. Este programa foi encerrado em julho de 2019, passando a vigorar, em agosto de 2019, o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI). (e) **Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI)**, a partir de agosto de 2019, sendo extinto o PROADI, a Companhia passou a utilizar o benefício do PROEDI, que consiste no crédito presumido de ICMS de 76,5% até 31 de dezembro de 2032. Como contrapartida a utilização deste benefício a Companhia irá contribuir com o percentual de 0,5% ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDET), e 2,5% para o Fundo de Desenvolvimento Comercial e Industrial do Rio Grande do Norte (FDCI). Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações foram devidamente cumpridas pela Companhia. (f) **TTD - Tratamento Tributário Diferenciado (SC)** para as operações (vendas e transferências) com artigos importados destinados à revenda, que concede crédito presumido de ICMS de 3% sobre o valor das operações interestaduais, de 3% sobre o valor das operações internas destinadas a empresas com regime de apuração normal do ICMS, em que há o destaque do ICMS de 4%, e de 13,4% sobre o valor das operações internas destinadas a empresas optantes do Simples Nacional, em que há o destaque do ICMS de 17%. Tal crédito é condicionado à vedação do aproveitamento de créditos de ICMS pelas entradas, bem como à contribuição de 0,4% sobre o valor das vendas alcançadas pelo benefício para o Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL e para o Fundo de Apoio à Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior. Outras obrigações compreendem o recolhimento pontual dos tributos e controles específicos das movimentações das mercadorias importadas e revendidas, para fins de comprovação do crédito utilizado. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2025, conforme estabelecido por Lei Complementar. (g) **Crédito Presumido Internet (SC)**,

concede, nas vendas interestaduais diretas a consumidor final, realizadas por meio da internet, crédito presumido de ICMS de 10% nas operações com destaque de ICMS de 12%, de 5% nas operações com destaque de ICMS de 7% e de 3% nas operações com destaque de ICMS de 4%. Tal crédito é condicionado à vedação do aproveitamento de créditos de ICMS pelas entradas, bem como à contribuição de 0,4% sobre o valor das vendas alcançadas pelo benefício para o Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido por Lei Complementar. Os incentivos fiscais que a Companhia possui são caracterizados renúncias dos Estados concedentes à tributação e visam o desenvolvimento regional, sendo reconhecidos no mês de competência e contabilizados diretamente no resultado do exercício, na rubrica Deduções da Receita ou Custo dos Produtos Vendidos, em contrapartida no passivo em ICMS a recolher. Os referidos incentivos são excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, o que gerou uma redução de R\$ 33.901 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 49.861 em 31 de dezembro de 2019), demonstrado na nota explicativa 33 b. **19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS PASSIVAS, ATIVOS CONTINGENTES E OUTRAS PROVISÕES** - A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. **Contingências passivas consideradas como perdas prováveis** - Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para riscos, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentado abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

| | Controladora e Consolidado | | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|---------------|----------------------------|---------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Provisões para contingências: | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Trabalhistas (a) | 3.120 | 2.420 | 7.120 | 7.018 |
| Tributárias (b) | - | - | 2.778 | 2.737 |
| Cíveis (c) | - | - | 3.888 | 2.953 |
| | 3.120 | 2.420 | 13.786 | 12.708 |
| Outras Provisões: | | | | |
| Despesas comerciais (d) | 42.236 | 24.431 | - | - |
| Despesas administrativas (e) | 5.224 | 4.882 | 104 | 104 |
| Provisão para participação nos resultados (f) | 71 | 71 | - | - |
| | 47.531 | 29.384 | 104 | 104 |
| Total | 50.651 | 31.804 | 13.890 | 12.812 |

(a) **Trabalhistas** - consistem principalmente nos pedidos de representantes e empregados que reconhecem um possível vínculo empregatício e indenizações por acidente de trabalho. Existem também demandas judiciais reclamando o adicional de insalubridade que supostamente teriam direito alguns empregados além de reclamações por responsabilidade solidária da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 12.476 (R\$ 11.574 em 31 de dezembro de 2019), conforme nota explicativa 8. (b) **Tributárias** - refere-se às discussões judiciais relativas ao INSS maternidade e Taxa coleta de lixo para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante e Auto de infração de IRPJ e CSLL. (c) **Cíveis** - refere-se à ação indenizatória e reclamações vinculadas às operações normais da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 28 (R\$ 28 em 31 de dezembro de 2019), conforme nota explicativa 8. (d) **Provisão para despesas comerciais** - trata-se da provisão para o pagamento das comissões a representantes, fretes sobre vendas, aluguéis e provisões referente a campanhas de vendas. (e) **Provisão para despesas administrativas** - consiste principalmente na provisão para pagamentos de honorários de consultorias e provisão de energia elétrica. (f) **Provisão para participação nos resultados** - a Companhia concede a todos os empregados bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, acordado no início de cada ano. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve provisão em função do resultado da Companhia não ter sido suficiente para o atingimento das metas estabelecidas. Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no exercício:

| | Controladora e Consolidado | | Controladora e Consolidado | | Controladora e Consolidado | | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|---------------|----------------------------|----------------|----------------------------|---------------|----------------------------|------|
| | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 |
| Provisões para riscos | | | | | | | | |
| Trabalhistas | 9.462 | 9.438 | 4.861 | 5.154 | (4.352) | 10.240 | | |
| Tributárias | 2.576 | 2.737 | - | 8.862 | (139) | 2.778 | | |
| Cíveis | 4.691 | 2.953 | (2.848) | 2.684 | (1.749) | 3.888 | | |
| | 16.729 | 15.128 | (11) | 16.700 | (6.240) | 16.906 | | |
| Outras provisões | | | | | | | | |
| Despesas comerciais | 24.865 | 24.431 | (132.033) | 175.225 | (157.420) | 42.236 | | |
| Despesas administrativas | 7.430 | 4.986 | (89.577) | 64.438 | (64.096) | 5.328 | | |
| Provisão participação resultados - PPR | 71 | 71 | (9.141) | - | - | 71 | | |
| | 32.366 | 29.488 | (221.610) | 239.663 | (221.516) | 47.635 | | |
| Total | 49.095 | 44.616 | (9.152) | 256.363 | (8.682) | 64.541 | | |

(*) a Companhia ajuizou demandas judiciais contra alguns Estados, buscando a segurança para deixar de ser onerada pelo ICMS Diferencial de Alíquotas nas vendas a consumidores finais, realizando depósitos judiciais, cuja chance de êxito na opinião do escritório que patrocina as medidas é provável.

Contingências passivas consideradas como perda possível - Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões em conformidade com as normas contábeis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributária, trabalhista e cível, totalizando o montante de R\$ 555.337 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 491.605 em 31 de dezembro de 2019). (i) **Tributárias** - Em relação às contingências possíveis de natureza tributária, a Companhia litiga na esfera administrativa federal, relativo a glosas de crédito e/ou não homologações de compensações de tributos IPI, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, cujo montante atualizado corresponde a R\$ 65.526 (R\$ 61.208 em 31 de dezembro de 2019) e Autos de Infração de tributos CIDE, IRRF, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias, cujo montante atualizado corresponde a R\$ 38.288 (R\$ 36.737 em 31 de dezembro de 2019). Também litiga na esfera administrativa estadual de Goiás, relativo a tributo ICMS, cujo montante atualizado corresponde a R\$ 24.364 (R\$ 27.553 em 31 de dezembro de 2019). Na esfera judicial contra a União Federal litiga-se em exigências de INSS no montante atualizado de R\$ 40.269 (R\$ 39.567 em 31 de dezembro de 2019), ainda na esfera administrativa, de IRRF no montante atualizado de R\$ 1.494 (não havia saldo em 31 de dezembro de 2019), e PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 165.669 (R\$ 135.362 em 31 de dezembro de 2019, ainda na esfera administrativa) todos estes valores assegurados por Seguro Garantia. Na esfera judicial contra o Estado de Goiás, litiga-se em exigências de ICMS no montante atualizado de R\$ 13.060, (não havia saldo em 31 de dezembro de 2019) valores assegurados por depósitos judiciais. (ii) **Cíveis** - No que tange às contingências cíveis, a Companhia promove contra a Massa Falida do Banco Santos, em processo requerendo a declaração de quitação total de dívidas junto ao Banco Santos. Em contrapartida a Massa Falida do Banco Santos promove quatro processos contra a Cia. Hering, que tratam dos Contratos de Limite de Crédito e de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim. Dois processos pleiteiam a revogação de Cartas de quitação vinculadas a estas operações, o terceiro processo tem por pedido a execução do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim. O processo executivo lastreia-se na suposta não liquidação da obrigação assumida no referido Contrato de Financiamento. O valor executado, à época do ajuizamento da execução perfazia R\$ 50.003. A Companhia ofertou tempestivamente os embargos à execução, garantindo o juízo com fiança bancária no montante de R\$ 65.006, contratada junto ao Itaú BBA, cuja substituição foi requerida em petição conjunta em 25 de junho de 2018, a fim de que passasse a corresponder ao valor atualizado da dívida, acrescido dos 30% exigidos em lei, conforme determinação judicial. A nova fiança bancária foi contratada junto ao Banco Santander em 04 de junho de 2018, no valor de R\$ 152.321. O quarto processo tem por pedido a condenação da Companhia ao pagamento de dívida advinda do suposto inadimplemento do Contrato de Limite de Crédito (ação monitoria), cujo valor cobrado, à época do ajuizamento da ação perfazia R\$ 26.916. Essa ação encontra-se em fase de cumprimento provisório de sentença, enquanto pendem de julgamento os recursos aos tribunais superiores, que foi recebido com efeito suspensivo. O juízo foi garantido em 29 de setembro de 2020 com seguro garantia judicial, contratado junto à BMG Seguros S.A., correspondente ao valor atualizado da dívida, acrescido dos 30% exigidos em lei. Em razão do início do cumprimento provisório de sentença, o valor da pretensão foi ajustado ao valor do pedido da Massa Falida do Banco Santos. Em resumo, a pretensão total da Massa Falida do Banco Santos, atualizada monetariamente até 31 de dezembro de 2020 resulta em R\$ 231.975 (R\$ 213.698 até 31 de dezembro de 2019). A probabilidade de perda, pela Companhia, é considerada remota para R\$ 146.576 (R\$ 135.971 em 31 de dezembro de 2019) e possível para R\$ 85.399 (R\$ 77.727 em 31 de dezembro de 2019). (iii) **Trabalhistas** - No que tange às contingências trabalhistas a Companhia figura como Ré em duas Ações Cíveis Públicas. Uma proposta pelo Ministério Público do Trabalho no Estado de Goiás relativa a alegadas irregularidades no modelo de contrato de fiação da empresa e pretende, dentre outros pedidos o reconhecimento do vínculo de emprego entre a Companhia e todos os trabalhadores atuais e futuros contratados por meio de ações; a responsabilização da Companhia com relação às verbas trabalhistas provenientes destes contratos, com condenação em obrigação de não fazer consistente em se abster de utilizar ou contratar empregados por meio de contrato de fiação; alternativamente que seja reconhecida a configuração de grupo econômico industrial entre a Companhia e todas as fábricas que lhe prestam serviços, reconhecendo-se a responsabilidade solidária da empresa pelo cumprimento de todos os direitos e encargos sociais decorrentes dos contratos de emprego firmados pelas fornecedoras e a condenação da Companhia ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 36.833. Nesta ação, a Companhia apresentou defesa na presente demanda informando em suma, que não há ir-

regularidades nas contratações das fábricas mencionadas pelo Ministério Público do Trabalho, bem como requerendo a improcedência da demanda. Atualmente o processo aguarda a audiência de instrução que está suspensa em razão da pandemia causada pela COVID-19. Segundo o advogado responsável por representar a Companhia na ação em comento, a probabilidade de perda pela empresa é considerada possível no valor total de R\$ 20.486 (R\$ 19.000 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia foi demandada pelo Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina envolvendo o fechamento da Unidade de Indaial/SC e requerendo pronunciamento jurisdicional para determinar que a empresa se abstenha de realizar dispensas coletivas de empregados sem negociação coletiva prévia, fixação de indenização por danos morais coletivos e tutela provisória de urgência. A Companhia apresentou defesa contestando aspectos formais e materiais da exordial e informando que o número de desligamentos é reduzido proporcionalmente ao número de empregos mantidos pela empresa. Informou também que as demissões ocorridas são motivadas pela necessidade de reestruturação da empresa em face da abrupta queda das vendas a partir de março de 2020 e seus reflexos ocasionados pela pandemia da COVID-19. Em caráter de decisão interlocutória, o Juiz de Primeiro Grau indeferiu o pedido de tutela provisória com base no entendimento consolidado na sessão especializada 2 do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina. O processo se encontra aguardando decurso de prazo das partes quanto ao teor da decisão referida, para posterior inclusão em pauta para realização de audiência de instrução. O risco de perda para a Companhia nesse processo é considerado como possível e avaliado em R\$ 2.073, segundo análise do advogado da empresa. **Ativos contingentes tributários - (i) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS** - A Companhia possui medida judicial, requerendo o direito de não ser tributada pelo PIS e COFINS sobre o valor do ICMS destacado em suas notas fiscais de saída, do período em que as referidas contribuições eram apuradas no regime cumulativo e desde os 10 (dez) anos anteriores ao protocolo da referida medida (03/2000). Após a não admissão do seu recurso especial pelo TRF4, a União Federal promoveu Agravo em Recurso Especial ao STJ e teve provimento negado em 14 de abril de 2020. Em face da decisão, a União Federal promoveu Agravo Interno, que teve provimento negado em 23 de outubro de 2020. Em 09 de fevereiro de 2021 a Companhia teve a certificação do trânsito julgado, conforme nota explicativa 37. (ii) **Crédito de IPI** - A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado nos autos do processo nº 0000927-93.1994.4.01.3400, que reconheceu seu direito ao crédito prêmio do IPI, oriundo das operações de exportação do período de 24 de janeiro de 1989 a 05 de outubro de 1990, atualmente em fase de cumprimento de sentença, na qual serão definidos os valores (quantum debeatur) a receber pela Companhia. A probabilidade de êxito na opinião dos advogados patronos da causa é classificada como provável e o valor bruto atualizado do crédito até 31 de dezembro de 2020 está estimado em R\$ 272.898, valor bruto sem desconto de impostos e honorários jurídicos, podendo sofrer alterações devido ao fato de ainda não ter ocorrido decisão definitiva na fase de cumprimento de sentença. (iii) **Incentivos Fiscais de ICMS - Tributação no IRPJ e na CSLL** - A Companhia possui diversas medidas judiciais buscando o reconhecimento de que as renúncias de ICMS concedidas pelos Estados da Federação com base em legislações estaduais não podem ser tributadas pelo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), por respeito ao princípio constitucional do pacto federativo. Através das Ações Ordinárias nº 5017717-74.2018.4.04.7205/SC e 5021318-54.2019.4.04.7205/SC, a Companhia busca a segurança para que seja reconhecido seu direito de não tributar pelo IRPJ e pela CSLL os incentivos fiscais concedidos pela legislação tributária do Estado de Santa Catarina, constantes dos Tratamentos Tributários Diferenciados (TTD) nº 409 e 410, relativos aos anos calendarizados de 2013, 2014 e 2015. Ambas as ações possuem sentença concedendo a segurança em favor da Companhia, sendo que a primeira, aguarda definição do acórdão mantendo a sentença favorável à Cia. Hering, e a segunda, já teve acórdão proferido mantendo a sentença favorável à Cia., com parcial provimento à Apelação da União em relação ao cálculo dos juros. Para os presentes processos, a Companhia estima um efeito de crédito tributário na ordem de R\$ 16.970, em valores históricos. **Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 01/2021 Créditos tributários de PIS e COFINS sobre insumos**: A Companhia após definição pelo STJ no REsp 1.221.170/PR, reavaliou suas despesas dentro do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação a essas despesas no montante de R\$ 7.755 em 2020 e R\$ 29.109 em 2019 (reconhecido em outras receitas e despesas operacionais). Baseado nessa interpretação e na avaliação de seus assessores jurídicos, de que os valores levantados possuem um grau de risco de perda de remota possibilidade, não houve constituição de provisão.

20. PARTES RELACIONADAS - As transações financeiras entre as companhias do grupo e a remuneração da administração foram realizadas conforme a seguir: (a) **Operações com pessoal-chave da Administração** - A Companhia prevê a seus administradores, beneficiários de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação, apresentado na linha de benefícios de curto prazo abaixo. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos. Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações da Companhia, conforme nota explicativa 26 a. Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da administração, representado por seu Conselho de administração, comitê de auditoria e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Honorários da administração | 8.111 | 8.802 | 8.531 | 9.190 |
| Remuneração variável | 3.770 | - | 3.770 | - |
| Benefícios de curto prazo | 1.200 | 1.355 | 1.200 | 1.355 |
| Outros (INSS) | 1.622 | 1.760 | 1.622 | 1.760 |
| Plano baseado em ações | 4.458 | 4.236 | 4.458 | 4.236 |
| | 19.161 | 16.153 | 19.581 | 16.541 |

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de dois anos, admitida a reeleição. (b) **Outras transações com partes relacionadas** - As transações referem-se aos contratos de mútuos com as Controladas, cujo saldo existente em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 2.272 (R\$ 2.219 em 31 de dezembro de 2019). O prazo de vigência destes contratos é indeterminado. Não há incidência de juros. Em 25 de maio de 2011 a Cia. Hering passou a operar com um escritório de representação na cidade de Nanjing na China. Esse escritório tem como objeto a inspeção da qualidade dos produtos importados, bem como a prospecção de novos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2020, o montante gasto com esta operação foi de R\$ 3.206 (R\$ 3.565 em 31 de dezembro de 2019), reconhecido no resultado no grupo de custos. Em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram operações de empréstimos para reformas de franquias relacionadas a Administradoras da Companhia. Em 2019 o montante foi de R\$ 1.144. (c) **Vendas para partes relacionadas** - A Companhia realizou operações de vendas para empresas franqueadas relacionadas a alguns Administradores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 estas operações comerciais totalizaram o montante de R\$ 23.493 (R\$ 44.511 em 31 de dezembro de 2019) do qual R\$ 6.392 está registrado no contas a receber em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 9.072 em 31 de dezembro de 2019). As operações comerciais com estas empresas relacionadas são realizadas nas mesmas condições e termos de mercado praticados com os demais clientes franqueados da Companhia. **21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS** - A Companhia patrocina planos de previdência de benefício definido e de contribuição definida para seus funcionários conforme descrito abaixo: **Plano de Previdência Privada** - Os planos de previdência complementar oferecidos aos funcionários são de benefício definido e contribuição definida, atendendo a todos os funcionários da Cia. Hering, que aderirem ao plano. As contribuições mensais da patrocinadora são calculadas com base no salário e contribuição dos participantes, contribuintes ou não. O plano de benefício definido concede aos funcionários contribuintes o direito de receber renda mensal vitalícia (com ou sem período garantido de 5 anos) após aposentado. Esta opção encontrava-se aberta somente para aqueles empregados inscritos no plano e elegíveis ao benefício de aposentadoria vitalícia até outubro de 2018, quando houve aprovação da alteração do Plano pela Previc que limita o benefício definido a uma parcela de empregados. Em 31 de dezembro de 2020 eram 13 pessoas (19 pessoas em 31 de dezembro de 2019). Aos funcionários não contribuintes é garantido o valor correspondente a até três salários-pagos em parcela única, sendo que em 31 de dezembro de 2020 eram 4.672 pessoas (5.693 em 31 de dezembro de 2019). O número de participantes contribuintes do plano de previdência privada (contribuição definida) em 31 de dezembro de 2020 era de 257 pessoas (272 em 31 de dezembro de 2019), tendo contribuído no período com o montante de R\$ 1.012 (R\$ 1.026 em 31 de dezembro de 2019) e a patrocinadora contribuiu com o mesmo montante. A Companhia teve a sua última avaliação atuarial calculada em 31 de dezembro de 2020, cujos efeitos estão apresentados a seguir:

| | Controladora e Consolidado | | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|----------------|----------------------------|------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| (a) Saldos do plano de pensão - benefício definido | | | | |
| Valor presente das obrigações atuariais | (43.805) | (48.546) | | |
| Valor justo dos ativos do plano | 37.689 | 42.777 | | |
| Déficit | (6.116) | (5.769) | | |
| A movimentação do plano de benefício definido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi o reconhecimento de R\$ 596 (R\$ 357 em 31 de dezembro de 2019) na demonstração do resultado, cuja contrapartida foi o passivo de benefícios a empregados. | | | | |
| (b) Movimentação no valor presente das obrigações de benefício definido | | | | |
| Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro | 48.546 | 40.782 | | |
| Juros do serviço corrente e juros | 157 | 130 | | |
| Custos sobre obrigação atuarial | 3.694 | 3.687 | | |
| (Ganho)/perda atuarial reconhecido em outros resultados abrangentes | (5.174) | 6.950 | | |
| Benefícios pagos no ano | (3.418) | (3.003) | | |
| Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro | 43.805 | 48.546 | | |
| (c) Movimentação no valor presente dos ativos do plano | | | | |
| Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro | 42.777 | 38.283 | | |
| Retorno esperado dos ativos do plano | 3.255 | 3.460 | | |
| Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano | (5.176) | 3.774 | | |
| Contribuições de empregador | 251 | 263 | | |
| Benefícios pagos pelo plano | (3.418) | (3.003) | | |
| Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro | 37.689 | 42.777 | | |
| Os ativos do plano estão representados por quotas de participação em fundos. Em 31 de dezembro de 2020 o montante de Instrumentos de patrimônio era de R\$ 37.689, cujo retorno esperado para o exercício seguinte é de R\$ 2.996. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. | | | | |
| (d) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes | | | | |
| Montante acumulado em 1º de janeiro | 4.958 | 2.045 | | |
| (Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos | (249) | 2.913 | | |
| Montante acumulado em 31 de dezembro | 4.709 | 4.958 | | |
| Os valores acima são imediatamente incorporados à conta de lucros acumulados, conforme permitido pelo CPC 33 (R1) e IAS19. | | | | |
| (e) Componentes da despesa/receita do plano projetada | | | | |
| Custo do serviço corrente bruto (com juros) | 142 | 157 | | |
| Juros sobre obrigação atuarial | 3.482 | 3.694 | | |
| Rendimento esperado dos ativos | (2.996) | (3.255) | | |
| | 628 | 596 | | |
| A Companhia espera contribuir com aproximadamente R\$ 652 com os planos de benefícios definidos durante o exercício de 2021. (f) Histórico dos ajustes pela experiência | | | | |

| | Controladora e Consolidado | | Controladora e Consolidado | | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|----------------|----------------------------|----------------|----------------------------|--------------|
| | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 | 2015 |
| Plano de previdência | | | | | | |
| Valor presente das obrigações atuariais | (43.805) | (48.546) | (40.782) | (38.406) | (33.706) | (33.706) |
| Valor justo dos ativos do plano | 37.689 | 42.777 | 38.283 | 37.019 | 33.552 | 33.552 |
| (Déficit) superávit para planos cobertos | (6.116) | (5.769) | (2.499) | (1.387) | (154) | (154) |
| Ajustes pela experiência nos passivos do plano | 5.174 | (6.950) | (1.595) | (3.708) | (5.733) | (5.733) |
| Ajustes pela experiência nos ativos do plano | (5.176) | 3.774 | 503 | 2.258 | 4.321 | 4.321 |
| (g) Premissas atuariais - A apuração do ativo e passivo atuarial foi efetuada por meio de cálculos atuariais efetuados por atuário independente seguindo as premissas abaixo: (i) Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial e a despesa (receita) a ser reconhecida | | | | | | |

| | Controladora e Consolidado | | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|-------|----------------------------|------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Taxa de desconto nominal | 7,95% | 7,61% | | |
| Taxa de aumento nominal do salário | 5,40% | 5,81% | | |
| Taxa estimada de inflação | 4,00% | 4,40% | | |
| Taxa de desconto nominal (despesa/receita) | | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

(h) Análise de sensibilidade - As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2020 que demonstram o efeito no valor presente das obrigações de benefício definido decorrente da variação de meio ponto percentual da taxa de desconto e da variação da expectativa de sobrevivência dos participantes em 1 ano, um aumento de R\$ 2.459 e uma redução de R\$ 2.062 na taxa de desconto, um aumento de R\$ 690 e uma redução de R\$ 1.339 na tabela de mortalidade:

Table with columns: Cenário Base, Aumento de 0,5%, Redução de 0,5%. Rows include Taxa de desconto, Taxa de inflação, Tabela de mortalidade (+1 -1), Média ponderada de obrigação de benefício definido (em anos).

Impactos nas obrigações do plano de benefício definido

Table with columns: Modalidade, Encargos anuais, Vencimento, Moeda, 2020, 2019. Rows include Capital de giro CDI + 4,3% 2021, CDI + 4,8% 2021, CDI + 3,4% 2021, CDI + 3,4% 2021.

As captações ocorridas em 2020 não continham custos de transação, não possuem cláusulas restritivas (covenants financeiros) e não possuem garantias. Os empréstimos e financiamentos foram captados com o objetivo de mitigar os impactos financeiros do surto do COVID-19. O vencimento será em março e abril de 2021, pagamento em parcela única. O montante de empréstimo tomado foi de R\$ 200.000, sendo reconhecido no período R\$ 9.128 de juros incorridos dos quais R\$ 1.161 foi efetuada pagamento.

Table with columns: Controladora e Consolidado, 2020, 2019. Rows include Fornecedores mercado interno, Fornecedores mercado externo, Risco sacado (i), Ajuste a valor presente.

(i) A Companhia possui junto à instituição financeira convênio de colaboração recíproca em operações de aquisição de crédito "Risco Sacado", que consiste na antecipação por parte dos fornecedores de títulos em aberto, onde o banco antecipa o valor para o fornecedor na data de solicitação e recebe posteriormente na data de vencimento o valor devido pela Companhia. Os custos dessa operação são cobrados do fornecedor pelo banco, a Companhia não incorre em juros ou outros custos. O limite de crédito para essa operação é aprovado em Reunião do Conselho de Administração e não utiliza os demais limites de crédito da Companhia junto ao banco. Sobre esses montantes, assim como para os montantes dos demais fornecedores, registra-se o ajuste a valor presente considerando a taxa e prazos descritos na nota explicativa 3 m. Os termos das operações sob risco sacado não diferem significativamente das operações normais de fornecimento, como por exemplo, em relação aos prazos praticados para pagamento. A decisão de efetuar essa operação é única e exclusivamente do fornecedor que arca com os encargos financeiros da operação. A Administração avalia que não há riscos nessa operação para a Companhia, e mantém o montante registrado na rubrica de fornecedores, por considerar que essa apresentação reflete melhor em essência a operação realizada.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - (a) Gerenciamento de riscos - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, ou outros instrumentos financeiros de risco. As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas e monitoradas pelo Conselho de Administração da Companhia. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito - Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. A Companhia possui ainda, contabilizados perdas de créditos esperadas, no montante de R\$ 38.054 (R\$ 24.290 em 31 de dezembro de 2019) representativos de 8,01% do saldo de contas a receber em aberto (5,04% em 31 de dezembro de 2019), para fazer face ao risco de crédito. Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

(i) Exposição a riscos de créditos - O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Table with columns: Consolidado, 2020, 2019. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Outras contas a receber.

(ii) Perdas por redução no valor recuperável - O vencimento do contas a receber na data das demonstrações financeiras era:

Table with columns: Consolidado, 2020, 2019. Rows include Contas a receber, A vencer, Vendidos: De 0 a 30 dias, De 31 a 90 dias, De 91 a 180 dias, De 181 a 360 dias, Acima de 360 dias.

O movimento de perdas por créditos esperadas em relação aos recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

Table with columns: Consolidado, 2020, 2019. Rows include Saldo no início do exercício, Adições, Baixas, Saldo no final do exercício.

A Companhia avalia a necessidade da provisão de perdas com créditos esperadas através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para as contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia efetuou a análise em sua carteira de recebíveis, considerando o cenário de incertezas econômicas desencadeado pela pandemia do COVID-19 e considera que a provisão contabilizada é suficiente. Com o objetivo de garantir a sustentabilidade e apoiar sua rede de clientes e franqueados, a Companhia efetuou a prorrogação de títulos com vencimento em março, abril e maio (sem encargos financeiros), implementou durante o mês de maio e setembro um plano de parcelamento, e acompanham a situação de recebimento dos clientes efetuando renegociações pontuais conforme necessário, além de acompanhar e comunicar aos clientes as medidas de apoio governamental que visam a sustentabilidade das operações. As prorrogações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 representam o montante de R\$ 34.797. A despesa com a constituição da provisão de perdas com créditos esperadas foi registrada na rubrica "Perdas pela não recuperabilidade de ativos de contas a receber" na demonstração do resultado do exercício. (iii) Garantias - A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso. • Risco de liquidez - Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2020, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir, demonstra o prazo de vencimento esperado para os ativos e passivos financeiros, contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2020:

Table with columns: Taxa média de juros a.m., Até 1 mês, 1 a 3 meses, 4 a 12 meses, 1 a 2 anos, 2 a 3 anos, Acima de 3 anos, Total. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Clientes e outras contas a receber, Empréstimos e financiamentos, Passivo de arrendamento, Fornecedores e outras contas a pagar.

• Risco de mercado - Decorre da possibilidade do valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilarem devido a mudanças nos preços de mercado. O risco de mercado compreende os seguintes tipos de riscos: (i) Risco de taxa de juros - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações. A Companhia possui os seguintes instrumentos de taxas variáveis:

Table with columns: Consolidado, 2020, 2019. Rows include Aplicações financeiras, Aplicações financeiras restritas, Instrumentos de taxa variável (Passivos financeiros).

(ii) Risco de taxa de câmbio - Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD) e Euro (EUR), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas são em USD e EUR. A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos. A exposição cambial da Companhia está assim representada:

Table with columns: Consolidado, 2020, 2019. Rows include Caixa em moeda estrangeira (nota explicativa 5), Contas a receber (nota explicativa 7), Fornecedores (nota explicativa 23), Instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa 24 d).

Os instrumentos financeiros derivativos referentes a contratos futuros de compra ou venda de dólares são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações de produto acabado. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém o montante de USD 13.031 (USD 22.697 em 31 de dezembro de 2019) em cartas de crédito referentes a importações contratadas junto aos fornecedores.

(iii) Risco operacional - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais. (iv) Outros riscos de preços - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima. (b) Instrumentos financeiros - valor justo - O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os

Table with columns: Operação, Valores R\$, Risco, %, Provável Ganho (Perda), Possível Ganho (Perda), Remoto Ganho (Perda). Rows include Aplicações financeiras (i), Capital de giro (ii).

(i) Saldo em 31 de dezembro de 2020 de aplicações em CDB e Operações compromissadas classificadas em caixa e equivalência de caixa e não circulante sujeitas a variação do CDI. (ii) Saldo em 31 de dezembro de 2020 de empréstimos obtidos de curto prazo, sujeitos à variação do CDI.

(iii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio - A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira, principalmente o dólar-americano (USD) no balanço de 31 de dezembro de 2020 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas informações contábeis. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Table with columns: Operação, Saldo 2020 R\$, Valor Notional 2020 USD, Provável Taxa USD, Possível Taxa USD, Remoto Taxa USD. Rows include Caixa em moeda estrangeira, Contas a receber, Fornecedores, Instrumentos financeiros derivativos, Exposição de ganhos e perdas líquidos.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia suas aplicações financeiras e seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em aberto em 31 de dezembro de 2020, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de risco "provável" das tabelas acima. (e) Instrumentos financeiros derivativos - A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos. As operações designadas como "hedge accounting", cujo objeto está relacionado às importações e compras futuras de mercadoria para revenda em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia é o hedge de fluxo de caixa ("cashflow hedge"). Essas operações de derivativos são contabilizadas no balanço da Companhia pelo seu valor justo e a parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado no momento em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica em que tal item é reconhecido. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva ou não designada são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Em 31 de dezembro de 2020, as operações de derivativos (NDF - Non Deliverable Forward) mantidas pela Companhia designadas para "hedge accounting" foram contratadas, nos seguintes montantes e condições:

Table with columns: Data da contratação, Valor lastreado USD mil, Cotação alvo média, Valor justo em aberto, Outros resultados abrangentes, Resultado operacional, Resultado financeiro. Rows include 11/11/2020, 18/11/2020, 02/12/2020, 08/12/2020, 08/12/2020.

As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 somaram um Nominal de USD 23.100 (cujas mercadorias foram vendidas), gerando um valor que representou um ganho de R\$ 12.233 para a Companhia, dos quais R\$ 3.659 (receita R\$ 3.308 em 2020 e receita de R\$ 351 em 2019) foi reconhecido como ganho em Resultado Operacional e R\$ 8.574 (receita de R\$ 8.962 em 2020 e perda de R\$ 388 em 2019) reconhecido como receita em resultado financeiro. Em 31 de dezembro de 2019, as operações de derivativos (NDF - Non Deliverable Forward) mantidas pela Companhia designadas para "hedge accounting" foram contratadas, nos seguintes montantes e condições:

Table with columns: Data da contratação, Valor lastreado USD mil, Cotação alvo média, Valor justo em aberto, Outros resultados abrangentes, Resultado operacional, Resultado financeiro. Rows include 12/07/2019, 12/07/2019, 12/07/2019, 24/10/2019, 24/10/2019.

As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 somaram um Nominal de USD 23.450 (cujas mercadorias foram vendidas), gerando um valor que representou uma perda de R\$ 147 para a Companhia, dos quais R\$ 1.212 (despesa R\$ 1.223 em 2019 e receita de R\$ 11 em 2018) foi reconhecido como perda em Resultado Operacional e R\$ 1.065 (receita de R\$ 289 em 2019 e receita de R\$ 776 em 2018) reconhecido como receita em resultado financeiro. 25. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS - (a) Capital social - O capital social autorizado é composto por 350.000.000 ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, o capital subscrito e integralizado é composto por 162.533.937 ações ordinárias (incluídas as 3.857.581 ações mantidas em tesouraria) distribuídas entre os seguintes acionistas (acima de 5%):

Table with columns: 2020, 2019. Rows include Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda., Ivo Hering, Investimento e Participação INPASA S.A., Verde Asset, Veit Partners, Outros.

valores justos dos passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Table with columns: Consolidado, 2020 Valor contábil, 2020 Valor justo, 2019 Valor contábil, 2019 Valor justo. Rows include Custo amortizado: Empréstimos e financiamentos, Passivo de arrendamento, Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado, Instrumentos financeiros derivativos designados em relações de contabilização de hedge.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas. • Instrumentos financeiros derivativos - Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2. (c) Gestão de capital - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Dentre as estratégias adotadas pela Companhia, destacam-se: Gestão da Dívida: a Companhia tem como meta a não renovação de empréstimos bancários com juros elevados, focando em operações de financiamento no longo prazo atreladas a investimentos produtivos que apresentem condições de prazo e taxas de juros mais atrativas. Os indicadores de gestão de dívida estão apresentados abaixo:

Table with columns: Consolidado, 2020, 2019. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Dívida curto prazo, Caixa líquido.

Em linha com as estratégias de capital de giro e gestão de dívida, a Companhia segue a meta de não renovar empréstimos bancários com juros elevados, o que lhe permite reduzir a dívida e incrementar sua geração de caixa livre. (d) Análise de sensibilidade - (i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros - Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros oriundos dos empréstimos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração considerou como cenário provável as taxas atualizadas para o exercício referencial. O rendimento das aplicações financeiras e despesas dos empréstimos foram projetados para os próximos 12 meses.

Table with columns: Consolidado, 2020, 2019. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Dívida curto prazo, Caixa líquido.

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio - A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira, principalmente o dólar-americano (USD) no balanço de 31 de dezembro de 2020 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas informações contábeis. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Table with columns: Consolidado, Provável, Possível, Remoto. Rows include Taxa USD, Taxa USD, Taxa USD. Rows include Caixa em moeda estrangeira, Contas a receber, Fornecedores, Instrumentos financeiros derivativos, Exposição de ganhos e perdas líquidos.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia suas aplicações financeiras e seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em aberto em 31 de dezembro de 2020, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de risco "provável" das tabelas acima. (e) Instrumentos financeiros derivativos - A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos. As operações designadas como "hedge accounting", cujo objeto está relacionado às importações e compras futuras de mercadoria para revenda em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia é o hedge de fluxo de caixa ("cashflow hedge"). Essas operações de derivativos são contabilizadas no balanço da Companhia pelo seu valor justo e a parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado no momento em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica em que tal item é reconhecido. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva ou não designada são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Em 31 de dezembro de 2020, as operações de derivativos (NDF - Non Deliverable Forward) mantidas pela Companhia designadas para "hedge accounting" foram contratadas, nos seguintes montantes e condições:

Table with columns: Consolidado, Provável, Possível, Remoto. Rows include Taxa USD, Taxa USD, Taxa USD. Rows include Caixa em moeda estrangeira, Contas a receber, Fornecedores, Instrumentos financeiros derivativos, Exposição de ganhos e perdas líquidos.

As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 somaram um Nominal de USD 23.100 (cujas mercadorias foram vendidas), gerando um valor que representou um ganho de R\$ 12.233 para a Companhia, dos quais R\$ 3.659 (receita R\$ 3.308 em 2020 e receita de R\$ 351 em 2019) foi reconhecido como ganho em Resultado Operacional e R\$ 8.574 (receita de R\$ 8.962 em 2020 e perda de R\$ 388 em 2019) reconhecido como receita em resultado financeiro. Em 31 de dezembro de 2019, as operações de derivativos (NDF - Non Deliverable Forward) mantidas pela Companhia designadas para "hedge accounting" foram contratadas, nos seguintes montantes e condições:

Table with columns: Consolidado, Provável, Possível, Remoto. Rows include Taxa USD, Taxa USD, Taxa USD. Rows include Caixa em moeda estrangeira, Contas a receber, Fornecedores, Instrumentos financeiros derivativos, Exposição de ganhos e perdas líquidos.

(b) Ações em tesouraria - As ações adquiridas pela Companhia são mantidas em tesouraria para fazer frente ao "Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia" e "Plano de Ações Restritas", ou para posterior cancelamento ou alienação. Os programas de recompra de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia são aprovados pelo Conselho de Administração. O total de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2020 é de 3.857.581, conforme movimentação apresentada na tabela abaixo:

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro de 2019, Programa de recompra 05 de fevereiro de 2020, Programa de recompra 16 de março de 2020, Programa de recompra 18 de agosto de 2020, Saldo em 31 de dezembro de 2020. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2019, Programa de recompra 05 de fevereiro de 2020, Programa de recompra 16 de março de 2020, Programa de recompra 18 de agosto de 2020, Saldo em 31 de dezembro de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

(c) **Reserva de capital** - Opções de compra de ações outorgadas conforme descritas na nota explicativa 26 são registradas como reservas de capital. (d) **Reservas de lucros - Legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

| | 342.969 | |
|--|----------------|----------------|
| Reserva legal 5% (não excederá 20% do Capital Social) | 17.148 | |
| Excedente reserva legal | (874) | |
| Constituição reserva legal 2020 | 16.274 | |
| Retenção de lucros - Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Em 2020 foi constituída reserva no montante de R\$ 240.088. Em 2019 parte do saldo desta reserva foi utilizada para pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio. • Outras reservas de lucros - Incentivos fiscais - Referem-se aos montantes apurados de incentivos fiscais recebidos para investimentos (nota explicativa 18) e incentivos de redução do IRPJ conforme segue: | | |
| | 2020 | 2019 |
| Lei do Vestuário - GO | 681.803 | 681.803 |
| Pró-Emprego - SC | 59.264 | 59.264 |
| Proadi - RN | 69.234 | 69.234 |
| Proedi - RN | 1.920 | 1.920 |
| Fomentar - GO | 31.750 | 31.750 |
| Lucro Exploração IRPJ | 29.526 | 29.526 |
| Crédito Presumido Importados/Internet - SC | 46.361 | 46.361 |
| Produzir - GO | 11.824 | 11.824 |
| Crédito Atacadista - GO | 5.899 | 5.899 |
| Redução Reinvestimento IRPJ | 6 | 6 |
| | 937.587 | 937.587 |

(e) **Remuneração aos acionistas** - Juros sobre capital próprio - A Companhia calcula juros sobre o capital próprio de acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95. Dividendos - O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 195-A e artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

| | 342.969 | |
|--|----------|--|
| Reserva legal 5% (não excederá 20% do Capital Social) | (16.274) | |
| Base de cálculo - Dividendos | 326.695 | |
| Dividendos mínimos obrigatórios (25%) | 81.674 | |
| Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - pagos antecipadamente em 2020 | 70.330 | |
| (-) IRRF sobre juros sobre capital próprio | (5.298) | |
| Complemento para dividendo mínimo obrigatório | 16.642 | |
| Total distribuído aos acionistas, líquido de imposto de renda | 81.674 | |
| (+) IRRF sobre juros sobre capital próprio | 5.298 | |
| Total distribuído aos acionistas, bruto | 86.972 | |

A deliberação dos dividendos e juros sobre capital próprio é efetuada pelo Conselho de Administração, conforme previsto no Estatuto da Companhia. Os dividendos e juros sobre capital próprio foram distribuídos conforme demonstrado a seguir:

| Proventos | Valor total | Quantidade de ações na data | Montante por ação (R\$) | Aprovado em | Pago em |
|-------------------------------|---------------|-----------------------------|-------------------------|-------------|------------|
| Juros sobre o Capital Próprio | 35.342 | 162.533.937 | 0,2196 | 30/06/2020 | 30/11/2020 |
| Juros sobre o Capital Próprio | 18.295 | 162.533.937 | 0,1153 | 10/12/2020 | 29/12/2020 |
| Dividendos | 16.693 | 162.533.937 | 0,1052 | 10/12/2020 | 29/12/2020 |
| | 70.330 | | | | |
| Dividendos Complementares (i) | 16.642 | | | | |
| | 86.972 | | | | |

(i) Complemento para dividendo mínimo obrigatório, cuja data de pagamento será definida e aprovada em Assembleia Geral.

(f) **Ajuste de avaliação patrimonial** - O saldo é representado pelo efeito da contabilização de benefícios a empregados do Plano de Previdência Privada HeringPrevi (nota explicativa 21), instrumentos financeiros derivativos designados como *Hedge Accounting* (nota explicativa 24) e correção monetária dos ativos imobilizados. **26. PLANO BASEADO EM AÇÕES E PLANO DE AÇÕES RESTRITAS - (a) Programa de stock options** - Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía dois Planos de Opção de Compra de Ações em aberto, sendo um aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008 (Plano 2008), e um novo Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 04 de dezembro de 2017 (Plano 2017). A aprovação dos programas de outorgas de ações no âmbito de cada plano é efetuada pelo Conselho de Administração da Companhia. A data de aprovação, a quantidade de ações outorgadas por programa e o preço de exercício por ação, estão divulgados abaixo:

| | Plano 2008 | | | Plano 2017 | | |
|--------------------------------|------------|-----------|-----------|------------|-----------|----------|
| | 8º | 9º | 10º | 1º | 2º | 3º |
| Data de aprovação | 21/05/14 | 29/07/15 | 24/05/16 | 13/12/17 | 29/08/18 | 08/05/19 |
| Quantidade de ações outorgadas | 953.850 | 1.335.112 | 1.226.445 | 701.541 | 1.181.229 | 594.903 |
| Preço de exercício - R\$/ação | 25,05 | 12,64 | 14,25 | 26,50 | 16,16 | 29,73 |

Os programas preveem que as opções outorgadas aos beneficiários eleitos somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições (*vesting condition*): (a) até 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção a partir do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (b) até 50% (cinquenta por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (c) até 75% (setenta e cinco por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; e (d) até 100% (cem por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do quarto ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário. O exercício das opções somente poderá ocorrer desde que se verifique a continuidade da relação jurídica entre o Beneficiário e a Companhia ou com qualquer de suas controladas ou coligadas, até a data do efetivo exercício das opções. Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. Após uma opção ter sido exercida, o beneficiário poderá exercê-la a qualquer tempo, até o término do prazo de sete anos contados da data de outorga de tal opção. Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. O exercício de opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A Administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração. Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado por empresa terceirizada especializada neste tipo de cálculo que utilizou o modelo Binomial para o 8º ao 10º programa do Plano de 2008 e para 1º ao 3º programa do Plano de 2017 (utilizou-se esse método, pois esse permite adequadamente a inclusão de premissas como exercício antecipado, expiração por perda do vínculo e outras características). O valor justo das opções na data da outorga está apresentado na linha Preço total na tabela abaixo e consideram as seguintes premissas para precificação:

| | Plano 2008 | | | Plano 2017 | | |
|---------------------------|------------|-----------|-----------|------------|-----------|----------|
| | 8º | 9º | 10º | 1º | 2º | 3º |
| Data da avaliação | 21/05/14 | 29/07/15 | 24/05/16 | 13/12/17 | 29/08/18 | 08/05/19 |
| Quantidade de ações | 953.850 | 1.335.112 | 1.226.445 | 701.541 | 1.181.229 | 594.903 |
| Preço de exercício | 25,05 | 12,64 | 14,25 | 26,50 | 16,16 | 29,73 |
| Preço de fechamento | 21,79 | 11,64 | 13,08 | 26,21 | 16,74 | 31,75 |
| Volatilidade ao dia | 2,19% | 2,75% | 2,49% | 2,67% | 2,67% | 2,67% |
| Volatilidade ao ano | 34,63% | 43,71% | 39,50% | 37,44% | 37,43% | 37,65% |
| Dividendos esperados | 5,10% | 5,50% | 5,50% | 4,70% | 5,40% | 3,17% |
| Taxa de desligamento (*) | 1,10% | 5,00% | 14,29% | - | - | - |
| Taxa de desligamento (**) | - | 15,00% | 13,64% | - | - | - |
| Market to Strike Ratio | 2,25 | 2,25 | 2,24 | 2,09 | 2,09 | 2,09 |
| Cupom de IPCA (**) | 6,16% | 6,65% | 6,13% | 5,12% | 5,70% | 4,19% |
| Prazo total | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 |
| Preço unitário da opção | 5,38 | 3,30 | 2,90 | 7,96 | 5,15 | 11,37 |
| Preço total | 5,128 | 4,404 | 3,561 | 5,585 | 6,083 | 6,764 |

(*) Taxa de desligamento da Companhia, a partir do 9º e 10º programa é apresentada segregada entre Diretoria e Outros. (**) Taxa de juros livre de risco.

O preço de fechamento da ação da Cia. Hering, negociada sob o código HGTX3, e a taxa de volatilidade, acima informada, para o 8º ao 10º programa do Plano 2008 e 1º ao 3º do Plano de 2017 foram obtidas diretamente do serviço *Bloomberg*. A curva de cupom de IPCA foi obtida da Bolsa de Mercados e Futuros (BM&F) no campo Dados Históricos, Pesquisas por Pregão, Arquivo "Mercado de Derivativos - Taxas de Mercado para Swaps". O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, e sobre

ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das *Stock Options*. Os períodos analisados foram:

| | Plano 2008 | | | Plano 2017 | | |
|-----------------|------------|----------|----------|------------|----------|----------|
| | 8º | 9º | 10º | 1º | 2º | 3º |
| Data de início | 23/11/11 | 29/07/08 | 26/05/09 | 15/03/10 | 08/12/10 | 03/08/11 |
| Data de término | 21/05/14 | 29/07/15 | 24/05/16 | 04/12/17 | 31/08/18 | 03/05/19 |

(i) **Plano de Opção de Compra de Ações 2008, liquidável em ações (Plano 2008)** - No Plano de Opção de Compra de Ações de 2008 foram emitidos dez programas de opções de ações. As ações outorgadas no primeiro, segundo e terceiro programa de opções de ações, foram integralmente exercidas pelos beneficiários. Observado os prazos de carência estabelecidos nos Programas, cada Opção de Compra outorgada permite ao Beneficiário, definido pelo Conselho de Administração, o direito de subscrever uma ação da Companhia. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2020, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 0,59% (0,72% em 31 de dezembro de 2019). O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções estão demonstradas a seguir:

| | 2020 | | 2019 | |
|---|------------------|---------------------------------------|------------------|---------------------------------------|
| | Número de opções | Média ponderada do preço de exercício | Número de opções | Média ponderada do preço de exercício |
| Opções em circulação no início do exercício | 1.167.616 | 31,40 | 2.003.224 | 28,51 |
| Opções exercidas | - | - | (656.808) | 15,55 |
| Opções canceladas | (215.513) | 54,28 | (178.800) | 68,86 |
| Opções em circulação no final do exercício | 952.103 | 27,27 | 1.167.616 | 31,40 |
| Opções exercíveis no final do exercício | 952.103 | 27,27 | 992.648 | 34,05 |

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu no resultado um montante de R\$ 352 (R\$ 1.454 em 31 de dezembro de 2019) referente ao valor justo do plano. (ii) **Novo Plano de Opção de Compra de Ações 2017, liquidável em ações (Plano 2017)** - Foi aprovado pela Cia. Hering um Novo Plano de Outorga de Opções na Assembleia Extraordinária de 04 de dezembro de 2017. Observado os prazos de carência estabelecidos nos Programas, cada Opção de Compra outorgada permite ao Beneficiário, definido pelo Conselho de Administração, o direito de subscrever uma ação da Companhia. O cálculo do preço de exercício da Opção de Compra a ser pago pelos Beneficiários será definido, nos termos dos Planos de Opções, pela média ponderada por volume das negociações das cotações de fechamento das ações ordinárias da Companhia na B3 Brasil Bolsa Balcão, nos 90 (noventa) pregões anteriores à data de aprovação de cada Programa de Outorga de Opção de Compra pelo Conselho de Administração (Preço de Exercício), cujo preço de exercício será corrigido pelo IPC-A, desde a data de outorga da respectiva Opção de Compra até a data de exercício. As Opções de Compra poderão ser exercidas total ou parcialmente no prazo e período fixado em cada Programa, contados da data de sua aprovação/outorga pelo Conselho de Administração. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2020, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 0,92% (1,22% em 31 de dezembro de 2019). O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções estão demonstradas a seguir:

| | 2020 | | 2019 | |
|---|------------------|---------------------------------------|------------------|---------------------------------------|
| | Número de opções | Média ponderada do preço de exercício | Número de opções | Média ponderada do preço de exercício |
| Opções em circulação no início do exercício | 1.889.915 | 23,73 | 1.749.797 | 19,99 |
| Opções outorgadas | - | - | 594.903 | 29,73 |
| Opções exercidas | - | - | (366.745) | 20,18 |
| Opções canceladas | (399.154) | 24,52 | (88.404) | 24,51 |
| Opções em circulação no final do exercício | 1.490.761 | 24,80 | 1.889.915 | 23,73 |
| Opções exercíveis no final do exercício | 1.490.761 | 24,80 | 1.889.915 | 23,73 |

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu no resultado um montante de R\$ 4.607 (R\$ 4.044 em 31 de dezembro de 2019) referente ao valor justo do plano. (b) **Plano de ações restritas** - Em 29 de julho de 2020, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas para o ano de 2020 (Programa 2020), no âmbito do Plano de Incentivos Atrelado a Ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 04 de dezembro de 2017. O Programa consiste na concessão, por parte da Companhia, de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da Companhia ("Ações Restritas"), de forma gratuita, com valor total equivalente ao valor do incentivo de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração para cada executivo, no momento da outorga das Ações Restritas e posterior transferência de titularidade. O período de carência, "vesting", do Programa será de três anos, contados a partir da assinatura do respectivo contrato de adesão. A Diluição da base acionária da Companhia com a implantação do programa será de até 0,61% do capital social votante. A administração do Plano será de responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia, com assessoria do Comitê de Gestão de Pessoas e da Diretoria de Cultura e Gente. A primeira outorga do Plano de ações restritas foi aprovada em reunião de Conselho de Administração em 29 de julho de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.103 no resultado, referente a despesas do plano de Ações Restritas.

| | 2020 | | 2019 | |
|---|------------------|---------------------------------------|------------------|---------------------------------------|
| | Número de opções | Média ponderada do preço de exercício | Número de opções | Média ponderada do preço de exercício |
| Opções em circulação no início do exercício | 1.889.915 | 23,73 | 1.749.797 | 19,99 |
| Opções outorgadas | - | - | 594.903 | 29,73 |
| Opções exercidas | - | - | (366.745) | 20,18 |
| Opções canceladas | (399.154) | 24,52 | (88.404) | 24,51 |
| Opções em circulação no final do exercício | 1.490.761 | 24,80 | 1.889.915 | 23,73 |
| Opções exercíveis no final do exercício | 1.490.761 | 24,80 | 1.889.915 | 23,73 |

Saldo em 31 de dezembro de 2019

| | | |
|--|----------------|-------|
| Outorga 29/07/2020 | 562.447 | 14,51 |
| Outorga 01/10/2020 | 46.772 | 17,06 |
| CANCELAMENTO | (30.000) | 14,51 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 579.219 | |

27. RECEITA OPERACIONAL - A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

| | 2020 | | 2019 | |
|------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Controladora | Consolidado | Controladora | Consolidado |
| Receita de venda mercado interno | 1.058.355 | 1.434.645 | 1.058.355 | 1.434.645 |
| Receita de venda em lojas próprias | 267.627 | 396.124 | 267.627 | 396.124 |
| Receita de venda mercado externo | 24.287 | 42.135 | 24.287 | 42.135 |
| Receita de royalties | 10.894 | 18.171 | 10.894 | 18.171 |
| Devoluções | (88.750) | (75.449) | (88.750) | (75.449) |
| Receita bruta de vendas | 1.272.413 | 1.815.626 | 1.272.413 | 1.815.626 |
| Ajuste a valor presente - receita | (13.768) | (33.768) | (13.768) | (33.768) |
| Abatimentos e repasse IBCC | (13.313) | (3.224) | (13.313) | (3.224) |
| Impostos sobre as vendas | (171.837) | (229.475) | (171.837) | (229.475) |
| Deduções da receita | (198.918) | (266.467) | (198.918) | (266.467) |
| Receita líquida | 1.073.495 | 1.549.159 | 1.073.495 | 1.549.159 |

28. CUSTOS DOS BENS OU SERVIÇOS VENDIDOS

| | 2020 | | 2019 | |
|-------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Controladora | Consolidado | Controladora | Consolidado |
| Matéria prima e material de revenda | (377.641) | (491.525) | (377.641) | (491.525) |
| Salários, encargos e benefícios | (107.992) | (151.377) | (107.992) | (151.377) |
| Depreciação | (34.587) | (34.226) | (34.587) | (34.226) |
| Mão-de-obra terceirizada | (91.365) | (148.892) | (91.365) | (148.892) |
| Energia | (8.316) | (10.736) | (8.316) | (10.736) |
| Outros custos | (33.989) | (33.763) | (33.989) | (33.763) |
| | (653.890) | (870.519) | (653.890) | (870.519) |

A Companhia avaliou a ociosidade de produção para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, devido à paralisação das fábricas provocada pela pandemia do COVID-19, e manteve registrado no custo (não apropriou ao estoque) os valores relativos essa ociosidade decorrente principalmente de salários, encargos, benefícios e ajuda compensatória.

29. DESPESAS COM VENDAS

| | 2020 | | 2019 | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Controladora | Consolidado | Controladora | Consolidado |
| Despesas comissões sobre vendas | (35.289) | (51.822) | (35.289) | (51.822) |
| Despesas fretes sobre vendas | (43.380) | (43.228) | (43.380) | (43.228) |
| Despesas com pessoal | (83.992) | (99.073) | (83.992) | (99.073) |
| Despesas com propaganda e publicidade | (60.410) | (80.025) | (60.410) | (80.025) |
| Despesas com locação de imóveis | (8.426) | (23.281) | (8.426) | (23.281) |
| Despesas com amostras e desenvolvimento de produtos | (13.435) | (18.660) | (13.435) | (18.660) |
| Despesas com viagens e estadias | (3.673) | (9.864) | (3.673) | (9.864) |
| Despesas com serviços de terceiros | (11.104) | (11.631) | (11.104) | (11.631) |
| Outras despesas | (18.471) | (21.995) | (18.471) | (21.995) |
| | (278.180) | (359.579) | (278.180) | (359.579) |

30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | 2020 | | 2019 | |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | Controladora | Consolidado | Controladora | Consolidado |
| Despesas com pessoal | (25.250) | (31.691) | (25.250) | (31.691) |
| Despesas com serviços de terceiros | (8.161) | (8.148) | (8.161) | (8.148) |
| Despesas com propaganda institucional | (1.946) | (1.484) | (1.946) | (1.484) |
| Despesas com serviços de TI | (5.052) | (3.818) | (5.052) | (3.818) |
| Despesas com viagens | (271) | (1.566) | (271) | (1.566) |
| Outras despesas | (2.857) | (5.071) | (2.857) | (5.264) |
| | (43.537) | (51.778) | (43.537) | (51.971) |

31. OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

(b) Lucro diluído por ação - O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se refere à opção de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações.

| | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|
| | 2020 | 2019 |
| Lucro atribuível aos acionistas da Companhia | 342.969 | 214.702 |
| Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares | 160.401 | 161.778 |
| Ajuste por opções de compra de ações - milhares | 2.443 | 3.058 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares | 162.844 | 164.836 |
| Lucro diluído por ação - R\$ | <u>2.1061</u> | <u>1.3025</u> |

35. SEGMENTOS OPERACIONAIS - A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
 - as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
 - as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.
- Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Hering e DZARM e Canal: Multimarca, Franquias, Lojas Próprias e Webstore), no entanto, são controlados e gerenciados pela administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada. Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir:

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê") da Cia. Hering ("Companhia") instituído em 29 de abril de 2019, nos termos da legislação vigente, é órgão de assessoramento e vinculado ao Conselho de Administração. As atribuições do Comitê estão estabelecidas no seu Regimento Interno, que dispõe, dentre outras, a supervisão dos sistemas de controles internos, de *compliance*, e de gerenciamento de riscos, das atividades da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, bem como monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais e demonstrações financeiras da Companhia.

ATIVIDADES DO COMITÊ - Em 2020, o Comitê realizou oito reuniões, em que analisou e apreciou, em especial, as demonstrações financeiras trimestrais e anuais, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, incluindo as atividades abaixo descritas. Nesse período, o Coordenador do Comitê realizou reuniões complementares com diretores e responsáveis pela Auditoria Interna e pelo processamento e elaboração das demonstrações financeiras para obter um entendimento das operações e dos resultados da Companhia. Trimestralmente o Comitê reportou ao Conselho de Administração os resultados das atividades realizadas no período. Foram as seguintes as atividades desenvolvidas pelo Comitê no cumprimento de suas atribuições: a) Auditoria Independente - O Comitê discutiu o plano de auditoria apresentado para o exercício de 2020, bem como a abordagem da auditoria, os exames e procedimentos efetuados e os resultados alcançados, relativos às demonstrações financeiras trimestrais e anuais do exercício de 2020. Também, analisou e discutiu as principais deficiências e recomendações de melhoria apontadas no relatório de controles internos, bem como os respectivos planos de ação das áreas internas para resolução das questões. b) Auditoria Interna - O Comitê revisou a execução do plano de auditoria previsto para 2020, que teve de ser redirecionado para novos trabalhos que foram sendo requeridos em função da Pandemia, com vistas a dar suporte às áreas com maior risco de perdas financeiras.

| Marca | Consolidado | |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| | 2020 | 2019 |
| Hering | 1.131.637 | 1.585.840 |
| DZARM | 63.108 | 75.973 |
| Outras (i) | 53.381 | 111.678 |
| Receita bruta mercado interno | 1.248.126 | 1.773.491 |
| Receita bruta mercado externo | 24.287 | 42.135 |
| Receita bruta total | 1.272.413 | 1.815.626 |

(i) No início do 2º trimestre de 2020 a Companhia divulgou que a marca PUC seria encerrada. A marca PUC não representa uma importante linha separada de negócios, e não é parte integrante de plano coordenado para venda. A sua linha de produção foi incorporada pela Hering Kids, desta forma a partir de 30 de junho de 2020 não é mais apresentada como uma marca para efeitos de receita e seu faturamento foi incluído na linha de outras sendo em 31 de dezembro de 2020 um montante de R\$ 31.126 (R\$ 87.916 em 31 de dezembro de 2019).

| Canal | Consolidado | |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| | 2020 | 2019 |
| Multimarcas | 452.256 | 704.840 |
| Franquias | 369.651 | 627.075 |
| Lojas próprias | 234.461 | 365.829 |
| Webstore | 181.077 | 69.996 |
| Outras (i) | 10.681 | 5.751 |
| Receita bruta mercado interno | 1.248.126 | 1.773.491 |
| Receita bruta mercado externo | 24.287 | 42.135 |
| Receita bruta total | 1.272.413 | 1.815.626 |

| | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|
| | 2020 | 2019 |
| As receitas líquidas no mercado interno e externo estão apresentadas abaixo: | | |
| Receita bruta mercado interno | 1.248.126 | 1.773.491 |
| Receita bruta mercado externo | 24.287 | 42.135 |
| Receita bruta | 1.272.413 | 1.815.626 |
| Deduções da receita | (198.918) | (266.467) |
| Receita líquida | 1.073.495 | 1.549.159 |

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2020 apenas 2,26% (2,72% em 31 de dezembro de 2019) do total da receita líquida (salvos da controladora e consolidado). Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% das vendas no mer-

O planejamento para 2021 prevê a retomada dos trabalhos iniciados em 2020 e que não puderam ser completados em razão da Pandemia. Também, estão sendo avaliados processos de melhorias na execução dos trabalhos de auditoria interna. c) Área de *Compliance* - Em 2020 foi concluído o mapeamento de riscos de *compliance*, bem como foram elaboradas as políticas corporativas. O monitoramento da aplicação dos dispositivos legais emitidos durante o período de Pandemia continua sendo executado em 2021. d) Gestão de riscos e controles internos - O plano de mapeamento de riscos e de controles internos foi parcialmente concluído, devido à Pandemia e será retomado em 2021. e) Segurança da Informação - O Comitê tomou conhecimento do planejamento e ações desenvolvidas para o trabalho em "home office". f) Principais demandas judiciais - O Comitê revisou o andamento das ações relacionadas às principais contingências cíveis e fiscais. g) Partes Relacionadas - O Comitê revisou o processo de transações com partes relacionadas. h) LGPD-Lei Geral de Proteção de Dados - O Comitê analisou o projeto de implementação dos requisitos da LGPD, os impactos e as ações desenvolvidas pela Companhia. i) Código de conduta e Canal de denúncias - O Comitê revisou as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Conduta e os relatos registrados no Canal de Ética, bem como as investigações realizadas e as providências adotadas pela Administração. **CONCLUSÕES** - Com base nas atividades desenvolvidas no período e nas informações recebidas da Administração e dos responsáveis pelas áreas de gestão de riscos, controles internos, *compliance*, auditoria interna e dos auditores independentes, o Comitê entende que: a) O sistema de controles internos, gestão de riscos e *compliance* são adequados ao porte e complexidades das operações da companhia, todavia, apesar dos esforços de melhorias, ainda restam deficiências que requerem atenção dos gestores. b) A estrutura e os trabalhos desenvolvidos pela auditoria interna são satisfatórios, mas requerem uma revisão da

cadro interno e externo. **36. COBERTURA DE SEGUROS** - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2020 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 445.494 para danos materiais, R\$ 186.528 para lucros cessantes e R\$ 60.000 para responsabilidade civil. **37. EVENTOS SUBSEQUENTES** - A Companhia obteve em 9 de fevereiro de 2021 a certificação do trânsito em julgado na medida judicial que objetivava a segurança para não ser tributada pelo PIS e pela COFINS sobre o valor do ICMS destacado em suas notas fiscais de saída, no período em que as referidas contribuições eram apuradas no regime cumulativo, conforme nota explicativa 19. Com o trânsito em julgado, a Companhia teve reconhecido seu direito de reaver os valores que estão estimados em R\$ 33 milhões (valores atualizados). O valor confirmado será registrado no resultado da Companhia no 1º trimestre de 2021, e será levantado futuramente pela Companhia pela via da compensação ou precatório. **38. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES** - Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

| DIRETORIA | |
|---------------------------------------|--|
| Fabio Hering | - Diretor Presidente |
| Carolina de Freitas Pires Simões | - Diretora de Expansão e Negócio B2B |
| Fabiola Falanghe Guimarães | - Diretora de Marca e Produto |
| Filipe Lento Brilhante de Albuquerque | - Diretor de Consumidor e Varejo |
| Galeno Augusto Jung | - Diretoria Estratégia, Tecnologia e Inovação |
| Marciel Eder Costa | - Diretor Administrativo e Suprimentos |
| Marcelo Toledo | - Diretor Industrial |
| Marcus Yamamoto | - Diretor Supply Chain |
| Rafael Bossolani | - Diretor de Finanças e de Relações com Investidores |
| Renata Vivan Del Bove | - Diretora de Cultura e Gente |
| Thiago Hering | - Diretor Executivo |

| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | |
|------------------------------|----------------------------------|
| Ivo Hering | - Presidente |
| Fábio Hering | - Conselheiro |
| Andrea Oliveira Mota Baril | - Conselheira |
| Celso Luis Loduca | - Conselheiro |
| Claudia Worms Sciamia | - Conselheira |
| Fabio Colletti Barbosa | - Conselheiro |
| Patrick Charles Morin Junior | - Conselheiro |
| Cleonice Ghidolin Destri | - Contadora CRC-SC nº 27.477/0-4 |

metodologia e das ferramentas atualmente utilizadas. c) Os serviços prestados pelos auditores independentes são adequados às necessidades da Companhia. d) As práticas contábeis adotadas pela companhia estão em conformidade com as adotadas no Brasil (BRGAAP) e com as normas internacionais (IFRS). **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2020** - Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto em seu Regimento Interno, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do respectivo Relatório da Administração e do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, recomendam ao Conselho de Administração da Companhia a aprovação das referidas demonstrações. São Paulo, 02 de março de 2021

Comitê de Auditoria
 Walter Lorito - Coordenador do Comitê
 Ivo Hering - Membro do Conselho e do Comitê
 Patrick Charles Morin Junior - Membro do Conselho e do Comitê

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas Conselheiros e Administradores da Cia. Hering - Blumenau - SC
Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. Hering (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cia. Hering em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria

foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos - Demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado - As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

| Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos | |
|--|--|
| Consulte as notas explicativas 3.r e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas | |

| Principal assunto de auditoria | Como nossa auditoria endereçou esse assunto |
|--|--|
| A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ativos fiscais diferidos relativos a prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social, e diferenças temporárias, cuja recuperação está suportada por estudo técnico preparado pela Administração e que consideram estimativas futuras de geração de lucros tributáveis. A preparação desse estudo técnico envolve incertezas relacionadas às premissas e estimativas como: crescimento da receita e aumento das margens de lucro, cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido às incertezas relacionadas a premissas no processo de determinação das estimativas futuras de geração de lucros tributáveis, e pelo fato de que qualquer mudança relevante nessas premissas pode resultar em um ajuste material nos saldos dos ativos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. | Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as projeções de lucros futuros feitas pela Companhia, assim como as avaliações econômico-financeiras que fundamentaram a expectativa de crescimento da receita, margem de lucro e de rentabilidade da controladora contida nestas projeções. Comparamos o resultado esperado de geração de lucro tributável futuro com o limite do valor registrado como ativo fiscal diferido e sua consistência com as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, obtivemos evidências de aprovação do estudo técnico de recuperação dos impostos diferidos ativos pelos órgãos de governança da Companhia. Como resultado dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os ativos fiscais diferidos e as divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. |

| Provisões, ativos e passivos contingentes - tributárias, trabalhistas e cíveis | |
|--|--|
| Consulte as notas explicativas 3.l e 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas | |

| Principal assunto de auditoria | Como nossa auditoria endereçou esse assunto |
|---|---|
| A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, que envolvem matérias tributárias, principalmente relacionados à utilização de créditos tributários, e também matérias trabalhistas e cíveis. O reconhecimento de ativos ou de passivos decorrente de ações judiciais e administrativas, ou mesmo da tomada de decisão sobre utilização de créditos tributários, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos, principalmente porque há relevante complexidade na legislação brasileira, posicionamentos antagônicos de órgãos e entidades competentes, e diferentes interpretações sobre o mesmo tema que podem ser igualmente válidas. Devido ao uso de julgamentos significativos sobre o reconhecimento de ativos e passivos decorrentes de ações judiciais e administrativas, e nas tomadas de decisões sobre a utilização de créditos tributários, ou na possibilidade de mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, e o fato de que essas mudanças podem impactar significativamente as divulgações e os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. | Com o apoio dos nossos especialistas legais e tributários, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos critérios e julgamentos utilizados pela Companhia para classificação do risco de perda ou de sucesso das demandas judiciais e administrativas, incluindo a dos créditos tributários, a serem registrados nas demonstrações financeiras. Avaliamos os critério e julgamentos utilizados para classificação do risco de perda ou de sucesso das demandas judiciais e administrativas, incluindo a avaliação sobre a utilização de créditos tributários, com base nas confirmações externas recebidas dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e nas jurisprudências, pareceres e opiniões legais, quando aplicável. Avaliamos, ainda, se as divulgações em notas explicativas consideram todos os aspectos relevantes. Como resultado dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os registros contábeis de provisões e créditos tributários, assim como suas respectivas divulgações correlatas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. |

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo

das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados

como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 2 de março de 2021


 Felipe Brutti da Silva
 Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 entra para a história da Cia. Hering por seus desafios sem precedentes, e por marcar nosso aniversário de 140 anos. **Somos uma das empresas mais longevas do Brasil e nossa jornada traduz o empreendedorismo e a busca incessante pela nossa melhor versão, seja na gestão, no relacionamento com os clientes e parceiros, com o meio ambiente e com as comunidades com as quais nos relacionamos.**

Neste ano de 2021, evoluímos na visão traduzida por um plano estratégico que combina construção de marcas, expansão e integração de canais, modernização do nosso supply chain, foco no cliente e sustentabilidade. Estes pilares norteiam nossa jornada de transformação digital e cultural para o próximo ciclo. Queremos ampliar a proposta de valor para sermos mais uma vez protagonistas no nosso mercado e fazer a diferença na vida dos nossos clientes.

Como uma empresa tão longeva, não podemos deixar de nos reinventar sempre, mantendo a nossa essência, e de nos preocupar com nosso presente e nosso futuro, assim como de nossas comunidades. **Sendo assim, consideramos os critérios de ESG como balizadores do negócio. Sustentabilidade é jornada contínua, e na Cia. Hering o equilíbrio de relevância dos eixos econômico, social, ambiental e cultural é uma verdade viva em nossas ações, desde nossa fundação.** Em 2020, atualizamos nosso planejamento, integrado à estratégia do negócio, e estruturamos nossa atuação em cinco grandes frentes: Cadeia de Valor, Meio Ambiente, Diversidade, Marcas e Governança.

Concluímos o 4T20 com o Comitê de Sustentabilidade implementado, com a finalização do inventário de emissões da Cia. – que baliza a construção do plano de reduções e neutralização de emissões de gases de efeito estufa – e com a adoção da técnica de análise de ciclo de vida de produto para buscar alternativas mais sustentáveis em nossos processos e produtos. Dois produtos especiais sinalizam esse caminho: as camisetas H+ e Reuse. Lançadas Hering, são produzidas com tecnologia que diminui o consumo de água na manutenção do produto e com resíduos de produção, respectivamente, mantendo os atributos de qualidade e preço pelos quais a marca é reconhecida.

Para 2021, a Companhia fortalece seus compromissos com a publicação de suas metas de longo prazo, e a realização da segunda edição da iniciativa Vestir o Brasil - que capacita jovens de todo país e fomenta o empreendedorismo, em parceria com ONGs referência no País.

Particularizando a visão de comunidades para nossos clientes, procuramos atuar como influenciadores positivos. Seja do ponto de vista de ESG, ou de produtos e serviços, o objetivo é **oferecer a melhor experiência em todos os pontos de contato. Consideramos o cliente como o principal alicerce da nossa evolução cultural.**

Em 2020, a Cia. Hering atingiu 10 milhões de clientes cadastrados e amadureceu a estratégia de NPS, atingindo 70 pontos no 4T20, o que marca apenas o início de nossa trajetória. Evoluímos também nossa plataforma de CRM, que permitiu personalizar as ofertas e customizar as ativações nas lojas e no site, gerando venda incremental de 11% no nosso e-commerce.

O fortalecimento da nossa presença *online* foi uma importante alavanca de transformações - lançamos a *app* da marca Hering, com expressivos resultados de vendas; alcançamos cerca de 100% de cobertura do *pick-up in store* em nossa rede de lojas pelo Brasil; conectamos 5 novos *hubs* de distribuição e ampliamos a capacidade de nosso Centro de Distribuição, para garantir uma experiência cada vez mais fluida.

Além de oferecer uma jornada de compra mais intuitiva e sem fricção, melhorando a usabilidade do *site/app* e experiência, em 2020 também evoluímos substancialmente nosso nível de serviço, nossa logística com redução do tempo médio de entrega de 2,4 dias (entrega super expressa em até 4h), além de estruturar o time do SAC, com redução do tempo médio de resposta de 40 minutos para 23 segundos e um SLA em todos os canais de atendimento de 91%. O cenário foi refletido também no Reclame Aqui, onde recuperamos nossa reputação do nível Regular para Bom.

Toda esta conexão com os clientes não seria possível sem boas histórias - contadas através de nossas marcas com propósito. Dentro de seus posicionamentos, cada uma delas possui conexões emocionais com gerações de brasileiros, e reforça, mais uma vez, sua presença na vida dos nossos clientes. A aceleração das vendas digitais resultou em adaptações na velocidade deste diálogo e na dinâmica desta relação.

Os times de P&D, alinhados com nosso núcleo de *sourcing* e indústria, trabalhou com grande foco na equação produto certo, no lugar certo com o preço certo. Ao longo dos últimos 6 meses, foram lançadas 20 coleções cápsulas com *time-to-market* de até 3 semanas e *sell-through* médio de 70%. Este é um formato inovador para o modelo de negócios, que visa trazer novidade em tempo real e de maneira mais assertiva, assumindo um calendário de lançamentos baseados em testes *online* e migração dos sucessos para as lojas físicas.

2021 será um ano marcado pela inovação, pela criatividade e pela proximidade de nossas marcas com nossos clientes. Estamos revisitando nossa arquitetura de marcas e redefinindo nosso propósito institucional. A Cia. planeja desenvolver novas linhas e categorias de produtos, por exemplo, explorando o potencial de penetração no varejo brasileiro de moda íntima. Os canais de conteúdo serão fortalecidos, assim como o lançamento de produtos com atributos de sustentabilidade, gerando impacto positivo para as pessoas e comunidades relacionadas à empresa e às marcas.

Para traduzir cada vez mais assertivamente esta experiência de marca, estamos focados em evoluir nosso modelo de negócios e gestão, consolidando uma plataforma digital, integrada e ágil, na qual o cliente é o principal foco. Uma jornada que prevê uso de dados, o aumento da eficiência de *sourcing* e logística, além do alto nível de serviço para as marcas e parceiros. Em 2020, evoluímos nas frentes de plataforma B2B e na consolidação do *Showroom Virtual*, com gestão do ciclo de pedido (B2C e B2B) e uso de dados nos projetos de planejamento e alocação de produto.

A agenda de digitalização se torna, cada vez mais, prioritária para sustentar o crescimento e a integração dos nossos canais de venda, potencializada pela alta capilaridade da nossa rede de lojas e parceiros e pelos variados modelos de negócio. Conhecer nossos clientes, o que eles procuram e oferecer facilidade de compra a eles tem sido um dos pontos centrais da Cia. para explorar todo potencial de vendas e desenvolver novos projetos.

Em 2021, o plano é evoluir ainda mais na agenda de *supply chain* e gestão de ciclo de vida. A Companhia toma para si um importante desafio: redesenhar a agenda de S&OP, revisar a matriz de *sourcing* e modernizar nosso processo produtivo para consolidar uma cadeia ágil e integrada com uso ampliado de dados e tecnologia sendo cada vez mais diretivo nas recomendações, eficiente nas alocações e abastecimento das lojas, reduzindo *Time to Market* dos lançamentos e mantendo boa disponibilidade de produtos nos canais.

Como uma Cia. com 140 anos de jornada, reconhecemos os desafios que aparecem ao longo do caminho e, canalizamos nossas energias para ultrapassá-los e fazer acontecer nossa história de sucesso. Para todos estes projetos, em 2021, a Cia. terá seu maior investimento da história, totalizando R\$ 131 milhões em Capex. Estes recursos serão direcionados para nossos programas de tecnologia focados na reestruturação da arquitetura de sistemas e dados, desenvolvimento de infraestrutura, plataformas digitais e estratégia de inovação, modernização do parque industrial e logístico, além de melhorias na experiência de loja.

A jornada é desafiadora, intensa e com etapas a serem percorridas, mas, sobretudo, apaixonante e com alcance exponencial. **Tudo isso é alimentado por atitude empreendedora, pensamento sustentável, inovação, gestão de marcas e construção de parcerias duradouras, valores que estão no DNA da empresa há 140 anos e continuarão construindo o futuro.**

DESTAQUES CONSOLIDADOS

| R\$ mil | 2020 | 2019 | Var. 2020/2019 |
|----------------------------|------------------|------------------|-------------------|
| Receita Bruta | 1.272.413 | 1.815.626 | -29,9% |
| Mercado Interno | 1.248.126 | 1.773.491 | -29,6% |
| Mercado Externo | 24.287 | 42.135 | -42,4% |
| Receita Líquida | 1.073.495 | 1.549.159 | -30,7% |
| Lucro Bruto | 419.605 | 678.640 | -38,2% |
| <i>Margem Bruta</i> | 39,1% | 43,8% | -4,7 p.p. |
| Lucro Líquido | 342.969 | 214.702 | 59,7% |
| <i>Margem Líquida</i> | 31,9% | 13,9% | 18,0 p.p. |
| EBITDA | 170.005 | 264.657 | -35,8% |
| <i>Margem EBITDA</i> | 15,8% | 17,1% | -1,3 p.p. |
| ROIC ^(a) | 17,2% | 19,5% | -2,3 p.p. |
| SSS ⁽¹⁾ | -23,5% | 2,3% | -25,8 p.p. |

(a) Últimos 12 meses.

(1) SSS do 4T20 considera todas as marcas da Cia. enquanto 4T19 considera apenas Rede Hering (Hering + Hering Kids)

Valores da tabela acima incluem os efeitos do IFRS16.

DESEMPENHO DE VENDAS

| | 2020 | 2019 | Var. 2020/2019 |
|--------------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Receita Bruta - R\$ mil | 2020 | 2019 | 2020/2019 |
| Receita Bruta Total | 1.272.413 | 1.815.626 | -29,9% |
| Mercado Interno | 1.248.126 | 1.773.491 | -29,6% |
| Mercado Externo | 24.287 | 42.135 | -42,4% |
| Receita Bruta Mercado Interno | 1.248.126 | 1.773.491 | -29,6% |
| Hering | 1.131.637 | 1.585.840 | -28,6% |
| DZARM. | 63.108 | 75.973 | -16,9% |
| Outras ⁽¹⁾ | 53.381 | 111.678 | -52,2% |
| Participação Mercado Interno | 2020 | 2019 | 2020/2019 |
| Multimarcas | 452.256 | 704.840 | -35,8% |
| Franquias | 369.651 | 627.075 | -41,1% |
| Lojas Próprias | 234.461 | 365.829 | -35,9% |
| <i>Webstore</i> | 181.077 | 69.996 | 158,7% |
| Outras ⁽²⁾ | 10.681 | 5.751 | 85,7% |
| Total | 1.248.126 | 1.773.491 | -29,6% |
| Multimarcas | 36,2% | 39,7% | -3,5 p.p. |
| Franquias | 29,6% | 35,4% | -5,8 p.p. |
| Lojas Próprias | 18,8% | 20,6% | -1,8 p.p. |
| <i>Webstore</i> | 14,5% | 3,9% | 10,6 p.p. |
| Outras ⁽²⁾ | 0,9% | 0,4% | 0,5 p.p. |
| Total | 100,0% | 100,0% | - |

(1) Considera a venda de itens de segunda linha, sobras, marca PUC e Folha.

(2) Considera a venda de itens de segunda linha e sobras.

Em 2020 a receita bruta totalizou R\$ 1,3 bilhão, queda de 29,9% *versus* o mesmo período do ano anterior. O ano foi fortemente impactado pela pandemia do Covid-19 o que resultou em um desempenho negativo das lojas físicas que tiveram muitos períodos com decretos impedindo seu pleno funcionamento. Em contrapartida, um destaque no ano foi o crescimento exponencial do e-commerce que encerrou o ano com uma penetração de 14,5% nas vendas totais.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As vendas mesmas-lojas (“*Same-Stores-Sales*”) ficaram negativas em 23,5% *versus* 2019, impactadas por grandes períodos de lojas fechadas, lembrando que na segunda quinzena de março todas as lojas da rede tiveram que ser fechadas e foram tomando uma reabertura gradual ao longo do ano.

Lojas próprias

As vendas das lojas próprias totalizaram R\$ 234,5 milhões, queda de 35,9% *versus* 2019, que apesar do desempenho, tiveram evolução em alguns indicadores como a taxa de conversão que encerrou o ano com crescimento de 5,1 p.p.

Franquias

As vendas para as franquias (“*sell-in*”) totalizaram R\$ 369,7 milhões, queda de 41,1% *versus* 2019. O cenário instável promovido pelo fechamento parcial de lojas e horários de funcionamento reduzidos, foram detratores para o desempenho do canal. Além disso, com a evolução da pandemia ao longo do ano, tivemos cancelamento e redução de algumas coleções.

Multimarcas

As vendas do canal multimarcas apresentaram declínio de 35,8% no ano. Ao contrário do esperado, esse canal se mostrou altamente resiliente, com baixos níveis de fechamento de clientes ao longo do ano e maior volume e recorrência de compras *sell-in*. Além disso, introduzimos um novo modelo de *go-to-market* 100% digital, tornando a jornada do *showroom* mais intuitiva e amplificando a experiência de compra.

Webstore

As vendas *online* totalizaram R\$ 181,1 milhões, alta de 158,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho está relacionado a grandes iniciativas adotadas ao longo do ano com agendas como a integração do centro de distribuição de operação da *web* com o nosso CD principal, evolução da cauda longa com incremento de sortimento, melhora na usabilidade, amplificação da experiência e consequente aumento do tempo de navegação além do lançamento do *app* de vendas.

Mercado Externo

O mercado externo apresentou retração de 42,4%. Destacam-se nesses mercados aumento da competitividade local e redução do fluxo nos *shoppings*. O mercado externo representa 1,9% do faturamento da Companhia.

REDE DE LOJAS

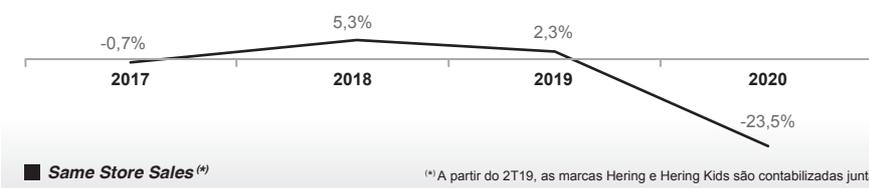
A Companhia encerrou o ano com 778 lojas, das quais 758 no Brasil e 20 no mercado internacional. No ano foram inauguradas 130 lojas. Destaca-se no ano as Mega Lojas (*One-Stop-Shop*), totalizando 6 operações neste formato, permitindo uma experiência diferenciada para o consumidor. A loja serve como *hub* de distribuição dos pedidos *online* da região, além de contar com todas as modalidades *Omnichannel* e experiência digital, como *lockers* inteligentes para retirada dos pedidos via *QR code*, *mobile checkout* em 100% da equipe de venda e plataforma de personalização de camisetas.

Seguindo o processo de reorganização pela qual a Companhia está passando, entendeu-se que a proposta de valor da marca Hering Kids, com ajustes pontuais na estratégia de comunicação e sortimento de produto, seria suficiente para endereçar o mercado infantil e dessa maneira descontinuou a marca PUC.

DESEMPENHO DA REDE HERING

Em 2020, as vendas da rede Hering totalizaram R\$ 1,1 bilhão, 28,6% abaixo do ano anterior. Apesar da queda de 35,8% no número de atendimentos relacionado ao fechamento de lojas e limitação de circulação, destaca-se o crescimento em número de peças por atendimento junto com o *ticket* médio.

As vendas base mesmas lojas (“*Same-Stores-Sales*”), as quais consideram lojas comparáveis abertas há pelo menos 13 meses, incluindo a participação das vendas *online*, caíram 23,5%, reflexo do fechamento de lojas e restrições ocasionados pela pandemia.



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

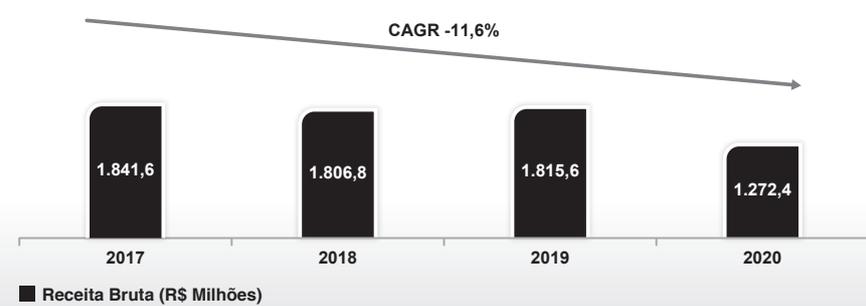
| R\$ mil | 2020 | Part. (%) | 2019 | Part. (%) | Var. 2020/2019 |
|----------------------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|----------------|
| Receita Bruta de Vendas | 1.272.413 | 118,5% | 1.815.626 | 117,2% | -29,9% |
| Deduções de Venda | (198.918) | -18,5% | (266.467) | -17,2% | -25,3% |
| Receita Líquida de Vendas | 1.073.495 | 100,0% | 1.549.159 | 100,0% | -30,7% |
| Custo dos Produtos Vendidos | (640.220) | -59,6% | (874.631) | -56,5% | -26,8% |
| Ajuste a Valor Presente | 9.506 | 0,9% | 18.514 | 1,2% | -48,7% |
| Subvenção para Investimentos | 11.411 | 1,1% | 19.824 | 1,3% | -42,4% |
| Depreciação e Amortização | (34.587) | -3,2% | (34.226) | -2,2% | 1,1% |
| Lucro Bruto | 419.605 | 39,1% | 678.640 | 43,8% | -38,2% |

| R\$ mil | 2020 | Part. (%) | 2019 | Part. (%) | Var. 2020/2019 |
|---|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|
| Despesas Operacionais | (338.431) | -31,5% | (502.407) | -32,4% | -32,6% |
| Vendas | (278.180) | -25,9% | (359.579) | -23,2% | -22,6% |
| Perda pela não recuperabilidade de ativos | (20.398) | -1,9% | (12.197) | -0,8% | 67,2% |
| G&A e Rem. dos Administradores | (52.410) | -4,9% | (61.161) | -3,9% | -14,3% |
| Depreciação e Amortização | (54.244) | -5,1% | (54.198) | -3,5% | 0,1% |
| Outras despesas operacionais | (93.168) | -8,7% | (54.691) | -3,5% | 70,4% |
| Outras receitas operacionais | 159.969 | 14,9% | 39.419 | 2,5% | 305,8% |
| Lucro Operacional Antes das Financeiras | 81.174 | 7,6% | 176.233 | 11,4% | -53,9% |
| Receitas financeiras | 245.849 | 22,9% | 68.450 | 4,4% | 259,2% |
| Despesas financeiras | (62.406) | -5,8% | (35.756) | -2,3% | 74,5% |
| Total resultado financeiro | 183.443 | 17,1% | 32.694 | 2,1% | 461,1% |
| Lucro Líquido Antes de CSLL e IRPJ | 264.617 | 24,7% | 208.927 | 13,5% | 26,7% |
| Impostos Correntes - CSLL e IRPJ | 71.315 | 6,6% | (3.120) | -0,2% | -2.385,7% |
| Impostos Diferidos - CSLL e IRPJ | 7.037 | 0,7% | 8.895 | 0,6% | -20,9% |
| Lucro Líquido | 342.969 | 31,9% | 214.702 | 13,9% | 59,7% |
| Atribuível aos acionistas controladores | 342.969 | 31,9% | 214.702 | 13,9% | 59,7% |
| Lucro básico por ação - R\$ - Atribuível aos acionistas controladores | 2,1382 | | 1,3271 | | 61,1% |
| EBITDA | 170.005 | 15,8% | 264.657 | 17,1% | -35,8% |

Valores da tabela acima incluem os efeitos do IFRS16.

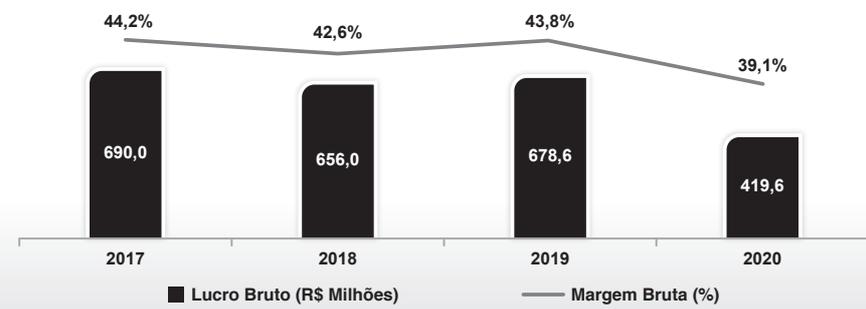
RECEITA BRUTA

A receita bruta atingiu R\$ 1,3 bilhão em 2020, queda de 29,9% *versus* o mesmo período do ano anterior, explicada pelo fechamento de lojas e consequente redução de fluxo nas lojas. Um destaque positivo foi o desempenho do *e-commerce*.



LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

O lucro bruto da Companhia atingiu R\$ 419,6 milhões em 2020, queda de 38,2% *versus* 2019. A margem bruta atingiu 39,1%, redução de 4,7 p.p. relacionada a menor diluição de custo fixo e consequente desalavancagem operacional na operação fabril a despeito da redução de 14,5% nestas despesas.



DESPESAS OPERACIONAIS

Em 2020, as despesas operacionais atingiram R\$ 338,4 milhões, diminuição de 32,6% em relação a 2019. As despesas foram positivamente impactadas por itens não-recorrentes no montante de R\$ 92,5 milhões em 2020 e R\$ 13,8 milhões em 2019.

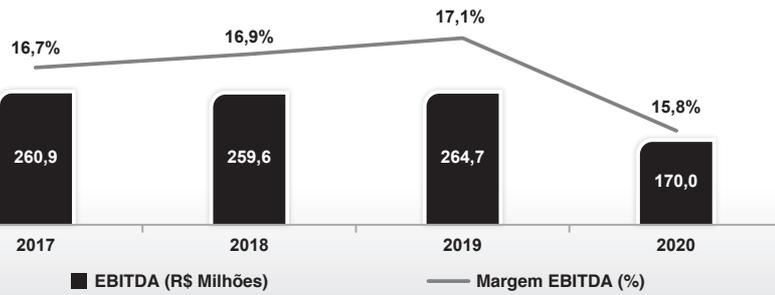
Excluindo esses efeitos não-recorrentes a Companhia atingiu o montante de R\$ 431,0 milhões, redução de 16,5% *versus* 2019, resultado de contingenciamentos, produtividade e realocações de recursos ao longo do ano em todas as esferas da Companhia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EBITDA E MARGEM EBITDA

No acumulado do ano o EBITDA atingiu R\$ 170,0 milhões, queda de 35,8% versus 2019 e margem de 15,8% com retração de 1,3 p.p.

Excluindo os efeitos não-recorrentes, o EBITDA corrente da Companhia, no acumulado do ano, seria de R\$ 77,5 milhões, diminuição de 69,1% e margem de 7,2% com retração de 9,0 p.p.

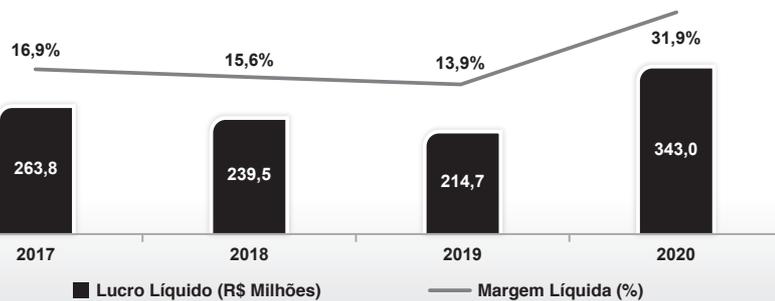


Reconciliação EBITDA - R\$ mil

| | 2020 | 2019 | Var. 2020/2019 |
|-------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Lucro Líquido | 342.969 | 214.702 | 59,7% |
| (+) IR e CSLL | (78.352) | (5.775) | 1256,7% |
| (-) Resultado Financeiro | (183.443) | (32.694) | 461,1% |
| (+) Depreciação e Amortização | 88.831 | 88.424 | 0,5% |
| (=) EBITDA | 170.005 | 264.657 | -35,8% |
| Margem EBITDA | 15,8% | 17,1% | -1,3 p.p. |

LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

Em 2020, o lucro líquido atingiu R\$ 343,0 milhões, aumento de 59,7% versus 2019 impulsionado por créditos fiscais operacionais⁽¹⁾ e aumento no resultado financeiro líquido de R\$ 150,7 milhões, em razão das correções monetárias do crédito presumido de ICMS⁽²⁾ e PIS e COFINS⁽³⁾, além do crédito do imposto de renda e contribuição social de R\$ 115,3 milhões.



⁽¹⁾ Créditos operacionais referem-se a itens não-recorrentes no valor de R\$ 92,5 milhões, que se excluiu o imposto de renda de 34% seria de R\$ 61,1 milhões, no lucro.

⁽²⁾ Crédito judicial de IRPJ e CSLL relativo a exclusão do crédito presumido de ICMS reconhecido no 3T20 (R\$ 173,5 milhões) e 4T20 (R\$ 13,7 milhões) no montante total de R\$ 187,2 milhões com juros e principal, sendo R\$ 74,6 milhões referente juros e atualizações monetárias que se excluiu o imposto de renda de 34% apenas sobre a atualização monetária, seria de R\$ 49,2 milhões.

⁽³⁾ Crédito de PIS e COFINS referente ao período do segundo trimestre no montante líquido de impostos de R\$ 260, 5 milhões, que se excluiu o imposto de renda de 34% seria de R\$ 171,9 milhões.

INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2020 totalizaram R\$ 47,0 milhões, redução de 27,4%, relacionado à abertura e reforma de lojas, manutenção e melhorias no parque industrial, melhorias na eficiência operacional com projetos de CRM, tecnologia e robotização (RPA), além da modernização do escritório de São Paulo refletindo a transformação cultural da Companhia.

Investimentos - R\$ mil

| | 2020 | 2019 | Var. 2020/2019 |
|-----------------------|---------------|---------------|----------------|
| Indústria | 8.859 | 27.646 | -68,0% |
| Transformação digital | 21.513 | 17.803 | 20,8% |
| Lojas | 11.951 | 18.931 | -36,9% |
| Outros | 4.667 | 304 | 1.435,2% |
| Total | 46.990 | 64.684 | -27,4% |

GERAÇÃO DE CAIXA

Em 2020 a geração de caixa livre foi de R\$ 35,9 milhões, redução de 79,5% versus ano anterior, reflexo do menor resultado operacional. Destaca-se a gestão tempestiva de caixa pela Companhia, incluindo foco na gestão de capital de giro e repriorização de investimentos.

DFC Gerencial Consolidado - R\$ mil

| | 2020 | 2019 | Var. 2020/2019 |
|-----------------------------|----------------|----------------|-----------------|
| EBITDA | 170.005 | 264.657 | (94.652) |
| Itens Não caixa | (115.670) | 26.721 | (142.391) |
| Arrendamentos | (32.444) | (28.158) | (4.286) |
| AVP Clientes e Fornecedores | 8.029 | 15.092 | (7.063) |
| IR&CS Corrente | (37.673) | (3.120) | (34.553) |

DFC Gerencial Consolidado - R\$ mil

| | 2020 | 2019 | Var. 2020/2019 |
|--|-----------------|-----------------|------------------|
| Investimento em Capital de Giro | 90.651 | (35.036) | 125.687 |
| Contas a receber de clientes | (3.405) | 3.275 | (6.680) |
| Estoques | (41.937) | (5.683) | (36.254) |
| Fornecedores | 61.511 | (20.901) | 82.412 |
| Outros | 74.482 | (11.727) | 86.209 |
| CapEx | (46.990) | (64.684) | 17.694 |
| Geração de Caixa Livre | 35.908 | 175.471 | (139.564) |

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Os proventos relativos ao exercício de 2020 totalizaram R\$ 87,0 milhões, representando "payout" de 25% do lucro líquido da Companhia.

| Proposta de distribuição de proventos | R\$ milhões | R\$ por ação ⁽¹⁾ | Aprovado em | Data base | Pago em |
|--|-------------|-----------------------------|-------------|------------|------------|
| Juros Sobre o Capital | | | | | |
| Próprio | 35,3 | 0,2196 | 30/06/2020 | 06/07/2020 | 18/11/2020 |
| Dividendos | 16,7 | 0,1052 | 10/12/2020 | 16/12/2020 | 30/12/2020 |
| Juros Sobre o Capital | | | | | |
| Próprio | 18,3 | 0,1153 | 10/12/2020 | 16/12/2020 | 30/12/2020 |
| Total Proventos pagos | 70,3 | 0,4401 | | | |
| Payout ratio | 21% | | | | |
| Dividendos complementares⁽²⁾ | 16,6 | 0,1049 | | | |
| Total proventos | 87,0 | 0,5450 | | | |

Lucro líquido do exercício -

controladora 343,0

Payout ratio 25%

⁽¹⁾ Valor por ação líquido das ações em tesouraria quando aplicável.

⁽²⁾ Complemento para dividendo mínimo obrigatório, cuja data de pagamento será definida e aprovada em Assembleia Geral.

PROGRAMA DE RECOMPRA

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05/02/2020, o Conselho aprovou um novo programa de Recompra de Ações que autoriza a aquisição de até 1,4 milhão de ações, correspondendo a 1,17% do total de ações em circulação ("free float"), com vigência até 05/02/2021. Em 2020 foram recompradas 3.750.156 ações.

ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia está apresentando na tabela abaixo, o orçamento de capital para o exercício de 2021, em entendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009.

A Administração está propondo a retenção de R\$ 240.088 do lucro líquido do exercício de 2020, para fazer frente aos investimentos previstos pela Companhia para o ano de 2021 e para reforço do capital de giro.

Orçamento de Capital e Capital de Giro - R\$ mil

| | |
|--|----------------|
| I - Investimento em ativos | 131.172 |
| - TI | 84.000 |
| - Lojas | 25.756 |
| - Indústria | 18.416 |
| - Outros | 3.000 |
| II - Capital de giro | 108.916 |
| Total Geral | 240.088 |
| Fontes de Financiamento (Reserva de Retenção de Lucros) | 240.088 |

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Cia. Hering junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do período.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Acompanha, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

| Ativo | Notas | Controladora | | Consolidado | | Passivo | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|-------|------------------|------------------|------------------|------------------|--|-------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | | | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Circulante | | | | | | Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 467.431 | 364.423 | 467.842 | 364.824 | Empréstimos e financiamentos | 22 | 207.967 | - | 207.967 | - |
| Contas a receber de clientes | 7 | 431.773 | 441.479 | 431.802 | 441.508 | Fornecedores | 23 | 259.701 | 187.008 | 259.701 | 187.008 |
| Estoques | 9 | 373.266 | 322.824 | 373.266 | 322.824 | Salários e encargos sociais | 16 | 35.572 | 36.337 | 35.572 | 36.337 |
| Impostos a recuperar | 10 | 140.218 | 63.233 | 140.224 | 63.239 | Parcelamentos tributários e previdenciários | | 104 | 369 | 363 | 500 |
| Outras contas a receber | 8 | 12.092 | 17.348 | 12.092 | 17.348 | Imposto de renda e contribuição social a pagar | | 232 | 136 | 232 | 136 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 24.e | - | 1.419 | - | 1.419 | Obrigações tributárias | 17 | 29.402 | 24.690 | 29.407 | 24.694 |
| Despesas antecipadas | | 4.054 | 2.453 | 4.054 | 2.453 | Provisões para contingências | 19 | 3.120 | 2.420 | 3.120 | 2.420 |
| | | 1.428.834 | 1.213.179 | 1.429.280 | 1.213.615 | Outras provisões | 19 | 47.531 | 29.384 | 47.531 | 29.384 |
| | | | | | | Dividendos e juros de capital próprio a pagar | 25.e | 17.614 | 807 | 17.614 | 807 |
| | | | | | | Instrumentos financeiros derivativos | 24.e | 663 | - | 663 | - |
| | | | | | | Outras contas a pagar | | 11.867 | 19.357 | 9.145 | 17.138 |
| | | | | | | Passivo de arrendamento | 15 | 22.753 | 26.779 | 22.753 | 26.779 |
| | | | | | | | | 636.526 | 327.287 | 634.068 | 325.203 |
| Não circulante | | | | | | Não circulante | | | | | |
| Aplicações financeiras restritas | 6 | 5.194 | 5.064 | 5.194 | 5.064 | Parcelamentos tributários e previdenciários | | 1.081 | 1.161 | 1.140 | 1.233 |
| Impostos a recuperar | 10 | 346.261 | 27.399 | 346.261 | 27.399 | Provisões para contingências | 19 | 13.786 | 12.708 | 13.786 | 12.708 |
| Impostos diferidos | 11 | 66.463 | 59.041 | 66.463 | 59.041 | Outras provisões | 19 | 104 | 104 | 104 | 104 |
| Contas a receber de clientes | 7 | 3.589 | 10.876 | 3.589 | 10.876 | Benefícios a empregados | 21 | 6.116 | 5.769 | 6.116 | 5.769 |
| Outras contas a receber | 8 | 30.072 | 28.391 | 30.072 | 28.391 | Obrigações por incentivos fiscais | | 490 | 490 | 490 | 490 |
| Investimentos empresas controladas | 12 | 2.845 | 2.448 | - | - | Outras contas a pagar | | 1.897 | 1.165 | 1.897 | 1.165 |
| Imobilizado | 13 | 271.383 | 298.511 | 271.383 | 298.511 | Passivo de arrendamento | 15 | 60.706 | 38.704 | 60.706 | 38.704 |
| Intangível | 14 | 98.857 | 92.973 | 98.857 | 92.973 | | | 84.180 | 60.101 | 84.239 | 60.173 |
| Ativo de direito de uso | 15 | 89.506 | 75.903 | 89.506 | 75.903 | Patrimônio líquido | 25 | | | | |
| | | 914.170 | 600.606 | 911.325 | 598.158 | Capital social | | 381.166 | 381.166 | 381.166 | 381.166 |
| | | | | | | Reserva de capital | | 47.542 | 41.480 | 47.542 | 41.480 |
| | | | | | | Ações em tesouraria | | (66.968) | (1.551) | (66.968) | (1.551) |
| | | | | | | Reservas de lucros | | 1.254.687 | 998.325 | 1.254.687 | 998.325 |
| | | | | | | Ajuste de avaliação patrimonial | | 5.817 | 6.017 | 5.817 | 6.017 |
| | | | | | | Outros resultados abrangentes | | 54 | 960 | 54 | 960 |
| | | | | | | Atribuído aos acionistas controladores | | 1.622.298 | 1.426.397 | 1.622.298 | 1.426.397 |
| | | 2.343.004 | 1.813.785 | 2.340.605 | 1.811.773 | | | 2.343.004 | 1.813.785 | 2.340.605 | 1.811.773 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Receita operacional líquida | 27 | 1.073.495 | 1.549.159 | 1.073.495 | 1.549.159 |
| Custo dos produtos vendidos | 28 | (653.890) | (870.519) | (653.890) | (870.519) |
| Lucro bruto | | 419.605 | 678.640 | 419.605 | 678.640 |
| Receitas (Despesas) operacionais | | | | | |
| Vendas | 29 | (278.180) | (359.579) | (278.180) | (359.579) |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | 24.a(ii) | (20.398) | (12.197) | (20.398) | (12.197) |
| Administrativas e gerais | 30 | (43.537) | (51.778) | (43.879) | (51.971) |
| Honorários da administração | 20 | (8.111) | (8.802) | (8.531) | (9.190) |
| Depreciação e amortização | | (54.244) | (54.198) | (54.244) | (54.198) |
| Outras despesas operacionais | 31 | (93.143) | (54.669) | (93.168) | (54.691) |
| Outras receitas operacionais | 31 | 159.969 | 39.419 | 159.969 | 39.419 |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos | | 81.961 | 176.836 | 81.174 | 176.233 |
| Receitas financeiras | 32 | 245.471 | 68.381 | 245.849 | 68.450 |
| Despesas financeiras | 32 | (62.712) | (35.835) | (62.406) | (35.756) |
| Receitas (Despesas) financeiras líquidas | | 182.759 | 32.546 | 183.443 | 32.694 |
| Equivalência patrimonial | 12 | (103) | (455) | - | - |
| Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social | | 264.617 | 208.927 | 264.617 | 208.927 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 33 | 71.315 | (3.120) | 71.315 | (3.120) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 33 | 7.037 | 8.895 | 7.037 | 8.895 |
| Lucro líquido do exercício | | 342.969 | 214.702 | 342.969 | 214.702 |
| Atribuível aos: | | | | | |
| Acionistas controladores | | 342.969 | 214.702 | 342.969 | 214.702 |
| Lucro por ação atribuível aos acionistas controladores - R\$ | | | | | |
| Básico | 34 | | | 2,1382 | 1,3271 |
| Diluído | 34 | | | 2,1061 | 1,3025 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Lucro líquido do exercício | | 342.969 | 214.702 | 342.969 | 214.702 |
| Outros resultados abrangentes | | | | | |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado: | | | | | |
| Benefícios a empregados - plano de previdência privada, líquido de tributos | 21 | 164 | (1.923) | 164 | (1.923) |
| | | 164 | (1.923) | 164 | (1.923) |
| Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado: | | | | | |
| Valor justo de instrumento financeiro de <i>hedge</i> de fluxo de caixa, líquido de tributos | 24 | (905) | 1.592 | (905) | 1.592 |
| | | (905) | 1.592 | (905) | 1.592 |
| Resultado abrangente do exercício | | 342.228 | 214.371 | 342.228 | 214.371 |
| Total do resultado abrangente atribuível aos: | | | | | |
| Acionistas controladores | | 342.228 | 214.371 | 342.228 | 214.371 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

| | Controladora e Consolidado | | | | | | | | | |
|--|----------------------------|--------------------|--------------------|---------------|--------------------|-----------------|---------------------|-------------------|--|-----------------------------|
| | Capital social | Reserva de capital | Reservas de lucros | | | | Ações em tesouraria | Lucros acumulados | Ajuste de avaliação patrimonial Outros resultados abrangentes | Total do patrimônio líquido |
| | | | Incentivos fiscais | Legal | Retenção de lucros | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 369.618 | 35.982 | 841.261 | 56.556 | 16.877 | (6.372) | - | 6.154 | 1.320.076 | |
| Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada | - | - | - | - | - | - | (1.923) | - | (1.923) | |
| Plano de remuneração por ações | - | 5.498 | - | - | - | - | - | - | 5.498 | |
| Ações em tesouraria vendidas | - | - | - | - | 1.571 | 4.821 | - | - | 6.392 | |
| Correção monetária imobilizado - realização | - | - | - | - | - | - | 769 | (769) | - | |
| Ajuste instrumentos financeiros - <i>hedge accounting</i> | - | - | - | - | - | - | - | 1.592 | 1.592 | |
| Aumento de capital com reserva de incentivos fiscais | 330 | - | (330) | - | - | - | - | - | - | |
| Aumento de capital pelo exercício de <i>stock options</i> | 11.218 | - | - | - | - | - | - | - | 11.218 | |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 214.702 | - | 214.702 | |
| Destinações: | | | | | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | - | 3.403 | - | - | (3.403) | - | - | |
| Reserva de incentivos fiscais | - | - | 146.648 | - | - | - | (146.648) | - | - | |
| Dividendos | - | - | (49.992) | - | - | - | - | - | (49.992) | |
| Juros sobre capital próprio | - | - | - | - | - | - | (81.166) | - | (81.166) | |
| Utilização de reserva de retenção de lucros para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio | - | - | - | - | (17.669) | - | 17.669 | - | - | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 381.166 | 41.480 | 937.587 | 59.959 | 779 | (1.551) | - | 6.977 | 1.426.397 | |
| Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada | - | - | - | - | - | - | - | 164 | 164 | |
| Transferência dos ganhos e perdas atuariais | - | - | - | - | - | - | 164 | (164) | - | |
| Plano de remuneração por ações (nota explicativa 26) | - | 6.062 | - | - | - | - | - | - | 6.062 | |
| Ações em tesouraria adquiridas (nota explicativa 25.b) | - | - | - | - | - | (65.417) | - | - | (65.417) | |
| Correção monetária imobilizado - realização | - | - | - | - | - | - | 201 | (201) | - | |
| Ajuste instrumentos financeiros - <i>hedge accounting</i> (nota explicativa 24.e) | - | - | - | - | - | - | - | (905) | (905) | |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 342.969 | - | 342.969 | |
| Destinações: | | | | | | | | | | |
| Reserva legal (nota explicativa 25.d) | - | - | - | 16.274 | - | - | (16.274) | - | - | |
| Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (nota explicativa 25.e) | - | - | - | - | - | - | (70.330) | - | (70.330) | |
| Dividendos complementares (nota explicativa 25.e) | - | - | - | - | - | - | (16.642) | - | (16.642) | |
| Reserva de retenção de lucros (nota explicativa 25.d) | - | - | - | - | 240.088 | - | (240.088) | - | - | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 381.166 | 47.542 | 937.587 | 76.233 | 240.867 | (66.968) | - | 5.871 | 1.622.298 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

| | Notas | Controladora | | Consolidado | | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------|----------------|----------------|----------------|----------------|-------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais: | | | | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 342.969 | 214.702 | 342.969 | 214.702 | | | | | |
| Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais: | | | | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos | 33 | (7.037) | (8.895) | (7.037) | (8.895) | | (1.216) | (2.991) | (1.216) | (3.047) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente líquidos | 33 | 37.673 | 3.120 | 37.673 | 3.120 | | 37.753 | 3.301 | 37.869 | 3.497 |
| Variações monetária, cambial, arrendamentos e depreciação e amortização | 15 | 13.292 | 4.828 | 13.292 | 4.828 | 12 | - | 510 | - | - |
| Depreciação e amortização | 13/14/15 | 88.831 | 88.424 | 88.831 | 88.424 | | | | | |
| Baixa de ativos imobilizados e intangíveis | 13/14 | 5.941 | (170) | 5.941 | (170) | | | | | |
| Resultado da baixa de arrendamento e fundo de comércio | 15 | 1.009 | 94 | 1.009 | 94 | | | | | |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | 24 | 20.398 | 12.197 | 20.398 | 12.197 | | | | | |
| Plano de opção de compra de ações | 26 | 6.062 | 5.498 | 6.062 | 5.498 | | | | | |
| Equivalência patrimonial | 12 | 103 | 455 | - | - | | | | | |
| Provisão para ajuste a valor de realização estoques | 9 | (8.505) | 3.001 | (8.505) | 3.001 | | | | | |
| Provisão para contingências | 19 | 8.018 | 5.744 | 8.018 | 5.744 | | | | | |
| Benefícios a empregados | 21 | 596 | 357 | 596 | 357 | | | | | |
| Provisão pela não recuperabilidade de ativo imobilizado | 13 | 3.838 | - | 3.838 | - | | | | | |
| Crédito Judicial PIS e COFINS | 10.e | (260.486) | - | (260.486) | - | | | | | |
| Crédito Judicial - IRPJ e CSLL atualização monetária | 10.g | (71.018) | - | (71.018) | - | | | | | |
| Crédito Judicial - IRPJ e CSLL correntes | 10.g | (108.988) | - | (108.988) | - | | | | | |
| Variações nos ativos e passivos | | | | | | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | (3.405) | 3.282 | (3.405) | 3.275 | | | | | |
| Estoques | | (41.937) | (5.683) | (41.937) | (5.683) | | | | | |
| Impostos a recuperar | | (6.580) | 5.209 | (6.580) | 5.209 | | | | | |
| Outros ativos | | 3.393 | (6.994) | 3.393 | (6.994) | | | | | |
| Fornecedores | | 61.511 | (20.901) | 61.511 | (20.901) | | 364.423 | 319.417 | 364.824 | 320.540 |
| Contas a pagar e provisões | | (3.258) | (13.427) | (3.195) | (13.512) | | 467.431 | 364.423 | 467.842 | 364.824 |
| | | | | | | | 103.008 | 45.006 | 103.018 | 44.284 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | | | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|--------------------|------------------|--------------------|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Receitas | | | | | Distribuição do valor adicionado | | | | |
| Vendas de mercadoria (receita bruta) | 1.272.413 | 1.815.626 | 1.272.413 | 1.815.626 | Pessoal | | | | |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | (20.398) | (12.197) | (20.398) | (12.197) | Remuneração direta | 222.848 | 237.818 | 222.848 | 237.818 |
| | 1.252.015 | 1.803.429 | 1.252.015 | 1.803.429 | Benefícios | 22.314 | 26.803 | 22.314 | 26.803 |
| Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI) | | | | | FGTS | 12.347 | 15.070 | 12.347 | 15.070 |
| Matérias-primas consumidas | (228.200) | (315.426) | (228.200) | (315.426) | | 257.509 | 279.691 | 257.509 | 279.691 |
| Custos das mercadorias vendidas | (217.836) | (267.909) | (217.836) | (267.909) | Tributos | | | | |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais | (398.750) | (455.553) | (399.370) | (456.052) | Federais | 32.417 | 139.156 | 32.417 | 139.156 |
| | (844.786) | (1.038.888) | (845.406) | (1.039.387) | Estaduais | 43.377 | 47.488 | 43.377 | 47.488 |
| Retenções | | | | | Municipais | 2.330 | 2.051 | 2.330 | 2.051 |
| Depreciação e amortização | (88.831) | (88.424) | (88.831) | (88.424) | | 78.124 | 188.695 | 78.124 | 188.695 |
| Valor adicionado líquido gerado pela Companhia | 318.398 | 676.117 | 317.778 | 675.618 | Remuneração do capital de terceiros | | | | |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | | | Juros | 13.289 | 4.828 | 13.289 | 4.828 |
| Equivalência patrimonial | (103) | (455) | - | - | Aluguéis | 9.005 | 26.976 | 9.005 | 26.976 |
| Receitas financeiras | 245.471 | 68.381 | 245.849 | 68.450 | Outros | 39.063 | 29.175 | 38.924 | 29.200 |
| Outros | 176.193 | 24 | 176.193 | 24 | | 61.357 | 60.979 | 61.218 | 61.004 |
| | 421.561 | 67.950 | 422.042 | 68.474 | Remuneração de capitais próprios | | | | |
| | 739.959 | 744.067 | 739.820 | 744.092 | Juros sobre capital próprio e dividendos propostos | 86.972 | 81.166 | 86.972 | 81.166 |
| | | | | | Lucros retidos | 255.997 | 133.536 | 255.997 | 133.536 |
| | | | | | | 342.969 | 214.702 | 342.969 | 214.702 |
| Valor adicionado total a distribuir | 739.959 | 744.067 | 739.820 | 744.092 | Valor adicionado total distribuído | 739.959 | 744.067 | 739.820 | 744.092 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Cia. Hering com sede em Blumenau, Santa Catarina, e unidades de produção nos Estados de Santa Catarina e Goiás, foi fundada em 1880 e tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral. As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código HGTX3. • **Coronavírus (COVID-19)** - A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, declarou como pandemia o surto do novo coronavírus (COVID-19). O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia mantém acompanhamento periódico de suas operações, através de seu Comitê de Crise, formado pela Administração e um grupo de líderes de diversas áreas, e vem tomando as medidas necessárias para minimizar o impacto do surto da COVID-19, preservar a integridade e saúde dos nossos colaboradores - nossa prioridade absoluta, bem como a garantir a sustentabilidade da nossa rede e do nosso negócio. Desde o fechamento das lojas físicas, iniciado a partir de 19 de março, monitora de forma constante a evolução da pandemia das legislações pertinentes nas cidades nas quais possui operação. Com base nessa análise e seguindo as normativas de cada região, reiniciou gradualmente a reabertura de lojas físicas em localidades específicas. Atualmente 100% das lojas físicas (lojas próprias e franquias) da Companhia já retomaram suas atividades comerciais e encontram-se abertas, seguindo as regras locais, além da implementação de todas as medidas necessárias de higiene e distanciamento social, de modo a garantir a segurança de todos os envolvidos. Adicionalmente, o centro de distribuição em Anápolis (GO), retornou as atividades no dia 20 de abril, após avaliação criteriosa de dados e a adoção de uma série de medidas, como o uso obrigatório de máscaras e medição de temperatura de todos os colaboradores. O centro de distribuição de Blumenau (SC), permaneceu operando com capacidade reduzida com foco nas operações de e-commerce e key accounts. Além disso, a administração da Companhia tomou as seguintes principais medidas relacionadas ao enfrentamento da crise provocada pela pandemia da COVID-19: (i) adoção de trabalho remoto (home office) para as áreas administrativas, fechamento das fábricas e das lojas em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes, suspensão de viagens e eventos e realização de showroom virtual, doações de máscaras, doações de uniformes para hospitais e das camisetas com amor que arrecadaram fundos para compra de respiradores; (ii) adoção de medidas de fortalecimento do Caixa com monitoramento diário da necessidade de caixa, renegociação de fornecedores para postergação de pagamentos e redução de valores contratuais futuros, renegociação das despesas de custo de ocupação de lojas, contingenciamento de despesas e investimentos, revisão do volume de produção e compras, captação de empréstimos para Capital de Giro (R\$ 120.000 em março e R\$ 80.000 em abril de 2020); (iii) adesão às medidas de assistência governamental como postergação do recolhimento do PIS/COFINS, Contribuição Previdenciária, parcelamento do FGTS, redução das alíquotas da contribuição aos serviços sociais autônomos; (iv) adesão ao programa emergencial de manutenção do emprego e renda nos termos da Lei nº 14.020 de 07 de julho de 2020, aplicando nos meses de abril à junho redução de 25% na jornada e salário base, e/ou (ii) suspensão do contrato de trabalho com a manutenção de benefícios e ajuda compensatória da Companhia de 30% sobre o salário bruto para Indústria, CD e Lojas. A Companhia realizou um conjunto de análises sobre o impacto do COVID-19, que envolveu (i) a revisão da vida útil dos ativos imobilizados e a revisão das premissas do teste anual de impairment, cuja análise demonstrou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de ativo imobilizado conforme descrito na nota explicativa 13; (ii) análise da realização dos impostos diferidos, resultando em alongamento do período de realização do crédito, conforme nota explicativa 11; (iii) análise da classificação e contabilização de arrendamento mercantil, devido aos descontos concedidos pelos arrendadores no valor do aluguel mínimo contratual e avaliação da vida útil do ativo de direito de uso, conforme nota explicativa 15; (iv) análise das provisões de riscos e outras provisões; (v) análise de recuperabilidade de instrumentos financeiros, especificamente análise de eventuais perdas de crédito esperadas do contas a receber, cujos impactos estão divulgados na nota explicativa 24; (vi) análise de eventuais perdas por obsolescência de estoques, mantendo-se a política de provisões adotada, considerando a posição de estoques perenes e a política comercial de não revisar estoques abaixo do preço de custo, não houve necessidade de provisão complementar; (vii) análises de continuidade operacional com avaliação de resultados futuros positivos, fluxos de caixa futuros positivos e entre outros e eventos subsequentes. A continuidade das operações e preservação da sustentabilidade da nossa rede e do nosso negócio, é prioridade da Administração da Companhia, e a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

2. BASE DE PREPARAÇÃO - (a) Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), IAS 24/CPC 21, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de março de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. **(b) Base de mensuração**

- As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário. **(c) Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo. **(d) Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras individuais e

consolidadas de acordo com as normas IFRS e BRGAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são: Nota 3g - Vida útil dos ativos imobilizados; Nota 11 - Realização de imposto de renda diferido; Nota 15 - Classificação e contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil; Nota 19 - Provisão para contingências e outras provisões; e Nota 24 - Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros. **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS - (a) Base de consolidação** - As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Cia. Hering e suas controladas a seguir relacionadas:

| | País | Participação (%) | |
|---|---------|------------------|--------|
| | | 2020 | 2019 |
| HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda. | Brasil | 99,99 | 99,99 |
| Hering Internacional SAFI | Uruguai | 100,00 | 100,00 |

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes: • A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de controlar a maioria dos administradores. • Todos os saldos intragrupo, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. • Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades. • Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio. **(b) Moeda estrangeira** - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado. **(c) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e mensuração** - Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de resultado abrangente; e (iii) valor justo por meio do resultado. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48/IFRS 9, a Companhia avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 são classificados da seguinte forma: **Custo amortizado** - Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por *impairment* a cada data de balanço. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. São classificados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, com as variações reconhecidas no resultado financeiro. **(ii) Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, outras contas a pagar, dividendos a pagar, passivo de arrendamento e partes relacionadas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *"Hedge accounting"*, nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*. A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes, como *hedge* de fluxo de caixa. No início da relação de *hedge*, para a adoção do *"Hedge Accounting"*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de *hedge* resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo. A contabilização de "*Hedge Accounting*" é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. Os derivativos não designados como instrumentos de *hedge* são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento. A nota explicativa 24 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. **(d) Caixa e equivalentes de caixa** - Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **(e) Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente. As perdas de créditos esperadas foram constituídas em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **(f) Estoques** - São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização dos dois o menor, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade produtiva. As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas sempre que identificados. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **(g) Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **(ii) Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para o exercício, foram calculadas utilizando a média ponderada da vida útil dos bens de cada grupo, e estão demonstradas abaixo:

| Descrição | Vida útil média (em anos) |
|--|----------------------------------|
| Edifícios e benfeitorias | 31,26 |
| Instalações e equipamentos de produção | 10,04 |
| Móveis e utensílios | 6,21 |
| Bens de informática | 4,67 |
| Veículos | 4,53 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 7,27 |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. **(iii) Custos subsequentes** - O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(h) Ativo intangível - (i) Reconhecimento e mensuração** - A Companhia possui marcas e patentes e *software* reconhecidos como ativos intangíveis. O valor de marcas e patentes refere-se ao registro das marcas da Companhia junto às entidades nacionais e internacionais competentes, os quais são amortizados segundo o prazo de validade dos registros. O valor de *software*, refere-se aos *softwares* adquiridos de terceiros e gerados internamente que são amortizados pela vida útil definida em

laudo de avaliação. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(ii) Amortização** - Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

| Descrição | Vida útil média (em anos) |
|-------------------|----------------------------------|
| Marcas e patentes | 10,00 |
| <i>Software</i> | 8,48 |

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais, são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. **(iii) Gastos subsequentes** - Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(i) Redução ao valor recuperável (impairment) - (i) Ativos financeiros** - Os ativos financeiros são avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidência de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sob condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(ii) Ativos não financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **(j) Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento - (i) Arrendamentos** - Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o exercício do contrato; e (iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. Significa que a Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrente de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se a Companhia de que exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento. **(ii) Fundo de comércio** - O fundo de comércio, refere-se ao registro dos pontos comerciais das lojas próprias os quais são amortizados pelo tempo de vigência dos contratos. A amortização do fundo de comércio é calculada sobre o custo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação a vida útil estimada, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil do fundo de comércio está estimada em 5 anos, sendo revista a cada encerramento de exercício e ajustada caso necessário. **(k) Benefícios a empregados** - A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores, diversos benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia concede também

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

os seguintes benefícios: **(i) Planos de benefícios definido** - Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A Companhia possui plano de previdência privada para seus funcionários (planos de benefício definido). Os cálculos atuariais são realizados anualmente por um atuário qualificado e independente contratado pela Companhia. A obrigação líquida da Companhia quanto ao benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação nas demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do exercício médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado. Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*assets ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no exercício em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em exercícios subsequentes. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes e o custo do serviço e juros no resultado. **(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados** - A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão e planos de saúde é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores, aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no exercício em que surgem. **(iii) Benefícios de curto prazo a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(iv) Transações do plano baseado em ações e ações restritas** - Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas. O valor justo calculado na data de outorga dos acordos de pagamento baseados em ações concedidos aos funcionários é reconhecido como despesas, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o exercício em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. Em 29 de julho de 2020 a Companhia aprovou um plano de ações restritas. O Programa consiste na concessão, por parte da Companhia, de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da Companhia ("Ações Restritas"), de forma gratuita, com valor total equivalente ao valor do incentivo de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração para cada executivo, no momento da outorga das Ações Restritas e posterior transferência de titularidade. A despesa é registrada em uma base "*pro rata temporis*" que se inicia na data da outorga, até a data em que a Companhia transfere o direito das ações ao beneficiário. A despesa corresponde a quantidade de ações concedidas multiplicadas pelo valor justo da ação na data da outorga. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota Explicativa 26. **(i) Provisões** - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação "legal" ou "não formalizada", presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **(m) Ajuste a valor presente** - As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base nas taxas de 0,43% a.m. e 0,38% a.m., respectivamente. Tais índices representam a taxa SELIC do período das operações de compras e taxa de desconto no pagamento antecipado nas operações de venda. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 97 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 95 dias. O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. **(n) Capital social - (i) Ações ordinárias** - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12. **(ii) Ações em Tesouraria** - Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na

demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. **(o) Receita operacional de venda de bens** - A Companhia possui como prática o reconhecimento das suas receitas, levando em consideração a avaliação dos seguintes passos: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho. Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente. A receita operacional decorrente de venda a clientes do varejo e da rede de franquias no mercado nacional e internacional é reconhecida após o faturamento e saída da mercadoria do estabelecimento da Companhia. A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede aos ajustes na receita operacional quando necessário. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **(p) Incentivos e assistências governamentais - Incentivos fiscais** - Os incentivos e as assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 18. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas - impostos incidentes, nos custos dos produtos vendidos tendo como contrapartida os valores que foram financiados, registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos. **(q) Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos e ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são registrados no resultado através do método de juros efetivos. **(r) Imposto de renda e contribuição social** - Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis. O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa 33. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **(s) Resultado por ação** - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. **(t) Informação por segmento** - Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual as demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis. A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de artigos do vestuário e acessórios, como divulgado na nota explicativa 35. **(u) Demonstração do valor adicionado** - A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO** - Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **(i) Contas a receber de clientes e outros créditos** - O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. **(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos** - O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **(iii) Ativos e passivos financeiros derivativos** - Os contratos futuros de câmbio são mensurados a valor justo. **(iv) Transações do plano baseado em ações, liquidável em ações. Programa de stock options** - O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Binomial para o 7º ao 10º programa do Plano de 2008 e 1º ao 3º programa do Plano de 2017. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo. Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas (nota explicativa 26 a). **Programa de ações restritas** - A Companhia mensura o custo de transações a serem liquidadas com ações baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados e premissas mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção e da ação, volatilidade e taxa de juros livre de risco. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 26 b.

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Circulante | | | | |
| Caixa e bancos | 7.876 | 25.317 | 8.287 | 25.718 |
| Caixa e bancos - moeda estrangeira | 70 | 3.258 | 70 | 3.258 |
| Aplicações financeiras: | | | | |
| Renda fixa - CDB | 459.485 | 335.848 | 459.485 | 335.848 |
| | 467.431 | 364.423 | 467.842 | 364.824 |

A Companhia possui valores em caixa, conta corrente e aplicações financeiras em renda fixa - CDB de resgate imediato, sendo a remuneração entre 98,2% a 101,5% da variação do CDI, cujo prazo médio de vencimento é de três meses. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 24. **6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS** - A Companhia mantém em conta bancária própria, o montante de R\$ 5.194 (R\$ 5.064 em 31 de dezembro de 2019) em aplicações de certificados de depósitos bancários - CDB, com rendimento de 99,00% do CDI, que serão mantidas até o vencimento, vinculados ao Plano de Benefício Hering-Prev, para equacionar o resultado deficitário existente no plano, conforme determina a legislação.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Circulante | | | | |
| No País | 456.405 | 454.788 | 456.434 | 454.817 |
| No exterior | 14.859 | 16.523 | 14.859 | 16.523 |
| | 471.264 | 471.311 | 471.293 | 471.340 |
| Ajuste a valor presente | (1.437) | (5.542) | (1.437) | (5.542) |
| Perdas de créditos esperadas (nota explicativa 24 a) | (38.054) | (24.290) | (38.054) | (24.290) |
| | (39.491) | (29.832) | (39.491) | (29.832) |
| | 431.773 | 441.479 | 431.802 | 441.508 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Não circulante | | | | |
| No País | 3.589 | 10.876 | 3.589 | 10.876 |
| | 435.362 | 452.355 | 435.391 | 452.384 |

O movimento do valor do ajuste a valor presente durante o exercício foi o seguinte:

| | Controladora e Consolidado | |
|------------------------------------|----------------------------|----------------|
| | 2020 | 2019 |
| Saldo no início do exercício | (5.542) | (6.225) |
| Adições | (13.768) | (33.768) |
| Baixas | 17.873 | 34.451 |
| Saldo no final do exercício | (1.437) | (5.542) |

A realização do ajuste a valor presente ocorrerá de acordo com o prazo de recebimento do contas a receber, cujo prazo médio é de 97 dias (85 dias em 31 de dezembro de 2019). A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na nota explicativa 24.

| | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|---------------|
| | 2020 | 2019 |
| Circulante | | |
| Adiantamento a fornecedores | 1.783 | 28 |
| Adiantamento a funcionários | 2.137 | 3.023 |
| Contas a receber plano de reforma franquias | 1.281 | 6.091 |
| Contas a receber venda de ativo imobilizado (a) | 3.600 | 5.556 |
| Outros | 3.291 | 2.650 |
| | 12.092 | 17.348 |

| | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|---------------|
| | 2020 | 2019 |
| Não circulante | | |
| Fomentar - bolsa garantia | - | 838 |
| Depósitos judiciais tributários | 13.162 | 8.131 |
| Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis | 12.504 | 11.602 |
| Contas a receber venda de ativo imobilizado (a) | 2.020 | 5.400 |
| Outros | 2.386 | 2.420 |
| | 30.072 | 28.391 |

(a) O montante é composto, principalmente, pelas vendas das unidades de Encano, Ibirama e Rodeio/SC.

| | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|----------------|
| | 2020 | 2019 |
| Produtos acabados | 111.507 | 137.743 |
| Produtos para revenda | 94.464 | 64.677 |
| Produtos em elaboração | 80.820 | 64.064 |
| Estoque em poder de terceiros | 25.766 | 17.610 |
| Matérias-primas | 54.873 | 43.425 |
| Importações em andamento | 13.789 | 11.763 |
| Provisão para ajuste a valor de realização | (7.953) | (16.458) |
| | 373.266 | 322.824 |

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, ou de baixa coleção, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização. Durante o exercício, a provisão para ajuste dos estoques ao valor de realização apresentou a seguinte movimentação:

| | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|-----------------|
| | 2020 | 2019 |
| Saldo no início do exercício | (16.458) | (13.457) |
| Constituição de provisão | (5.039) | (14.962) |
| Reversão de provisão por venda ou baixa | 13.544 | 11.961 |
| Saldo no final do exercício | (7.953) | (16.458) |

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR - A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais que estão contabilizados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Circulante | | | | |
| IPÍ | 1.785 | 1.086 | 1.785 | 1.086 |
| ICMS a recuperar (a) | 41.989 | 40.241 | 41.989 | 40.241 |
| ICMS a recuperar - CIAP | 2.143 | 1.924 | 2.143 | 1.924 |
| IRPJ e CSLL a compensar (b) | 5.056 | 4.817 | 5.056 | 4.817 |
| INSS a recuperar (c) | 1.321 | 4.391 | 1.321 | 4.391 |
| IRRF a compensar | 4.994 | 3.657 | 4.994 | 3.657 |
| PIS e COFINS a recuperar (d) | 2.204 | 4.069 | 2.204 | 4.069 |
| PIS e COFINS s/ imobilizado | 728 | 532 | 728 | 532 |
| Crédito Judicial PIS e COFINS (e) | 76.539 | - | 76.539 | - |
| Outros | 3.459 | 2.516 | 3.465 | 2.522 |
| | 140.218 | 63.233 | 140.224 | 63.239 |

| | Controladora e Consolidado | |
|-----------------------------------|----------------------------|---------------|
| | 2020 | 2019 |
| Não circulante | | |
| IPTU (f) | 2.424 | 2.424 |
| ICMS a recuperar (a) | 18.000 | 12.973 |
| ICMS a recuperar - CIAP | 2.782 | 3.519 |
| PIS e COFINS s/ imobilizado | 5.208 | 4.778 |
| Crédito Judicial PIS e COFINS (e) | 125.963 | - |
| Crédito Judicial IRPJ e CSLL (g) | 187.379 | - |
| Outros | 4.505 | 3.705 |
| | 346.261 | 27.399 |

(a) **ICMS a recuperar** - Créditos decorrentes do fluxo normal de operações da Companhia em Santa Catarina. (b) **IRPJ e CSLL a compensar** - A Companhia recolheu imposto de renda e contribuição social com base no balancete de suspensão e redução em 2018. Foram pagas antecipações superiores ao valor apurado no ano. Os valores recolhidos no período foram revertidos para esta rubrica para fins de compensação com o imposto de renda e contribuição social devidos em períodos de apuração futuros. Em 2020 houve atualização do saldo a compensar com base na Selic, no montante de R\$ 133 e um pagamento de R\$ 106 referente a retificação da ECF 2016 solicitada pela Receita Federal. (c) **INSS a recuperar** - A Companhia realizou levantamento de crédito de contribuição previdenciária patronal recolhida indevidamente sobre os valores descontados das folhas de pagamento a título de vale transporte e vale refeição do período de junho de 2013 até julho de 2018 e do FAP recolhido a maior no período de abril de 2014 até dezembro de 2015. Em 2019 foi reconhecido novo crédito complementar de R\$ 10.777, sendo R\$ 8.320 de principal e R\$ 2.457 de atualização monetária. Em 2019 foi utilizado para compensação, dos créditos levantados, o montante de R\$ 8.210. Em 2020, houve novos levantamentos de créditos no valor total de R\$ 2.646 (incluindo atualização). Houve compensações em 2020, da ordem de R\$ 5.716. (d) **PIS e COFINS a recuperar** - A Companhia realizou um levantamento de créditos de PIS e COFINS em 2019, no montante de R\$ 24.286, referente a despesas essenciais não creditadas anteriormente, sendo parte deste montante compensado no exercício. Em 2020 houve novos levantamentos de créditos, no valor de R\$ 7.755. Do valor total dos créditos levantados, compensou-se em 2020 um total de R\$ 9.620. (e) **Crédito Judicial PIS e COFINS** - A Companhia teve em 19 de maio de 2020, a certificação do trânsito em julgado do mandado de segurança, cujo objeto era o pleito da Companhia para reconhecimento dos créditos fiscais decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

e COFINS. Após uma análise criteriosa, levando em consideração a sua situação processual e a circunstância específica pertinente ao caso e considerando o trânsito em julgado que reconheceu o direito à exclusão do valor do ICMS destacado na nota fiscal de saída, a Companhia possui confiança razoável na mensuração dos valores contabilizados, dentro dos limites da parte dispositiva reconhecida e seguindo a análise da documentação fiscal do período e opinião técnica de seus assessores jurídicos. A Companhia avaliou que a entrada de benefícios econômicos é praticamente certa, reconhecendo assim esse crédito como ativo. O valor atualizado do crédito contabilizado em maio de 2020 foi de R\$ 279.540, sendo R\$ 164.024 de principal, reconhecido em outras receitas operacionais e R\$ 115.516 de atualização monetária, reconhecido no resultado financeiro. Sobre a atualização monetária houve a incidência de PIS e COFINS de R\$ 5.372 reconhecidos em resultado financeiro. Referente ao crédito, houve um montante de despesas de honorários de R\$ 13.680 reconhecido em outras despesas operacionais. O período do referido crédito que foi objeto do Pedido de Habilitação junto à Receita Federal do Brasil se estendeu do início da apuração não cumulativa até 31 de março de 2017, uma vez que a partir de abril de 2017, a Companhia já passou a registrar os efeitos no resultado. A Companhia já obteve o deferimento do pedido de habilitação e já iniciou as compensações com outros tributos federais apurados. Até 31 de dezembro de 2020 foi utilizado o montante de R\$ 78.938 em compensações e reconhecido atualização financeira no valor de R\$ 1.900. (f) **Imposto predial e territorial urbano (IPTU)** - A Companhia registrou em 2006, o crédito referente ao IPTU, devido ao ganho da Ação Ordinária, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade nas exigências de IPTU progressivo em relação ao período de 1999 a 2003, com trânsito julgado em 9 de outubro de 2006. O saldo atualizado monetariamente corresponde ao montante de R\$ 2.424, montante que está aguardando a ordem de precatórios junto a prefeitura para crédito à Companhia. (g) **Crédito judicial de IRPJ e CSLL** - O trânsito em julgado foi registrado após baixa ao TRF4 em 28 de setembro de 2020, os efeitos foram reconhecidos em 30 de setembro de 2020. O valor atualizado é de R\$ 178.310, sendo R\$ 101.328 de pagamento a maior, R\$ 72.176 de atualização monetária (reconhecidos na rubrica de impostos a recuperar, tendo como contrapartida no resultado imposto de renda e contribuição social correntes e resultado financeiro respectivamente), e R\$ 4.806 de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos na rubrica de impostos diferidos. Em 31 de dezembro de 2020 houve um complemento do crédito relativo a exclusão dos créditos presumidos de ICMS de Goiás e também um reconhecimento devido ao trânsito em julgado na outra medida judicial dos créditos presumidos de ICMS de Santa Catarina, cujo valor somado e atualizado é de R\$ 13.711, sendo R\$ 7.660 de pagamento a maior, R\$ 6.051 de atualização monetária (reconhecidos na rubrica de impostos a recuperar, tendo como contrapartida no resultado imposto de renda e contribuição social correntes e resultado financeiro respectivamente) e R\$ 1.546 de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos na rubrica de impostos diferidos. Referente ao crédito, houve um montante de despesas de honorários de R\$ 4.481 reconhecido em outras despesas operacionais, e sobre a atualização monetária houve a incidência de PIS e COFINS de R\$ 3.637 reconhecidos em resultado financeiro. Em 2020, não houve compensações, no entanto, houve de atualização monetária (Selic), no montante de R\$ 164. A expectativa de realização dos principais créditos contabilizados no ativo não circulante está demonstrada no quadro abaixo:

| | 2022 | 2023 | 2024 | Total |
|-----------------------------------|----------------|----------------|---------------|----------------|
| ICMS a recuperar (a) | 18.000 | - | - | 18.000 |
| Crédito Judicial PIS e COFINS (e) | 43.241 | 50.931 | 31.791 | 125.963 |
| Crédito Judicial IRPJ e CSLL (g) | 64.324 | 75.764 | 47.291 | 187.379 |
| | 125.565 | 126.695 | 79.082 | 331.342 |

11. IMPOSTOS DIFERIDOS - (a) Composição - A Companhia possui créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social do exercício

(b) Movimentação dos tributos diferidos

| Ativo | Reconhecido em | | | Reconhecido em | | |
|---|----------------|--------------------------|-------------------------------|----------------|--------------------------|-------------------------------|
| | 2018 | Reconhecido no resultado | outros resultados abrangentes | 2019 | Reconhecido no resultado | outros resultados abrangentes |
| Prejuízos fiscais e base negativa | 23.140 | 8.116 | - | 31.256 | (202) | - |
| AVP - Clientes e fornecedores | 1.072 | 55 | - | 1.127 | (1.287) | - |
| Passivo atuarial benefício empregados | 850 | 121 | 990 | 1.961 | 203 | (84) |
| Provisões temporárias | 28.106 | 334 | - | 28.440 | 8.280 | - |
| | 53.369 | 8.615 | 990 | 62.784 | 6.994 | (84) |
| Passivo | | | | | | |
| Tributos sobre correção monetária imobilizado | (3.496) | 395 | - | (3.101) | 104 | - |
| Varição cambial líquida | 201 | (11) | - | 190 | (598) | - |
| Tributos sobre <i>hedge</i> | 326 | - | (821) | (495) | - | 469 |
| Outras diferenças temporárias | (222) | (115) | - | (337) | 537 | - |
| | (3.392) | 280 | (821) | (3.743) | 43 | 469 |
| Total líquido | 49.977 | 8.895 | 169 | 59.041 | 7.037 | 385 |

12. INVESTIMENTOS - Abaixo demonstramos um sumário das informações das investidas e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

| | HRG Com. | | Hering | | HRG Com. | | Hering | |
|---|---------------------------|--------------|-------------|-----------|--|--------------|--------------|--------------|
| | Vest. Intern. de Serviços | Finan. Ltda. | S.A. - SAFI | Internac. | Vest. Intern. de Serviços | Finan. Ltda. | S.A. - SAFI | Internac. |
| | | | 2020 | 2019 | | | 2020 | 2019 |
| Total de ativos circulante e não circulante | 445 | 2.722 | 3.167 | 2.654 | Participação no capital em % | 99,99% | 100,00% | |
| Total de passivos circulante e não circulante | 322 | - | 322 | 206 | Saldo no início do exercício | 388 | 2.060 | 2.448 |
| Patrimônio líquido | 123 | 2.722 | 2.845 | 2.448 | Aumento de capital | 500 | - | 500 |
| Resultado do exercício | (765) | 66 | (699) | (541) | Dividendos | - | - | (510) |
| | | | | | Equivalência patrimonial | (765) | 662 | (103) |
| | | | | | Investimento pela equivalência patrimonial | 123 | 2.722 | 2.845 |

corrente, sem prazo de prescrição, e das adições e exclusões temporárias, como demonstrado a seguir:

| Ativo | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|----------------|
| | 2020 | 2019 |
| Prejuízos fiscais e base negativa | 31.054 | 31.256 |
| AVP - clientes e fornecedores | (160) | 1.127 |
| Provisão para contingências | 8.699 | 5.143 |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | 7.439 | 8.259 |
| Provisão para despesas administrativas | 1.272 | 1.278 |
| Provisão para despesas comerciais | 5.590 | 2.887 |
| Provisão para despesas variáveis de vendas | 8.508 | 5.381 |
| Provisão para perda estoques obsoletos | 2.246 | 4.741 |
| Passivo atuarial benefícios a empregados | 2.080 | 1.961 |
| Provisão bens do imobilizado | 1.305 | - |
| Outras diferenças temporárias | 1.661 | 751 |
| Total do ativo | 69.694 | 62.784 |
| Passivo | | |
| Tributos sobre correção monetária imobilizado | (2.997) | (3.101) |
| Varição cambial ativa e passiva (líquido) | (408) | 190 |
| Tributos sobre <i>hedge accounting</i> | (26) | (495) |
| Outras diferenças temporárias | 200 | (337) |
| Total do passivo | (3.231) | (3.743) |
| Total líquido | 66.463 | 59.041 |

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com lucros tributáveis. O registro do crédito tributário está suportado por projeções que demonstram que a Companhia apurará lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes considerados suficientes para a realização de tais valores. Tais projeções foram preparadas com base no plano futuro de negócios, elaborado pela Administração da Companhia, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de dezembro de 2020. Para elaborar as projeções dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza premissas alinhadas com suas estratégias corporativas, tais como, crescimento da receita e aumento das margens de lucros, no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. De acordo com esse plano de negócios, tais créditos serão realizados até o exercício de 2027. Periodicamente a Administração reavalia o resultado efetivo desse plano de negócio na geração de lucros tributáveis e, conseqüentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados. A Administração, com base em suas projeções de resultado atualizada, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados, conforme demonstrado a seguir:

| | |
|------|---------------|
| 2021 | 1.109 |
| 2022 | 5.080 |
| 2023 | 8.632 |
| 2024 | 13.590 |
| 2025 | 17.246 |
| 2026 | 22.422 |
| 2027 | 1.615 |
| | 69.694 |

As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

13. ATIVO IMOBILIZADO - (a) Composição da movimentação do custo e depreciação

| Custo: | | | | | | | | Controladora e Consolidado | | |
|-------------------------------------|------------------|-----------------|---------------------|-----------------|------------------|-----------------|----------------------|----------------------------|--|------------------|
| | 2018 | Adições | Transfe- rências | Baixas | 2019 | Adições | *Transfe- rências | Baixas | Provisão pela não recupe- rabilidade de Ativo Imobilizado | 2020 |
| Edifícios e benfeitorias | 127.395 | 30 | 760 | (11.691) | 116.494 | - | 2.742 | - | - | 119.236 |
| Instalações e equipamentos produção | 270.832 | 17.903 | 12.398 | (17.583) | 283.550 | 2.260 | 12.744 | (12.530) | (2.124) | 283.900 |
| Móveis e utensílios | 43.878 | 2.500 | 54 | (3.811) | 42.621 | 2.699 | 416 | (4.086) | (169) | 41.481 |
| Bens de informática | 48.237 | 4.299 | 300 | (2.847) | 49.989 | 2.657 | 378 | (908) | - | 52.116 |
| Veículos | 2.433 | 111 | - | (595) | 1.949 | - | - | (256) | - | 1.693 |
| Benfeitorias imóveis de terceiros | 70.505 | 256 | 2.958 | (1.576) | 72.143 | - | 2.361 | (15.829) | (2.447) | 56.228 |
| Terrenos | 28.995 | - | - | (1.357) | 27.638 | - | - | - | - | 27.638 |
| Imobilização em andamento | 17.212 | 23.564 | (18.912) | (202) | 21.662 | 13.513 | (19.616) | (562) | - | 14.997 |
| | 609.487 | 48.663 | (2.442) | (39.662) | 616.046 | 21.129 | (975) | (34.171) | (4.740) | 597.289 |
| Depreciação: | | | | | | | | | | |
| Edifícios e benfeitorias | (40.398) | (4.019) | - | 4.964 | (39.453) | (3.810) | - | - | - | (43.263) |
| Instalações e equipamentos produção | (150.786) | (18.451) | - | 14.959 | (154.278) | (18.955) | - | 10.711 | 543 | (161.979) |
| Móveis e utensílios | (30.356) | (4.493) | - | 3.046 | (31.803) | (3.770) | - | 3.808 | 148 | (31.617) |
| Bens de informática | (37.943) | (5.030) | - | 2.745 | (40.228) | (4.174) | - | 885 | - | (43.517) |
| Veículos | (1.913) | (208) | - | 561 | (1.560) | (122) | - | 256 | - | (1.426) |
| Benfeitorias imóveis de terceiros | (42.396) | (9.113) | - | 1.296 | (50.213) | (6.672) | - | 12.570 | 211 | (44.104) |
| | (303.792) | (41.314) | - | 27.571 | (317.535) | (37.503) | - | 28.230 | 902 | (325.906) |
| Saldo Líquido: | | | | | | | | | | |
| Edifícios e benfeitorias | 86.997 | (3.989) | 760 | (6.727) | 77.041 | (3.810) | 2.742 | - | - | 75.973 |
| Instalações e equipamentos produção | 120.046 | (548) | 12.398 | (2.624) | 129.272 | (16.695) | 12.744 | (1.819) | (1.581) | 121.921 |
| Móveis e utensílios | 13.522 | (1.993) | 54 | (765) | 10.818 | (1.071) | 416 | (278) | (21) | 9.864 |
| Bens de informática | 10.294 | (731) | 300 | (102) | 9.761 | (1.517) | 378 | (23) | - | 8.599 |
| Veículos | 520 | (97) | - | (34) | 389 | (122) | - | - | - | 267 |
| Benfeitorias imóveis de terceiros | 28.109 | (8.857) | 2.958 | (280) | 21.930 | (6.672) | 2.361 | (3.259) | (2.236) | 12.124 |
| Terrenos | 28.995 | - | - | (1.357) | 27.638 | - | - | - | - | 27.638 |
| Imobilização em andamento | 17.212 | 23.564 | (18.912) | (202) | 21.662 | 13.513 | (19.616) | (562) | - | 14.997 |
| | 305.695 | 7.349 | (2.442) | (12.091) | 298.511 | (16.374) | (975) | (5.941) | (3.838) | 271.383 |

* O montante de R\$ 975 (R\$ 2.442 em 31 de dezembro de 2019) na coluna de transferências, refere-se a créditos de PIS e COFINS sobre imobilizado, de períodos anteriores, que foram reduzidos das contas de ativo imobilizado e acrescentados em impostos à recuperar.

(b) **Revisão de vida útil** - Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. (c) **Bens dados em garantia e penhora** - Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019 a Companhia possui bens do ativo imobilizado dados como garantia de incentivos fiscais no montante de R\$ 1.103, conforme demonstrados na nota explicativa 18 c. (d) **Valor recuperável do ativo imobilizado** - O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Administração avaliou a recuperabilidade e identificou a necessidade de constituir provisão de R\$ 2.304, sendo principalmente para ativos utilizados na produção de *Jeans* localizados na filial de Rio Grande do Norte, pois essa categoria de produto deixará de ser produzida internamente e passará a ser adquirida de fornecedores de *sourcing* nacional. As atividades industriais da filial de Rio Grande do Norte, exceto de produção de *Jeans*, foram migradas para a filial de Goianésia, sendo transferidos os ativos imobilizados relativos a essas atividades. Adicionalmente, foi constituído provisão para recuperabilidade de ativos no montante R\$ 1.533 para ativos relacionados a lojas próprias com atividades encerradas e outros itens.

14. INTANGÍVEL - (a) Composição da movimentação do custo e amortização

| Custo: | | | | | | | | Controladora e Consolidado | |
|---|------------------|-----------------|----------------------|--------------|-----------------|-----------------|---------------------|----------------------------|-----------------|
| | 2018 | Adições | *Transfe- rências | Baixas | 2019 | Adições | Transfe- rências | Baixas | 2020 |
| Marcas e patentes | 2.952 | - | - | - | 2.952 | - | - | - | 2.952 |
| Fundo de comércio | 64.731 | - | (64.731) | - | - | - | - | - | - |
| Software | 140.354 | 638 | 23.422 | (259) | 164.155 | 1.564 | 13.233 | - | 178.952 |
| Intangível em andamento <i>software</i> | 20.119 | 10.323 | (23.422) | - | 7.020 | 21.919 | (13.233) | - | 15.706 |
| | 228.156 | 10.961 | (64.731) | (259) | 174.127 | 23.483 | - | - | 197.610 |
| Amortização: | | | | | | | | | |
| Marcas e patentes | (2.636) | (84) | - | - | (2.720) | (73) | - | - | (2.793) |
| Fundo de comércio | (51.056) | - | 51.056 | - | - | - | - | - | - |
| Software | (63.135) | (15.558) | - | 259 | (78.434) | (17.526) | - | - | (95.960) |
| | (116.827) | (15.642) | 51.056 | 259 | (81.154) | (17.599) | - | - | (98.753) |
| Saldo Líquido: | | | | | | | | | |
| Marcas e patentes | 316 | (84) | - | - | 232 | (73) | - | - | 159 |
| Fundo de comércio | 13.675 | - | (13.675) | - | - | - | - | - | - |
| Software | 77.219 | (14.920) | 23.422 | - | 85.721 | (15.962) | 13.233 | - | 82.992 |
| Intangível em andamento <i>software</i> | 20.119 | 10.323 | (23.422) | - | 7.020 | 21.919 | (13.233) | - | 15.706 |
| | 111.329 | (4.681) | (13.675) | - | 92.973 | 5.884 | - | - | 98.857 |

* O saldo de transferências, em 31 de dezembro de 2019, refere-se a reclassificação de Fundo de Comércio do Intangível para Ativos de Direitos de Uso conforme IFRS 16 / CPC 06 R(2) (nota explicativa 15).

(b) **Revisão de vida útil** - Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. (c) **Valor recuperável de ativos** - O intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Administração revisou as projeções de fluxos de caixa de ativos e não encontrou a necessidade de provisões para valor recuperável de ativos. 15. **ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO - (a) Ativo de direito de uso** - Na adoção inicial a mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo dos contratos.

(i) Composição e movimentação

| Custo: | Controladora e Consolidado | | | | | | | | | |
|------------------------|----------------------------|------------------------------|---------------|----------------|----------------|---------------|---------------|----------------|-----------------|----------------|
| | Prazo médio em anos | Saldo inicial em 01/01/19 | Adições | Baixas | 2019 | Adições | Remensurações | Transferências | Baixas | 2020 |
| Lojas | | 64.176 | 13.983 | (6.751) | 71.408 | 21.948 | 3.372 | - | (6.226) | 90.502 |
| Centro de distribuição | | 5.154 | 750 | - | 5.904 | - | 25.764 | 6.432 | (5.912) | 32.188 |
| Edificações | | 5.307 | 4.706 | - | 10.013 | 3.060 | - | (6.432) | - | 6.641 |
| Fundo de comércio | | 64.731 | 5.060 | (2.194) | 67.597 | 2.378 | - | - | (5.804) | 64.171 |
| | | 139.368 | 24.499 | (8.945) | 154.922 | 27.386 | 29.136 | - | (17.942) | 193.502 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Controladora e Consolidado

| | Prazo médio em anos | Saldo inicial em 01/01/19 | | 2019 | | | | | | 2020 | |
|------------------------|---------------------|---------------------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|---------------|---------|----------------|------------------|--|
| | | Adições | Baixas | Adições | Remensurações | Transferências | Baixas | Adições | Baixas | | |
| Depreciação: | | | | | | | | | | | |
| Lojas | 2 a 5 | - | (20.650) | 1.488 | (19.162) | (21.963) | - | - | 2.440 | (38.685) | |
| Centro de distribuição | 10 | - | (2.993) | - | (2.993) | (4.652) | - | - | 1.809 | (5.836) | |
| Edificações | 5 | - | (1.424) | - | (1.424) | (1.974) | - | - | - | (3.398) | |
| Fundo de comércio | 5 | (51.056) | (6.401) | 2.017 | (55.440) | (5.140) | - | - | 4.503 | (56.077) | |
| | | (51.056) | (31.468) | 3.505 | (79.019) | (33.729) | - | - | 8.752 | (103.996) | |
| Saldo Líquido: | | | | | | | | | | | |
| Lojas | | 64.176 | (6.667) | (5.263) | 52.246 | (15) | 3.372 | - | (3.786) | 51.817 | |
| Centro de distribuição | | 5.154 | (2.243) | - | 2.911 | (4.652) | 25.764 | 6.432 | (4.103) | 26.352 | |
| Edificações | | 5.307 | 3.282 | - | 8.589 | 1.086 | - | (6.432) | - | 3.243 | |
| Fundo de comércio | | 13.675 | (1.341) | (177) | 12.157 | (2.762) | - | - | (1.301) | 8.094 | |
| | | 88.312 | (6.969) | (5.440) | 75.903 | (6.343) | 29.136 | - | (9.190) | 89.506 | |

Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. Sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020 não houve alterações em contratos de arrendamentos vigentes. **(b) Passivo de Arrendamento** - Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 81 contratos de locação (73 em 31 de dezembro de 2019) para suas unidades comerciais, industriais e administrativas, os quais foram classificados como arrendamento mercantil operacional. Alguns destes contratos preveem uma despesa de locação variável, incidente sobre as vendas, cujo valor permanece sendo registrado de acordo com a competência da despesa. Para os contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de passivo de arrendamento o valor dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (líquido de impostos), descontados a uma taxa de juros nominal. Na adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2), a taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 7,5% a.a.. Em 2020 a Companhia avaliou a taxa média ponderada de desconto utilizada e para os novos contratos, a taxa média utilizada foi de 4%.

(i) Composição e movimentação

Controladora e Consolidado

| | Saldo inicial em 01/01/19 | | 2019 | | | | 2020 | |
|------------------------|---------------------------|---------------|----------------|--------------------------------|-------------------|----------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| | Adições | Remensurações | Transferências | Pagamento de principal e juros | Juros apropriados | Baixas | 2019 | |
| Lojas | 64.176 | 13.983 | - | - | (23.552) | 4.218 | (5.346) | 53.479 |
| Centro de distribuição | 5.153 | 750 | - | - | (1.738) | 319 | - | 4.484 |
| Edificações | 5.308 | 4.706 | - | - | (2.785) | 291 | - | 7.520 |
| | 74.637 | 19.439 | - | - | (28.075) | 4.828 | (5.346) | 65.483 |
| | | | | | | | | Passivo Circulante: 26.779 |
| | | | | | | | | Passivo não Circulante: 38.704 |
| | | | | | | | | Controladora e Consolidado |
| | 2019 | | 2020 | | | | | |
| | Adições | Remensurações | Transferências | Pagamento de principal e juros | Juros apropriados | Baixas | 2020 | |
| Lojas | 21.948 | 3.372 | - | (24.774) | 3.709 | (4.078) | 53.656 | |
| Centro de distribuição | - | 25.764 | 4.887 | (5.284) | 344 | (4.103) | 26.092 | |
| Edificações | 3.060 | - | (4.887) | (2.091) | 109 | - | 3.711 | |
| | 25.008 | 29.136 | - | (32.149) | 4.162 | (8.181) | 83.459 | |
| | | | | | | | Passivo Circulante: 22.753 | |
| | | | | | | | Passivo não Circulante: 60.706 | |

(ii) Estimativa de liquidação

| | Passivo de arrendamento | | Valor presente dos passivos de arrendamento | | 16. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS | | | |
|--|-------------------------|-----------------|---|--|---------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | Juros | | | | Controladora | | Consolidado | |
| 2021 | 27.387 | (4.799) | 22.588 | | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| 2022 | 21.452 | (3.309) | 18.143 | | 9.427 | 8.003 | 9.427 | 8.003 |
| 2023 | 13.925 | (2.362) | 11.563 | | 13.475 | 14.532 | 13.475 | 14.532 |
| 2024 | 9.017 | (1.853) | 7.164 | | 8.418 | 9.621 | 8.418 | 9.621 |
| 2025 | 5.581 | (1.544) | 4.037 | | 2.728 | 2.857 | 2.728 | 2.857 |
| 2026 em diante | 28.315 | (8.351) | 19.964 | | 1.524 | 1.324 | 1.524 | 1.324 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 105.677 | (22.218) | 83.459 | | 35.572 | 36.337 | 35.572 | 36.337 |

(iii) Informações adicionais - Para a mensuração do passivo de arrendamento a Companhia adotou a taxa de juros nominal. Para fins de divulgação, conforme Ofício Circular da CVM nº 01/2020, mensuramos o valor do passivo de arrendamento utilizando fluxo nominal x taxa nominal. A diferença apurada entre a forma de cálculo para contabilização (fluxo real x taxa nominal) e a forma imposta pela CVM para divulgação (fluxo nominal x taxa nominal) é considerada pela Companhia imaterial. Em 31 de dezembro de 2020, utilizando como base o fluxo de caixa real, o valor do passivo de arrendamento da Companhia seria de R\$ 112.017, com o efeito líquido de R\$ 6.340. Na adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 R (2) a Companhia entendeu que o valor utilizado para a mensuração do passivo de arrendamento deveria ser líquido de impostos (PIS e COFINS). Diante da manifestação da CVM, onde a mesma cita que o valor considerado para cálculo deve ser bruto, a Companhia realizou o levantamento dos valores e considerou a diferença imaterial. A Companhia aplicou para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o expediente prático previsto na Deliberação CVM nº 859 aprovada pela CMV (Comissão de Valores Mobiliários) em 07 de julho de 2020. Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um "Benefício Relacionado à Covid-19 Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento", que atenda aos requisitos do item 46B, é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando esta Norma se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia adotou o expediente prático para todos os contratos que tiveram benefício concedido, sendo 44 contratos de arrendamentos de lojas, com efeito no resultado de R\$ 4.383 reduzindo a despesa no período.

| | 17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS | | | |
|----------------------------------|----------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| ICMS sobre vendas | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| PIS e COFINS | 12.343 | 10.712 | 12.343 | 10.712 |
| Imposto de renda retido na fonte | 9.236 | 9.262 | 9.236 | 9.262 |
| Fundo Protege Goiás | 4.786 | 2.776 | 4.786 | 2.776 |
| Outros | 1.939 | 1.297 | 1.939 | 1.297 |
| | 1.098 | 643 | 1.103 | 647 |
| | 29.402 | 24.690 | 29.407 | 24.694 |

18. INCENTIVOS FISCAIS - A Companhia possui vigente os incentivos fiscais abaixo descritos, para os quais apresentamos os valores registrados no resultado no exercício:

| | Controladora e Consolidado | | | |
|---|----------------------------|----------------|---------------|---------------|
| | Custos dos produtos | | vendidos | |
| | Deduções de vendas | | | |
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Crédito outorgado Lei do Vestuário (GO) (a) | 62.860 | 105.433 | 8.123 | 15.918 |
| Crédito outorgado Atacadista (GO) (b) | 1.898 | 1.356 | 199 | 173 |
| Produzir (c) | 13.070 | 5.262 | - | - |
| PROADI - RN (d) | - | - | - | 855 |
| PROEDI - RN (e) | - | - | 1.815 | 1.920 |
| TTD - Tratamento Tributário | | | | |
| Diferenciado (SC) (f) | 5.366 | 10.165 | 1.274 | 958 |
| Crédito Presumido Internet (SC) (g) | 5.104 | 4.608 | - | - |
| | 88.298 | 126.824 | 11.411 | 19.824 |

(a) **Crédito outorgado Lei do Vestuário (GO)**, concede aos estabelecimentos industriais fabricantes de vestuário e para seus estabelecimentos atacadistas um crédito presumido de 12% sobre o valor das operações interestaduais (vendas e transferências) e de 10% sobre o valor das operações no Estado de Goiás, com artigos de fabricação própria, se destinados à comercialização ou industrialização. Tal crédito é condicionado à vedação do aproveitamento de créditos de ICMS sobre as entradas de matérias primas e insumos consumidos no processo produtivo, bem como à contribuição para o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS, no montante de 15% aplicado sobre a diferença entre o valor do imposto apurado com aplicação da tributação integral e o apurado com a utilização de benefício fiscal. O

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2032, conforme estabelecido por Lei Complementar. (b) Crédito outorgado Atacadista (GO), concede aos estabelecimentos atacadistas um crédito presumido de 3% sobre o valor das operações interestaduais (vendas e transferências) de mercadorias adquiridas para revenda, destinadas à comercialização ou industrialização. Tal crédito é condicionado à contribuição para o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS, no montante de 15% aplicado sobre a diferença entre o valor do imposto apurado com aplicação da tributação integral e o apurado com a utilização de benefício fiscal. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido por Lei Complementar. (c) Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR), destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de São Luís de Montes Belos-GO. A parcela a ser liberada é utilizada por meio de dedução do pagamento do ICMS devido no mês, sendo que do valor do imposto a recolher relativo às atividades incentivadas, 2% são pagos e 98% constituem o valor do benefício. De cada parcela liberada são feitas duas contribuições para o Fundo do PROTEGE, uma contribuição de 4% estabelecida pelo contrato de concessão do incentivo e outra introduzida pelo Decreto nº 9433/19, sendo de a partir de outubro de 2020 a alíquota de 10%. Além do Protege, são contribuídos, a taxa de antecipação FUNPRODUZIR, com alíquota de 5% sobre o valor do benefício. As principais obrigações da Companhia pela utilização do benefício compreendem a realização de investimentos em sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, que estão sendo devidamente cumpridas. Pela fruição do benefício, a Companhia ofereceu bens do ativo imobilizado como garantias hipotecárias, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.103, composto por imóveis da Cia. Hering. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2032, conforme estabelecido por Lei Complementar. (d) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI) destinado a formação do ativo circulante da unidade situada no município de Parnamirim. Pelo contrato firmado, o prazo de fruição do incentivo é de 360 meses, iniciou em outubro de 2001 e finda em 2031. Os encargos de financiamento consistem em juros de 3% a.a. e atualização monetária conforme variação da TR. Não há valor limite neste benefício. O valor da parcela liberada corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido no mês, e 1% deste montante liberado é quitado integralmente com um prazo de carência de 60 dias. Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia. Este programa foi encerrado em julho de 2019, passando a vigorar, em agosto de 2019, o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI). (e) Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI), a partir de agosto de 2019, sendo extinto o PROADI, a Companhia passou a utilizar o benefício do PROEDI, que consiste no crédito presumido de ICMS de 76,5%, até 31 de dezembro de 2032. Como contrapartida a utilização deste benefício a Companhia irá contribuir com o percentual de 0,5% ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDET), e 2,5% para o Fundo de Desenvolvimento Comercial e Industrial do Rio Grande do Norte (FDCI). Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações foram devidamente cumpridas pela Companhia. (f) TTD - Tratamento Tributário Diferenciado (SC) para as operações (vendas e transferências) com artigos importados destinados à revenda, que concede crédito presumido de ICMS de 3% sobre o valor das operações interestaduais, de 3% sobre o valor das operações internas destinadas a empresas com regime de apuração normal do ICMS, em que há o destaque do ICMS de 4%, e de 13,4% sobre o valor das operações internas destinadas a empresas optantes do Simples Nacional, em que há o destaque do ICMS de 17%. Tal crédito é condicionado à vedação do aproveitamento de créditos de ICMS pelas entradas, bem como à contribuição de 0,4% sobre o valor das vendas alcançadas pelo benefício para o Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL e para o Fundo de Apoio à Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior. Outras obrigações compreendem o recolhimento pontual dos tributos e controles específicos das movimentações das mercadorias importadas e revendidas, para fins de comprovação do crédito utilizado. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2025, conforme estabelecido por Lei Complementar.

(g) Crédito Presumido Internet (SC), concede, nas vendas interestaduais diretas a consumidor final, realizadas por meio da internet, crédito presumido de ICMS de 10% nas operações com destaque de ICMS de 12%, de 5% nas operações com destaque de ICMS de 7% e de 3% nas operações com destaque de ICMS de 4%. Tal crédito é condicionado à vedação do aproveitamento de créditos de ICMS pelas entradas, bem como à contribuição de 0,4% sobre o valor das vendas alcançadas pelo benefício para o Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido por Lei Complementar. Os incentivos fiscais que a Companhia possui são caracterizados renúncias dos Estados concedentes à tributação e visam o desenvolvimento regional, sendo reconhecidos no mês de competência e contabilizados diretamente no resultado do exercício, na rubrica Deduções da Receita ou Custo dos Produtos Vendidos em contrapartida no passivo em ICMS a recolher. Os referidos incentivos são excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, o que gerou uma redução de R\$ 33.901 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 49.861 em 31 de dezembro de 2019), demonstrado na nota explicativa 33 b. **19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS PASSIVAS, ATIVOS CONTINGENTES E OUTRAS PROVISÕES** - A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. • **Contingências passivas consideradas como perdas prováveis** - Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para riscos, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentado abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

| | Controladora e Consolidado | | | |
|---|-----------------------------------|---------------|-----------------------|---------------|
| | Circulante | | Não Circulante | |
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Provisões para contingências: | | | | |
| Trabalhistas (a) | 3.120 | 2.420 | 7.120 | 7.018 |
| Tributárias (b) | - | - | 2.778 | 2.737 |
| Cíveis (c) | - | - | 3.888 | 2.953 |
| | 3.120 | 2.420 | 13.786 | 12.708 |
| Outras Provisões: | | | | |
| Despesas comerciais (d) | 42.236 | 24.431 | - | - |
| Despesas administrativas (e) | 5.224 | 4.882 | 104 | 104 |
| Provisão para participação nos resultados (f) | 71 | 71 | - | - |
| | 47.531 | 29.384 | 104 | 104 |
| Total | 50.651 | 31.804 | 13.890 | 12.812 |

(a) Trabalhistas - consistem principalmente nos pedidos de representantes e empregados que reconheçam um possível vínculo empregatício e indenizações por acidente de trabalho. Existem também demandas judiciais reclamando o adicional de insalubridade que supostamente teriam direito alguns empregados além de reclamações por responsabilidade solidária da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 12.476 (R\$ 11.574 em 31 de dezembro de 2019), conforme nota explicativa 8. (b) Tributárias - refere-se às discussões judiciais relativas ao INSS maternidade e Taxa coleta de lixo para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante e Auto de infração de IRPJ e CSLL. (c) Cíveis - refere-se à ação indenizatória e reclamações vinculadas às operações normais da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 28 (R\$ 28 em 31 de dezembro de 2019), conforme nota explicativa 8. (d) Provisão para despesas comerciais - trata-se da provisão para o pagamento das comissões a representantes, fretes sobre vendas, aluguéis e provisões referente a campanhas de vendas. (e) Provisão para despesas administrativas - consiste principalmente na provisão para pagamentos de honorários de consultorias e provisão de energia elétrica. (f) Provisão para participação nos resultados - a Companhia concede a todos os empregados bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, acordado no início de cada ano. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve provisão em função do resultado da Companhia não ter sido suficiente para o atingimento das metas estabelecidas. Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no exercício:

| | Controladora e Consolidado | | | | | | | | |
|--|-----------------------------------|----------------|------------------|-------------------|---------------|----------------|--------------------------------|-------------------|---------------|
| | 2018 | Adições | Reversões | Utilização | 2019 | Adições | Depósitos judiciais (*) | Utilização | 2020 |
| Provisões para riscos | | | | | | | | | |
| Trabalhistas | 9.462 | 4.837 | - | (4.861) | 9.438 | 5.154 | - | (4.352) | 10.240 |
| Tributárias | 2.576 | 172 | (11) | - | 2.737 | 8.862 | (8.682) | (139) | 2.778 |
| Cíveis | 4.691 | 746 | - | (2.484) | 2.953 | 2.684 | - | (1.749) | 3.888 |
| | 16.729 | 5.755 | (11) | (7.345) | 15.128 | 16.700 | (8.682) | (6.240) | 16.906 |
| Outras provisões | | | | | | | | | |
| Despesas comerciais | 24.865 | 131.599 | - | (132.033) | 24.431 | 175.225 | - | (157.420) | 42.236 |
| Despesas administrativas | 7.430 | 87.133 | - | (89.577) | 4.986 | 64.438 | - | (64.096) | 5.328 |
| Provisão participação resultados - PPR | 71 | 9.141 | (9.141) | - | 71 | - | - | - | 71 |
| | 32.366 | 227.873 | (9.141) | (221.610) | 29.488 | 239.663 | - | (221.516) | 47.635 |
| Total | 49.095 | 233.628 | (9.152) | (228.955) | 44.616 | 256.363 | (8.682) | (227.756) | 64.541 |

(*) a Companhia ajuizou demandas judiciais contra alguns Estados, buscando a segurança para deixar de ser onerada pelo ICMS Diferencial de Alíquotas nas vendas a consumidores finais, realizando depósitos judiciais, cuja chance de êxito na opinião do escritório que patrocina as medidas é provável.

• **Contingências passivas consideradas como perda possível** - Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões em conformidade com as normas contábeis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributária, trabalhista e cível, totalizando o montante de R\$ 555.337 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 491.605 em 31 de dezembro de 2019). (i) **Tributárias** - Em relação às contingências possíveis de natureza tributárias, a Companhia litiga na esfera administrativa federal, relativo a glosas de crédito e/ou não homologações de contribuições de tributos IPI, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, cujo montante atualizado corresponde a R\$ 65.526 (R\$ 61.208 em 31 de dezembro de 2019) e Autos de Infração de tributos CIDE, IRRF, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias, cujo montante atualizado corresponde a R\$ 38.288 (R\$ 36.737 em 31 de dezembro de 2019). Também litiga na esfera administrativa estadual de Goiás, relativo a tributo ICMS, cujo montante atualizado corresponde a R\$ 24.364 (R\$ 27.553 em 31 de dezembro de 2019). Na esfera judicial contra a União Federal litiga-se em exigências de INSS no montante atualizado de R\$ 40.269 (R\$ 39.567 em 31 de dezembro de 2019, ainda na esfera

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

administrativa), de IRRF no montante atualizado de R\$ 1.494 (não havia saldo em 31 de dezembro de 2019), e PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 165.669 (R\$ 135.362 em 31 de dezembro de 2019, ainda na esfera administrativa) todos estes valores assegurados por Seguro Garantia. Na esfera judicial contra o Estado de Goiás, litiga-se em exigências de ICMS no montante atualizado de R\$ 13.060, (não havia saldo em 31 de dezembro de 2019) valores assegurados por depósitos judiciais. **(ii) Cíveis** - No que tange às contingências cíveis, a Companhia promove contra a Massa Falida do Banco Santos, processo requerendo a declaração de quitação total de dívidas junto ao Banco Santos. Em contrapartida a Massa Falida do Banco Santos promove quatro processos contra a Cia. Hering, que tratam dos Contratos de Limite de Crédito e de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim. Dois processos pleiteiam a revogação de Cartas de quitação vinculadas a estas operações, o terceiro processo tem por pedido a execução do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim. O processo executivo lastreia-se na suposta não liquidação da obrigação assumida no referido Contrato de Financiamento. O valor executado, à época do ajuizamento da execução perfazia R\$ 50.003. A Companhia ofertou tempestivamente os embargos à execução, garantindo o juízo com fiança bancária no montante de R\$ 65.006, contratada junto ao Itaú BBA, cuja substituição foi requerida em petição juntada em 25 de junho de 2018, a fim de que passasse a corresponder ao valor atualizado da dívida, acrescido dos 30% exigidos em lei, conforme determinação judicial. A nova fiança bancária foi contratada junto ao Banco Santander em 04 de junho de 2018, no valor de R\$ 152.321. O quarto processo tem por pedido a condenação da Companhia ao pagamento de dívida advinda do suposto inadimplemento do Contrato de Limite de Crédito (ação monitoria), cujo valor cobrado, à época do ajuizamento da ação perfazia R\$ 26.916. Essa ação encontra-se em fase de cumprimento provisório de sentença, enquanto pendem de julgamento os recursos aos tribunais superiores, que foi recebido com efeito suspensivo. O juízo foi garantido em 29 de setembro de 2020 com seguro garantia judicial, contratado junto à BMG Seguros S.A., correspondente ao valor atualizado da dívida, acrescido dos 30% exigidos em lei. Em razão do início do cumprimento provisório de sentença, o valor da pretensão foi ajustado ao valor do pedido da Massa Falida do Banco Santos. Em resumo, a pretensão total da Massa Falida do Banco Santos, atualizada monetariamente até 31 de dezembro de 2020 resulta em R\$ 231.975 (R\$ 213.698 até 31 de dezembro de 2019). A probabilidade de perda, pela Companhia, é considerada remota para R\$ 146.576 (R\$ 135.971 em 31 de dezembro de 2019) e possível para R\$ 85.399 (R\$ 77.727 em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Trabalhistas - No que tange às contingências trabalhistas a Companhia figura como Ré em duas Ações Cíveis Públicas. Uma proposta pelo Ministério Público do Trabalho no Estado de Goiás relativa a alegadas irregularidades no modelo de contrato de facção da empresa e pretende, dentre outros pedidos o reconhecimento do vínculo de emprego entre a Companhia e todos os trabalhadores atuais e futuros contratados por meio de facções; a responsabilização da Companhia com relação às verbas trabalhistas provenientes destes contratos, com condenação em obrigação de não fazer consistente em se abster de utilizar ou contratar empregados por meio de contrato de facção; alternativamente que seja reconhecida a configuração de grupo econômico industrial entre a Companhia e todas as facções que lhe prestam serviços, reconhecendo-se a responsabilidade solidária da empresa pelo cumprimento de todos os direitos e encargos sociais decorrentes dos contratos de emprego firmados pelas fornecedoras e a condenação da Companhia ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 36.833. Nesta ação, a Companhia apresentou defesa na presente demanda informando em suma, que não há irregularidades nas contratações das facções mencionadas pelo Ministério Público do Trabalho, bem como requerendo a improcedência da demanda. Atualmente o processo aguarda a audiência de instrução que está suspensa em razão da pandemia causada pela COVID-19. Segundo o advogado responsável por representar a Companhia na ação em comento, a probabilidade de perda pela empresa é considerada possível no valor total de R\$ 20.486 (R\$ 19.000 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia foi demandada pelo Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina envolvendo o fechamento da Unidade de Indaial/SC e requerendo pronunciamento jurisdicional para determinar que a empresa se abstenha de realizar dispensas coletivas de empregados sem negociação coletiva prévia, fixação de indenização por danos morais coletivos e tutela provisória de urgência. A Companhia apresentou defesa contestando aspectos formais e materiais da exordial e informando que o número de desligamentos é reduzido proporcionalmente ao número de empregos mantidos pela empresa. Informou também que as demissões ocorridas são motivadas pela necessidade de reestruturação da empresa em face da abrupta queda das vendas a partir de março de 2020 e seus reflexos ocasionados pela pandemia da COVID-19. Em caráter de decisão interlocutória, o Juiz de Primeiro Grau indeferiu o pedido de tutela provisória com base no entendimento consolidado na sessão especializada 2 do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina. O processo se encontra aguardando decurso de prazo das partes quanto ao teor da decisão referida, para posterior inclusão em pauta para realização de audiência de instrução. O risco de perda para a Companhia nesse processo é considerado como possível e avaliado em R\$ 2.073, segundo análise do advogado da empresa. • **Ativos contingentes tributários - (i) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS** - A Companhia possui medida judicial, requerendo o direito de não ser tributada pelo PIS e COFINS sobre o valor do ICMS destacado em suas notas fiscais de saída, do período em que as referidas contribuições eram apuradas no regime cumulativo e desde os 10 (dez) anos anteriores ao protocolo da referida medida (03/2000). Após a não admissão do seu recurso especial pelo TRF4, a União Federal promoveu Agravo em Recurso Especial ao STJ e teve provimento negado em 14 de abril de 2020. Em face da decisão, a União Federal promoveu Agravo Interno, que teve provimento negado em 23 de outubro de 2020. Em 09 de fevereiro de 2021 a Companhia teve a certificação do trânsito julgado, conforme nota explicativa 37. **(ii) Crédito de IPI** - A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado nos autos do processo nº 0000927-93.1994.4.01.3400, que reconheceu seu direito ao crédito prêmio do IPI, oriundo das operações de exportação do período de 24 de janeiro de 1989 a 05 de outubro de 1990, atualmente em fase de cumprimento de sentença, na qual serão definidos os valores (*quantum debeatur*) a receber pela Companhia. A probabilidade de êxito na opinião dos advogados patronos da causa é classificada como provável e o valor bruto atuali-

zado do crédito até 31 de dezembro de 2020 está estimado em R\$ 272.898, valor bruto sem desconto de impostos e honorários jurídicos, podendo sofrer alterações devido ao fato de ainda não ter ocorrido decisão definitiva na fase de cumprimento de sentença. **(iii) Incentivos Fiscais de ICMS - Tributação no IRPJ e na CSLL** - A Companhia possui diversas medidas judiciais buscando o reconhecimento de que as renúncias de ICMS concedidas pelos Estados da Federação com base em legislações estaduais não podem ser tributadas pelo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), por respeito ao princípio constitucional do pacto federativo. Através das Ações Ordinárias nº 5017717-74.2018.404.7205/SC e 5021318-54.2019.404.7205/SC, a Companhia busca a segurança para que seja reconhecido seu direito de não tributar pelo IRPJ e pela CSLL os incentivos fiscais concedidos pela legislação tributária do Estado de Santa Catarina, constantes dos Tratamentos Tributários Diferenciados (TTD) nºs 409 e 410, relativos aos anos calendários de 2013, 2014 e 2015. Ambas as ações possuem sentença concedendo a segurança em favor da Companhia, sendo que a primeira, aguarda definição do acórdão mantendo a sentença favorável à Cia. Hering, e a segunda, já teve acórdão proferido mantendo a sentença favorável à Cia., com parcial provimento à Apelação da União em relação ao cálculo dos juros. Para os presentes processos, a Companhia estima um efeito de crédito tributário na ordem de R\$ 16.970, em valores históricos. • **Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 01/2021 Créditos tributários de PIS e COFINS sobre insumos**: A Companhia após definição pelo STJ no REsp 1.221.170/PR, reavaliou suas despesas dentro do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação a essas despesas no montante de R\$ 7.755 em 2020 e R\$ 29.109 em 2019 (reconhecido em outras receitas e despesas operacionais). Baseado nessa interpretação e na avaliação de seus assessores jurídicos, de que os valores levantados possuem um grau de risco de perda de remoto a possível, não houve constituição de provisão. **20. PARTES RELACIONADAS** - As transações financeiras entre as companhias do grupo e a remuneração da administração foram realizadas conforme a seguir: **(a) Operações com pessoal-chave da Administração** - A Companhia provê a seus administradores, benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação, apresentado na linha de benefícios de curto prazo abaixo. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos. Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações da Companhia, conforme nota explicativa 26 a. Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da administração, representado por seu Conselho de administração, comitê de auditoria e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| Honorários da administração | 8.111 | 8.802 | 8.531 | 9.190 |
| Remuneração variável | 3.770 | - | 3.770 | - |
| Benefícios de curto prazo | 1.200 | 1.355 | 1.200 | 1.355 |
| Outros (INSS) | 1.622 | 1.760 | 1.622 | 1.760 |
| Plano baseado em ações | 4.458 | 4.236 | 4.458 | 4.236 |
| | 19.161 | 16.153 | 19.581 | 16.541 |

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de dois anos, admitida a reeleição. **(b) Outras transações com partes relacionadas** - As transações referem-se aos contratos de mútuos com as Controladas, cujo saldo existente em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 2.722 (R\$ 2.219 em 31 de dezembro de 2019). O prazo de vigência destes contratos é indeterminado. Não há incidência de juros. Em 25 de maio de 2011 a Cia. Hering passou a operar com um escritório de representação na cidade de Nanjing na China. Esse escritório tem como objeto a inspeção da qualidade dos produtos importados, bem como a prospecção de novos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2020, o montante gasto com esta operação foi de R\$ 3.206 (R\$ 3.565 em 31 de dezembro de 2019), reconhecido no resultado no grupo de custos. Em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram operações de empréstimos para reformas de franquias relacionadas a Administradores da Companhia. Em 2019 o montante foi de R\$ 1.144. **(c) Vendas para partes relacionadas** - A Companhia realizou operações de vendas para empresas franqueadas relacionadas a alguns Administradores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 estas operações comerciais totalizaram o montante de R\$ 23.493 (R\$ 44.511 em 31 de dezembro de 2019) do qual R\$ 6.392 está registrado no contas a receber em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 9.072 em 31 de dezembro de 2019). As operações comerciais com estas empresas relacionadas são realizadas nas mesmas condições e termos de mercado praticados com os demais clientes franqueados da Companhia. **21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS** - A Companhia patrocina planos de previdência de benefício definido e de contribuição definida para seus funcionários conforme descrito abaixo: **Plano de Previdência Privada** - Os planos de previdência complementar oferecidos aos funcionários são de benefício definido e contribuição definida, atendendo a todos os funcionários da Cia. Hering, que aderirem ao plano. As contribuições mensais da patrocinadora são calculadas com base no salário e contribuição dos participantes, contribuintes ou não. O plano de benefício definido concede aos funcionários contribuintes o direito de receber renda mensal vitalícia (com ou sem período garantido de 5 anos) após aposentado. Esta opção encontrava-se aberta somente para aqueles empregados inscritos no plano e elegíveis ao benefício de aposentadoria vitalícia até outubro de 2018, quando houve aprovação da alteração do Plano pela Previc que limita o benefício definido a uma parcela de empregados. Em 31 de dezembro de 2020 eram 13 pessoas (19 pessoas em 31 de dezembro de 2019). Aos funcionários não contribuintes é garantido o valor correspondente a até três salários pagos em parcela única, sendo que em 31 de dezembro de 2020 eram 4.672 pessoas (5.693 em 31 de dezembro de 2019). O número de participantes contribuintes do plano de previdência privada (contribuição definida) em 31 de dezembro de 2020 era de 257 pessoas (272 em 31 de dezembro de 2019), tendo contribuído no período com o montante de R\$ 1.012 (R\$ 1.026 em 31 de dezembro de 2019) e a patrocinadora contribuiu com o mesmo montante. A Companhia teve a sua última avaliação atuarial calculada em 31 de dezembro de 2020, cujos efeitos estão apresentados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

| (a) Saldos do plano de pensão - benefício definido | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|----------------|
| | 2020 | 2019 |
| Valor presente das obrigações atuariais | (43.805) | (48.546) |
| Valor justo dos ativos do plano | 37.689 | 42.777 |
| Déficit | (6.116) | (5.769) |

A movimentação do plano de benefício definido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi o reconhecimento de R\$ 596 (R\$ 357 em 31 de dezembro de 2019) na demonstração do resultado, cuja contrapartida foi o passivo de benefícios a empregados.

| (b) Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|---------------|
| | 2020 | 2019 |
| Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro | 48.546 | 40.782 |
| Custos do serviço corrente e juros | 157 | 130 |
| Juros sobre obrigação atuarial | 3.694 | 3.687 |
| (Ganho)/perda atuarial reconhecido em outros resultados abrangentes | (5.174) | 6.950 |
| Benefícios pagos no ano | (3.418) | (3.003) |
| Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro | 43.805 | 48.546 |

| (c) Movimentação no valor presente dos ativos do plano | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|---------------|
| | 2020 | 2019 |
| Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro | 42.777 | 38.283 |
| Retorno esperado dos ativos do plano | 3.255 | 3.460 |
| Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano | (5.176) | 3.774 |
| Contribuições de empregador | 251 | 263 |
| Benefícios pagos pelo plano | (3.418) | (3.003) |
| Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro | 37.689 | 42.777 |

Os ativos do plano estão representados por quotas de participação em fundos. Em 31 de dezembro de 2020 o montante de Instrumentos de patrimônio era de R\$ 37.689, cujo retorno esperado para o exercício seguinte é de R\$ 2.996. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

| (d) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|--------------|
| | 2020 | 2019 |
| Montante acumulado em 1º de janeiro | 4.958 | 2.045 |
| (Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos | (249) | 2.913 |
| Montante acumulado em 31 de dezembro | 4.709 | 4.958 |

Os valores acima são imediatamente incorporados à conta de lucros acumulados, conforme permitido pelo CPC 33 (R1) e IAS19.

| (e) Componentes da despesa/(receita) do plano projetada | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|------------|
| | 2021 | 2020 |
| Custo do serviço corrente bruto (com juros) | 142 | 157 |
| Juros sobre obrigação atuarial | 3.482 | 3.694 |
| Rendimento esperado dos ativos | (2.996) | (3.255) |
| | 628 | 596 |

A Companhia espera contribuir com aproximadamente R\$ 652 com os planos de benefícios definidos durante o exercício de 2021. (f) Histórico dos ajustes pela experiência

| Plano de previdência | Controladora e Consolidado | | | | |
|--|----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 |
| Valor presente das obrigações atuariais | (43.805) | (48.546) | (40.782) | (38.406) | (33.706) |
| Valor justo dos ativos do plano (Déficit) superávit para planos cobertos | <u>37.689</u> | <u>42.777</u> | <u>38.283</u> | <u>37.019</u> | <u>33.552</u> |
| | (6.116) | (5.769) | (2.499) | (1.387) | (154) |
| Ajustes pela experiência nos passivos do plano | <u>5.174</u> | <u>(6.950)</u> | <u>(1.595)</u> | <u>(3.708)</u> | <u>(5.733)</u> |
| Ajustes pela experiência nos ativos do plano | <u>(5.176)</u> | <u>3.774</u> | <u>503</u> | <u>2.258</u> | <u>4.321</u> |

(g) Premissas atuariais - A apuração do ativo e passivo atuarial foi efetuada por meio de cálculos atuariais efetuados por atuário independente seguindo as premissas abaixo: (i) Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial e a despesa (receita) a ser reconhecida

| | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|--------------------------|
| | 2020 | 2019 |
| Taxa de desconto nominal | 7,95% | 7,61% |
| Taxa de aumento nominal do salário | 5,40% | 5,81% |
| Taxa estimada de inflação | 4,00% | 4,40% |
| Taxa de desconto nominal (despesa/receita) | 7,95% | 7,61% |
| Tábua de mortalidade pós-aposentadoria | AT-2000 Suavizada em 10% | AT-2000 Suavizada em 10% |

(ii) Expectativas de vida presumidas na aposentadoria aos 65 anos

| | | |
|---|------|------|
| Aposentados hoje (membro com idade de 65 anos) | 20,4 | 20,4 |
| Aposentados em 25 anos (membro com idade hoje de 40 anos) | 20,4 | 20,4 |

Premissas sobre mortalidade futura são baseadas em estatísticas publicadas e tábuas de mortalidade. As tábuas utilizadas foram: (i) Tábua de mortalidade AT-2000 Suavizada em 10%, (ii) Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas desagravada em 85% e (iii) Tábua de Mortalidade de Inválidos RRB-44(MI). A idade de entrada em aposentadoria considerada é de 55 anos, e que 100% se aposentam na 1ª elegibilidade de aposentadoria antecipada. (h) Análise de sensibilidade - As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2020 que demonstram o efeito no valor presente das obrigações de benefício definido decorrente da variação de meio ponto percentual da taxa de desconto e da variação da expectativa de sobrevida dos participantes em 1 ano, um aumento de R\$ 2.459 e uma redução

de R\$ 2.062 na taxa de desconto, um aumento de R\$ 690 e uma redução de R\$ 1.339 na tabela de mortalidade:

| Impactos nas obrigações do plano de benefício definido | Cenário Base | Cenários Projetados | |
|--|--------------|---------------------|-----------------|
| | | Aumento de 0,5% | Redução de 0,5% |
| Taxa de desconto | 43.805 | 46.264 | 45.867 |
| Taxa de inflação | 43.805 | 43.805 | 43.805 |
| Tabela de mortalidade (+1 -1) | 43.805 | 43.115 | 45.144 |

Média ponderada de obrigação de benefício definido (em anos)

| | | | |
|--|-------|-------|-------|
| | 11,44 | 11,20 | 11,68 |
|--|-------|-------|-------|

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - a) Saldos - Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

| Modalidade | Encargos | | | Controladora e Consolidado | |
|-----------------|------------|------------|-------|----------------------------|----------|
| | anuais | Vencimento | Moeda | 2020 | 2019 |
| Capital de giro | CDI + 4,3% | 2021 | R\$ | 83.930 | - |
| Capital de giro | CDI + 4,8% | 2021 | R\$ | 42.045 | - |
| Capital de giro | CDI + 3,4% | 2021 | R\$ | 40.419 | - |
| Capital de giro | CDI + 3,4% | 2021 | R\$ | 41.573 | - |
| | | | | 207.967 | - |

As captações ocorridas em 2020 não continham custos de transação, não possuem cláusulas restritivas (*covenants* financeiros) e não possuem garantias. Os empréstimos e financiamentos foram captados com o objetivo de mitigar os impactos financeiros do surto do COVID-19. O vencimento será em março e abril de 2021, pagamento em parcela única. O montante de empréstimo tomado foi de R\$ 200.000, sendo reconhecido no período R\$ 9.128 de juros incorridos dos quais R\$ 1.161 foi efetuado pagamento.

| 23. FORNECEDORES | Controladora e Consolidado | |
|------------------------------|----------------------------|----------------|
| | 2020 | 2019 |
| Fornecedores mercado interno | 143.383 | 96.495 |
| Fornecedores mercado externo | 47.182 | 25.374 |
| Risco sacado (i) | 71.025 | 67.365 |
| Ajuste a valor presente | (1.889) | (2.226) |
| | 259.701 | 187.008 |

(i) A Companhia possui junto à instituição financeira convênio de colaboração recíproca em operações de aquisição de crédito "Risco Sacado", que consiste na antecipação por parte dos fornecedores de títulos em aberto, onde o banco antecipa o valor para o fornecedor na data de solicitação e recebe posteriormente na data de vencimento o valor devido pela Companhia. Os custos dessa operação são cobrados do fornecedor pelo banco, a Companhia não incorre em juros ou outros custos. O limite de crédito para essa operação é aprovado em Reunião do Conselho de Administração e não utiliza os demais limites de crédito da Companhia junto ao banco. Sobre esses montantes, assim como para os montantes dos demais fornecedores, registra-se o ajuste a valor presente considerando a taxa e prazos descritos na nota explicativa 3 m. Os termos das operações sob risco sacado não diferem significativamente das operações normais de fornecimento, como por exemplo, em relação aos prazos praticados para pagamento. A decisão de efetuar essa operação é única e exclusivamente do fornecedor que arca com os encargos financeiros da operação. A Administração avalia que não há riscos nessa operação para a Companhia, e mantém o montante registrado na rubrica de fornecedores, por considerar que essa apresentação reflete melhor em essência a operação realizada. 24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - (a) Gerenciamento de riscos - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, ou outros instrumentos financeiros de risco. As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas e monitoradas pelo Conselho de Administração da Companhia. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito - Decorre de a possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. A Companhia possui ainda, contabilizados perdas de créditos esperadas, no montante de R\$ 38.054 (R\$ 24.290 em 31 de dezembro de 2019) representativos de 8,01% do saldo de contas a receber em aberto (5,04% em 31 de dezembro de 2019), para fazer face ao risco de crédito. Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias. (i) Exposição a riscos de créditos - O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

| | Consolidado | |
|-------------------------------|-------------|---------|
| | 2020 | 2019 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 467.842 | 364.824 |
| Aplicações financeiras | 5.194 | 5.064 |
| Contas a receber de clientes | 474.882 | 482.216 |
| Outras contas a receber | 42.164 | 45.739 |

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

(ii) **Perdas por redução no valor recuperável** - O vencimento do contas a receber na data das demonstrações financeiras era:

| | Consolidado | |
|-------------------------|----------------|----------------|
| | 2020 | 2019 |
| Contas a receber | | |
| À vencer | 424.746 | 435.054 |
| Vencidos: | | |
| De 0 a 30 dias | 2.784 | 7.134 |
| De 31 a 90 dias | 2.070 | 5.393 |
| De 91 a 180 dias | 3.493 | 6.313 |
| De 181 a 360 dias | 11.701 | 6.315 |
| Acima de 360 dias | 30.088 | 22.007 |
| | 474.882 | 482.216 |

O movimento de perdas por créditos esperadas em relação aos recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

| | Consolidado | |
|------------------------------|-----------------|-----------------|
| | 2020 | 2019 |
| Saldo no início do exercício | (24.290) | (20.593) |
| Adições | (20.398) | (12.197) |
| Baixas | 6.634 | 8.500 |
| Saldo no final do exercício | (38.054) | (24.290) |

A Companhia avalia a necessidade da provisão de perdas com créditos esperadas através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para as contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia efetuou a análise em sua carteira de recebíveis, considerando o cenário de incertezas econômicas desencadeado pela pandemia do COVID-19 e considera que a provisão contabilizada é suficiente. Com o objetivo de garantir a sustentabilidade e apoiar sua rede de clientes e franqueados, a Companhia efetuou a prorrogação de títulos com vencimento em março, abril e maio (sem encargos financeiros), implementou durante o mês de maio e setembro um plano de parcelamento, e acompanham a situação de recebimento dos clientes efetuando renegociações pontuais conforme necessário, além de acompanhar e comunicar aos clientes as medidas de apoio governamental que visam a sustentabilidade das operações. As prorrogações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 representam o montante de R\$ 34.797. A despesa com a constituição da provisão de perdas com créditos esperadas foi registrada na rubrica "Perdas pela não recuperabilidade de Ativos de não a receber" na demonstração do resultado do exercício.

(iii) **Garantias** - A Companhia não mantém nenhuma garantia em atraso. • **Risco de liquidez** - Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2020, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir, demonstra o prazo de vencimento esperado para os ativos e passivos financeiros, contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2020:

| | Taxa média de juros a.m. | Consolidado | | | | | | Total |
|--------------------------------------|--------------------------|----------------|---------------|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|
| | | Até 1 mês | 1 a 3 meses | 4 a 12 meses | 1 a 2 anos | 2 a 3 anos | Acima de 3 anos | |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 467.842 | - | - | - | - | - | 467.842 |
| Clientes e outras contas a receber | 0,38% | 96.751 | 222.615 | 125.966 | 3.464 | 117 | 7 | 448.920 |
| Empréstimos e financiamentos | 0,71% | - | - | (217.803) | - | - | - | (217.803) |
| Passivo de arrendamento | 0,57% | (2.434) | (4.785) | (20.167) | (35.377) | (17.411) | (25.503) | (105.677) |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 0,43% | (25.715) | (141.987) | (101.136) | (3.594) | (200) | - | (272.632) |
| | | 536.444 | 75.843 | (213.140) | (35.507) | (17.494) | (25.496) | 320.650 |

• **Risco de mercado** - Decorre da possibilidade do valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O risco de mercado compreende os seguintes tipos de riscos: (i) **Risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações. A Companhia possui os seguintes instrumentos de taxas variáveis:

| | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|
| | 2020 | 2019 |
| Aplicações financeiras | 459.485 | 335.848 |
| Aplicações financeiras restritas | 5.194 | 5.064 |
| Instrumentos de taxa variável (Passivos financeiros) | (207.967) | - |
| | 256.712 | 340.912 |

(ii) **Risco de taxa de câmbio** - Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD) e Euro (EUR), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas são em USD e EUR. A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos. A exposição cambial da Companhia está assim representada:

| | Consolidado | |
|--|--------------|---------------|
| | 2020 | 2019 |
| Caixa em moeda estrangeira (nota explicativa 5) | 70 | 3.258 |
| Contas a receber (nota explicativa 7) | 14.859 | 16.523 |
| Fornecedores (nota explicativa 23) | (47.182) | (25.374) |
| Instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa 24 d) | 37.789 | 44.331 |
| | 5.536 | 38.738 |

Os instrumentos financeiros derivativos referentes a contratos futuros de compra ou venda de dólares são utilizados, principalmente, como instrumentos para *hedge* dos fluxos financeiros decorrentes de importações de produto acabado. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha o montante de USD 13.031 (USD 22.697 em 31 de dezembro de 2019) em cartas de crédito referentes a importações contratadas junto aos fornecedores. (iii) **Risco operacional** - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais. (iv) **Outros riscos de preços** - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima. (b) **Instrumentos financeiros - valor justo** - O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

| | Consolidado | | | |
|---|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Custo amortizado: | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | (207.967) | (207.967) | - | - |
| Passivo de arrendamento | (83.459) | (83.459) | (65.483) | (65.483) |
| Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado | (744) | (744) | (36) | (36) |
| Instrumentos financeiros derivativos designados em relações de contabilização de <i>hedge</i> | 81 | 81 | 1.455 | 1.455 |

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas. • Instrumentos financeiros derivativos - Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2. (c) **Gestão de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Dentre as estratégias adotadas pela Companhia, destacam-se: Gestão da Dívida: a Companhia tem como meta a não renovação de empréstimos bancários com juros elevados, focando em operações de financiamento no longo prazo atreladas a investimentos produtivos que apresentem condições de prazo e taxas de juros mais atrativas. Os indicadores de gestão de dívida estão apresentados abaixo:

| | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|
| | 2020 | 2019 |
| Indicadores de gestão de capital | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 467.842 | 364.824 |
| (-) Dívida curto prazo | (207.967) | - |
| Caixa líquido | 259.875 | 364.824 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Em linha com as estratégias de capital de giro e gestão de dívida, a Companhia segue a meta de não renovar empréstimos bancários com juros elevados, o que lhe permite reduzir a dívida e incrementar sua geração de caixa livre. **(d) Análise de sensibilidade - (i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros** - Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros oriundos dos empréstimos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração considerou como cenário provável as taxas anualizadas para o exercício referência. O rendimento das aplicações financeiras e despesas dos empréstimos foram projetados para os próximos 12 meses.

| Operação | Valores R\$ | Risco | % | Provável | | Possível | | Consolidado | |
|----------------------------|----------------|-----------|------|---------------|------|----------------|------|----------------------|--|
| | | | | Ganho (Perda) | % | Ganho (Perda) | % | Remoto Ganho (Perda) | |
| Aplicações financeiras (i) | 464.679 | Baixa CDI | 2,75 | - | 2,06 | (3.195) | 1,38 | (6.389) | |
| Capital de giro (ii) | (207.967) | Baixa CDI | 2,75 | - | 3,44 | 1.430 | 4,13 | 2.860 | |
| | 256.712 | | | | | (1.765) | | (3.529) | |

(i) Saldo em 31 de dezembro de 2020 de aplicações em CDB e Operações compromissadas classificadas em caixa e equivalência de caixa e não circulante sujeitas a variação do CDI.

(ii) Saldo em 31 de dezembro de 2020 de empréstimos obtidos de curto prazo, sujeitos à variação do CDI.

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio - A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira, principalmente o dólar-americano (USD) no balanço de 31 de dezembro de 2020 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas informações contábeis. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

| Operação | Saldo 2020 R\$ | Valor Notional 2020 USD | Provável | | Possível | | Remoto | |
|---------------------------------------|----------------|-------------------------|----------|----------|---------------|----------|---------------|--|
| | | | Taxa USD | Taxa USD | Ganho (Perda) | Taxa USD | Ganho (Perda) | |
| Caixa em moeda estrangeira | 70 | - | 5,6401 | 7,0501 | 18 | 8,4602 | 35 | |
| Contas a receber | 14.859 | - | 5,6401 | 7,0501 | 3.715 | 8,4602 | 7.430 | |
| Fornecedores | (47.182) | - | 5,6401 | 7,0501 | (11.796) | 8,4602 | (23.591) | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 37.789 | 6.700 | 5,6401 | 7,0501 | 9.447 | 8,4602 | 18.894 | |
| Exposição de ganhos e perdas líquidos | 5.536 | 6.700 | | | 1.384 | | 2.768 | |

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia suas aplicações financeiras e seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em aberto em 31 de dezembro de 2020, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de risco "provável" das tabelas acima. **(e) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para *hedge* dos fluxos financeiros decorrentes de importações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos. As operações designadas como "*hedge accounting*", cujo objeto está relacionado às importações e compras futuras de mercadoria para revenda em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia é o *hedge* de fluxo de caixa ("*cashflow hedge*"). Essas operações de derivativos são contabilizadas no balanço da Companhia pelo seu valor justo e a parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado no momento em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica em que tal item é reconhecido. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva ou não designada são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Em 31 de dezembro de 2020, as operações de derivativos (NDF - *Non Deliverable Forward*) mantidas pela Companhia designadas para "*hedge accounting*" foram contratadas, nos seguintes montantes e condições:

| Data da contratação | Data de vencimento | Valor lastreado USD mil | Cotação alvo média | Valor justo em aberto | Reconhecido em | | |
|---------------------|--------------------|-------------------------|--------------------|-----------------------|-------------------------------|-----------------------|----------------------|
| | | | | | Outros resultados abrangentes | Resultado operacional | Resultado financeiro |
| 11/11/2020 | 01/01/2021 | 1.900 | 5,4227 | (460) | - | (18) | (442) |
| 18/11/2020 | 01/02/2021 | 1.650 | 5,3265 | (236) | (3) | - | (233) |
| 02/12/2020 | 01/03/2021 | 1.150 | 5,2485 | (69) | (18) | - | (51) |
| 08/12/2020 | 01/04/2021 | 1.000 | 5,1390 | 54 | 54 | - | - |
| 08/12/2020 | 01/05/2021 | 1.000 | 5,1500 | 48 | 48 | - | - |
| | | 6.700 | | (663) | 81 | (18) | (726) |

As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 somaram um Montante de USD 23.100 (cujas mercadorias foram vendidas), gerando um valor que representou um ganho de R\$ 12.233 para a Companhia, dos quais R\$ 3.659 (receita R\$ 3.308 em 2020 e receita de R\$ 351 em 2019) foi reconhecido como ganho em Resultado Operacional e R\$ 8.574 (receita de R\$ 8.962 em 2020 e perda de R\$ 388 em 2019) reconhecido como receita em resultado financeiro. Em 31 de dezembro de 2019, as operações de derivativos (NDF - *Non Deliverable Forward*) mantidas pela Companhia designadas para "*hedge accounting*" foram contratadas, nos seguintes montantes e condições:

| Data da contratação | Data de vencimento | Valor lastreado USD mil | Cotação alvo média | Valor justo em aberto | Reconhecido em | | |
|---------------------|--------------------|-------------------------|--------------------|-----------------------|-------------------------------|-----------------------|----------------------|
| | | | | | Outros resultados abrangentes | Resultado operacional | Resultado financeiro |
| 12/07/2019 | 02/01/2020 | 1.000 | 3,7912 | 239 | 181 | 48 | 10 |
| 12/07/2019 | 03/02/2020 | 3.800 | 3,7989 | 846 | 940 | 303 | (397) |
| 12/07/2019 | 02/03/2020 | 1.700 | 3,8075 | 370 | 370 | - | - |
| 24/10/2019 | 01/04/2020 | 3.000 | 4,0419 | (25) | (25) | - | - |
| 24/10/2019 | 04/05/2020 | 1.500 | 4,0455 | (11) | (11) | - | - |
| | | 11.000 | | 1.419 | 1.455 | 351 | (387) |

As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 somaram um Montante de USD 23.450 (cujas mercadorias foram vendidas), gerando um valor que representou uma perda de R\$ 147 para a Companhia, dos quais R\$ 1.212 (despesa R\$ 1.223 em 2019 e receita de R\$ 11 em 2018) foi reconhecido como perda em Resultado Operacional e R\$ 1.065 (receita de R\$ 289 em 2019 e receita de R\$ 776 em 2018) reconhecido como receita em resultado financeiro. **25. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS - (a) Capital social** - O capital social autorizado é composto por 350.000.000 ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, o capital subscrito e integralizado é composto por 162.533.937 ações ordinárias (incluindo as 3.857.581 ações mantidas em tesouraria) distribuídas entre os seguintes acionistas (acima de 5%):

| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
|---|--------------------|---------------|--------------------|-------------|
| Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda. | 16.703.535 | 10,3% | 16.211.835 | 10,0% |
| Ivo Hering | 11.768.370 | 7,2% | 11.768.370 | 7,2% |
| Investimento e Participação INPASA S.A. | 11.122.345 | 6,8% | 11.964.724 | 7,4% |
| Verde Asset | 9.188.874 | 5,7% | 8.217.325 | 5,0% |
| Velt Partners | 8.931.998 | 5,5% | - | - |
| Outros | 104.818.815 | 64,5% | 114.371.683 | 70,4% |
| | 162.533.937 | 100,0% | 162.533.937 | 100% |

(b) Ações em tesouraria - As ações adquiridas pela Companhia são mantidas em tesouraria para fazer frente ao "Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia" e "Plano de Ações Restritas", ou para posterior cancelamento ou alienação. Os programas de recompra de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia são aprovados pelo Conselho de Administração.

O total de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2020 é de 3.857.581, conforme movimentação apresentada na tabela abaixo:

| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | Limite de recompra de ações no Plano | Quantidade de ações adquiridas | Preço médio | |
|--|--------------------------------------|--------------------------------|---------------|--------------|
| | | | Valor | Preço médio |
| Programa de recompra 05 de fevereiro de 2020 | 1.490 | 1.490 | 27.692 | 18,52 |
| Programa de recompra 16 de março de 2020 | 835 | 835 | 12.702 | 15,32 |
| Programa de recompra 18 de agosto de 2020 | 5.000 | 1.424 | 25.023 | 17,57 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | | 3.857 | 66.968 | 17,36 |

(c) Reserva de capital - Opções de compra de ações outorgadas conforme descritos na nota explicativa 26 são registrados como reservas de capital. **(d) Reservas de lucros - Legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

| | |
|---|----------------|
| Lucro líquido do exercício | 342.969 |
| Reserva legal 5% (não excederá 20% do Capital Social) | 17.148 |
| Excedente reserva legal | (874) |
| Constituição reserva legal 2020 | 16.274 |

• Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Em 2020 foi constituída reserva no montante de R\$ 240.088. Em 2019 parte do saldo desta reserva foi utilizada para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio. • **Outras reservas de lucros** - **Incentivos fiscais** - Referem-se aos montantes apurados de incentivos fiscais recebidos para investimentos (nota explicativa 18) e incentivos de redução do IRPJ conforme segue:

| | 2020 | 2019 |
|--|----------------|----------------|
| Lei do Vestuário - GO | 681.803 | 681.803 |
| Pró-Emprego - SC | 59.264 | 59.264 |
| Proadi - RN | 69.234 | 69.234 |
| Proedi - RN | 1.920 | 1.920 |
| Fomentar - GO | 31.750 | 31.750 |
| Lucro Exploração IRPJ | 29.526 | 29.526 |
| Crédito Presumido Importados/Internet - SC | 46.361 | 46.361 |
| Produzir - GO | 11.824 | 11.824 |
| Crédito Atacadista - GO | 5.899 | 5.899 |
| Redução Reinvestimento IRPJ | 6 | 6 |
| | 937.587 | 937.587 |

(e) **Remuneração aos acionistas** - **Juros sobre capital próprio** - A Companhia calcula juros sobre o capital próprio de acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95. **Dividendos** - O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 195-A e artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

| | 2020 | 2019 |
|--|----------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício | 342.969 | 342.969 |
| Reserva legal 5% (não excederá 20% do Capital Social) | (16.274) | (16.274) |
| Base de cálculo - Dividendos | 326.695 | 326.695 |
| Dividendos mínimos obrigatórios (25%) | 81.674 | 81.674 |
| Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - pagos antecipadamente em 2020 | 70.330 | 70.330 |
| (-) IRRF sobre juros sobre capital próprio | (5.298) | (5.298) |
| Complemento para dividendo mínimo obrigatório | 16.642 | 16.642 |
| Total distribuído aos acionistas, líquido de imposto de renda | 81.674 | 81.674 |
| (+) IRRF sobre juros sobre capital próprio | 5.298 | 5.298 |
| Total distribuído aos acionistas, bruto | 86.972 | 86.972 |

A deliberação dos dividendos e juros sobre capital próprio é efetuada pelo Conselho de Administração, conforme previsto no Estatuto da Companhia. Os dividendos e juros sobre capital próprio foram distribuídos conforme demonstrado a seguir:

| | Valor total | Quantidade de ações na data | Montante por ação (R\$) | Aprovado em | Pago em |
|-------------------------------|---------------|-----------------------------|-------------------------|-------------|------------|
| Proventos | | | | | |
| Juros sobre o Capital Próprio | 35.342 | 162.533.937 | 0,2196 | 30/06/2020 | 30/11/2020 |
| Juros sobre o Capital Próprio | 18.295 | 162.533.937 | 0,1153 | 10/12/2020 | 29/12/2020 |
| Dividendos | 16.693 | 162.533.937 | 0,1052 | 10/12/2020 | 29/12/2020 |
| | 70.330 | | | | |
| Dividendos Complementares (i) | 16.642 | | | | |
| | 86.972 | | | | |

(i) Complemento para dividendo mínimo obrigatório, cuja data de pagamento será definida e aprovada em Assembleia Geral.

(f) **Ajuste de avaliação patrimonial** - O saldo é representado pelo efeito da contabilização de benefícios a empregados do Plano de Previdência Privada HeringPrevi (nota explicativa 21), instrumentos financeiros derivativos designados como *Hedge Accounting* (nota explicativa 24) e correção monetária dos ativos imobilizados. **26. PLANO BASEADO EM AÇÕES E PLANO DE AÇÕES RESTRITAS** - (a) **Programa de stock options** - Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía dois Planos de Opção de Compra de Ações em aberto, sendo um aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008 (Plano 2008), e um novo Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 04 de dezembro de 2017 (Plano 2017). A aprovação dos programas de outorgas de ações no âmbito de cada plano é efetuada pelo Conselho de Administração da Companhia. A data de aprovação, a quantidade de ações outorgadas por programa e o preço de exercício por ação, estão divulgados abaixo:

| | Plano de Opção de Compra de Ações | | | | | |
|--------------------------------|-----------------------------------|-----------|-----------|------------|-----------|----------|
| | Plano 2008 | | | Plano 2017 | | |
| | 8º | 9º | 10º | 1º | 2º | 3º |
| Data de aprovação | 21/05/14 | 29/07/15 | 24/05/16 | 13/12/17 | 29/08/18 | 08/05/19 |
| Quantidade de ações outorgadas | 953.850 | 1.335.112 | 1.226.445 | 701.541 | 1.181.229 | 594.903 |
| Preço de exercício - R\$/ação | 25,05 | 12,64 | 14,25 | 26,50 | 16,16 | 29,73 |

Os programas preveem que as opções outorgadas aos beneficiários eleitos somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições (*vesting condition*): (a) até 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção a partir do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (b) até 50% (cinquenta por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (c) até 75% (setenta e cinco por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; e (d) até 100% (cem por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do quarto ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário. O exercício das opções somente poderá ocorrer desde que se verifique a continuidade da relação jurídica entre o Beneficiário e a Companhia ou com qualquer de suas controladas ou coligadas, até a data do efetivo exercício das opções. Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário poderá exercê-la a qualquer tempo, até o término do prazo de sete anos contados da data de outorga de tal opção. Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. O exercício de opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A Administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração. Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado por empresa terceirizada especializada neste tipo de cálculo que utilizou o modelo Binomial para o 8º ao 10º programa do Plano de 2008 e para 1º ao 3º programa do Plano de 2017 (utilizou-se esse método, pois esse permite adequadamente a inclusão de premissas como exercício antecipado, expiração por perda do vínculo e outras características). O valor justo das opções na data da outorga está apresentado na linha Preço total na tabela abaixo e consideram as seguintes premissas para precificação:

| | Plano de Opção de Compra de Ações | | | | | | |
|--------------------------|-----------------------------------|-----------|-----------|------------|-----------|----------|----------|
| | Plano 2008 | | | Plano 2017 | | | |
| | 8º | 9º | 10º | 1º | 2º | 3º | |
| Data da avaliação | 21/05/14 | 29/07/15 | 24/05/16 | 13/12/17 | 29/08/18 | 08/05/19 | |
| Quantidade de ações | 953.850 | 1.335.112 | 1.226.445 | 701.541 | 1.181.229 | 594.903 | |
| Preço de exercício | 25,05 | 12,64 | 14,25 | 26,50 | 16,16 | 29,73 | R\$/ação |
| Preço de fechamento | 21,79 | 11,64 | 13,08 | 26,21 | 16,74 | 31,75 | R\$/ação |
| Volatilidade ao dia | 2,19% | 2,75% | 2,49% | 2,67% | 2,67% | 2,67% | |
| Volatilidade ao ano | 34,63% | 43,71% | 39,50% | 37,44% | 37,43% | 37,65% | |
| Dividendos esperados | 5,10% | 5,50% | 5,50% | 4,70% | 5,40% | 3,17% | a.a. |
| Taxa de desligamento (*) | 1,10% | 5,00% | 14,29% | - | - | - | a.a. |
| Taxa de desligamento (*) | - | 15,00% | 13,64% | - | - | - | a.a. |
| Market to Strike Ratio | 2,25 | 2,25 | 2,24 | 2,09 | 2,09 | 2,09 | |
| Cupom de IPCA (**) | 6,16% | 6,65% | 6,13% | 5,12% | 5,70% | 4,19% | a.a. |
| Prazo total | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | anos |
| Preço unitário da opção | 5,38 | 3,30 | 2,90 | 7,96 | 5,15 | 11,37 | R\$/ação |
| Preço total | 5.128 | 4.404 | 3.561 | 5.585 | 6.083 | 6.764 | R\$ mil |

(*) Taxa de desligamento da Companhia, a partir do 9º e 10º programa é apresentada segregada entre Diretoria e Outros. (**) Taxa de juros livre de risco.

O preço de fechamento da ação da Cia. Hering, negociada sob o código HGTX3, e a taxa de volatilidade, acima informada, para o 8º ao 10º programa do Plano 2008 e 1º ao 3º do Plano de 2017 foram obtidas diretamente do serviço *Bloomberg*. A curva de cupom de IPCA foi obtida do *site* da Bolsa de Mercados e Futuros (BM&F) no campo Dados Históricos, Pesquisas por Pregão, Arquivo "Mercado de Derivativos - Taxas de Mercado para Swaps". O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das *Stock Options*. Os períodos analisados foram:

| | Plano de Opção de Compra de Ações | | | | | |
|-----------------|-----------------------------------|----------|----------|------------|----------|----------|
| | Plano 2008 | | | Plano 2017 | | |
| | 8º | 9º | 10º | 1º | 2º | 3º |
| Data de início | 23/11/11 | 29/07/08 | 26/05/09 | 15/03/10 | 08/12/10 | 03/08/11 |
| Data de término | 21/05/14 | 29/07/15 | 24/05/16 | 04/12/17 | 31/08/18 | 03/05/19 |

(i) **Plano de Opção de Compra de Ações 2008, liquidável em ações (Plano 2008)** - No Plano de Opção de Compra de Ações de 2008 foram emitidos dez programas de opções de ações. As ações outorgadas no primeiro, segundo e terceiro programa de opções de ações, foram integralmente exercidas pelos beneficiários. Observado os prazos de carência estabelecidos nos Programas, cada Opção de Compra outorgada permite ao Beneficiário, definido pelo Conselho de Administração, o direito de subscrever uma ação da Companhia. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2020, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 0,59% (0,72% em 31 de dezembro de 2019). O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções estão demonstradas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

| | 2020 | | 2019 | | Controladora e Consolidado | | | | | | | |
|---|-----------------------------------|---------------------------------------|------------------|---------------------------------------|---|---------------|------------------|---------------|--------------------|---------------|------------------|---------------|
| | Número de opções | Média ponderada do preço de exercício | Número de opções | Média ponderada do preço de exercício | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | | | | |
| Opções em circulação no início do exercício | 1.167.616 | 31,40 | 2.003.224 | 28,51 | | | | | | | | |
| Opções exercidas | - | - | (656.808) | 15,55 | (13.768) | | (33.768) | | | | | |
| Opções canceladas | (215.513) | 54,28 | (178.800) | 68,86 | (13.313) | | (3.224) | | | | | |
| Opções em circulação no final do exercício | <u>952.103</u> | 27,27 | <u>1.167.616</u> | 31,40 | (171.837) | | (229.475) | | | | | |
| Opções exercíveis no final do exercício | 952.103 | 27,27 | 992.648 | 34,05 | (198.918) | | (266.467) | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu no resultado um montante de R\$ 352 (R\$ 1.454 em 31 de dezembro de 2019) referente ao valor justo do plano. (ii) Novo Plano de Opção de Compra de Ações 2017, liquidável em ações (Plano 2017) - Foi aprovado pela Cia. Hering um Novo Plano de Outorga de Opções na Assembleia Extraordinária de 04 de dezembro de 2017. Observado os prazos de carência estabelecidos nos Programas, cada Opção de Compra outorgada permite ao Beneficiário, definido pelo Conselho de Administração, o direito de subscrever uma ação da Companhia. O cálculo do preço de exercício da Opção de Compra a ser pago pelos Beneficiários será definido, nos termos dos Planos de Opções, pela média ponderada por volume das negociações das cotações de fechamento das ações ordinárias da Companhia na B3 Brasil Bolsa Balcão, nos 90 (noventa) pregões anteriores à data de aprovação de cada Programa de Outorga de Opção de Compra pelo Conselho de Administração (Preço de Exercício), cujo preço de exercício será corrigido pelo IPC-A, desde a data de outorga da respectiva Opção de Compra até a data de exercício. As Opções de Compra poderão ser exercidas total ou parcialmente no prazo e período fixado em cada Programa, contados da data de sua aprovação/outorga pelo Conselho de Administração. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2020, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 0,92% (1,22% em 31 de dezembro de 2019). O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções estão demonstradas a seguir: | | | | | Controladora e Consolidado | | | | | | | |
| | 2020 | | 2019 | | 2020 | | 2019 | | | | | |
| | Número de opções | Média ponderada do preço de exercício | Número de opções | Média ponderada do preço de exercício | | | | | | | | |
| Opções em circulação no início do exercício | 1.889.915 | 23,73 | 1.749.797 | 19,99 | | | | | | | | |
| Opções outorgadas | - | - | 594.903 | 29,73 | | | | | | | | |
| Opções exercidas | - | - | (366.745) | 20,18 | | | | | | | | |
| Opções canceladas | (399.154) | 24,52 | (88.040) | 24,51 | | | | | | | | |
| Opções em circulação no final do exercício | <u>1.490.761</u> | 24,80 | <u>1.889.915</u> | 23,73 | | | | | | | | |
| Opções exercíveis no final do exercício | 708.522 | 24,65 | 360.594 | 24,20 | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu no resultado um montante de R\$ 4.607 (R\$ 4.044 em 31 de dezembro de 2019) referente ao valor justo do plano. (b) Plano de ações restritas - Em 29 de julho de 2020, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas para o ano de 2020 (Programa 2020), no âmbito do Plano de Incentivos Atrelado a Ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 04 de dezembro de 2017. O Programa consiste na concessão, por parte da Companhia, de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da Companhia ("Ações Restritas"), de forma gratuita, com valor total equivalente ao valor do incentivo de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração para cada executivo, no momento da outorga das Ações Restritas e posterior transferência de titularidade. O período de carência, "vesting", do Programa será de três anos, contados a partir da assinatura do respectivo contrato de adesão. A Diluição da base acionária da Companhia com a implantação do programa será de até 0,61% do capital social votante. A administração do Plano será de responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia, com assessoria do Comitê de Gestão de Pessoas e da Diretoria de Cultura e Gente. A primeira outorga do Plano de ações restritas foi aprovada em reunião de Conselho de Administração em 29 de julho de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.103 no resultado, referente a despesas do plano de Ações Restritas. | | | | | Controladora | | | | Consolidado | | | |
| | 2020 | | 2019 | | 2020 | | 2019 | | 2020 | | 2019 | |
| | Número de opções | Média ponderada do preço de exercício | Número de opções | Média ponderada do preço de exercício | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | - | - | - | - | 5.861 | 31.733 | 5.861 | 31.733 | 5.861 | 31.733 | 5.861 | 31.733 |
| Outorga 29/07/2020 | | | 562.447 | 14,51 | 150.344 | - | 150.344 | - | 150.344 | - | 150.344 | - |
| Outorga 01/10/2020 | | | 46.772 | 17,06 | 262 | 590 | 262 | 590 | 262 | 590 | 262 | 590 |
| Cancelamento | | | (30.000) | 14,51 | 3.482 | 4.527 | 3.482 | 4.527 | 3.482 | 4.527 | 3.482 | 4.527 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | | | <u>579.219</u> | | <u>159.969</u> | <u>39.419</u> | <u>159.969</u> | <u>39.419</u> | <u>159.969</u> | <u>39.419</u> | <u>159.969</u> | <u>39.419</u> |
| 27. RECEITA OPERACIONAL - A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição: | | | | | | | | | | | | |
| | Controladora e Consolidado | | | | Controladora e Consolidado | | | | | | | |
| | 2020 | | 2019 | | 2020 | | 2019 | | 2020 | | 2019 | |
| | Número de opções | Média ponderada do preço de exercício | Número de opções | Média ponderada do preço de exercício | | | | | | | | |
| Receita de venda mercado interno | | | | | 1.058.355 | | 1.434.645 | | 1.058.355 | | 1.434.645 | |
| Receita de venda em lojas próprias | | | | | 267.627 | | 396.124 | | 267.627 | | 396.124 | |
| Receita de venda mercado externo | | | | | 24.287 | | 42.135 | | 24.287 | | 42.135 | |
| Receita de <i>royalties</i> | | | | | 10.894 | | 18.171 | | 10.894 | | 18.171 | |
| Devoluções | | | | | (88.750) | | (75.449) | | (88.750) | | (75.449) | |
| Receita bruta de vendas | | | | | 1.272.413 | | 1.815.626 | | 1.272.413 | | 1.815.626 | |
| | | | | | Ajuste a valor presente - receita | | | | | | | |
| | | | | | Abatimentos e repasse IBCB | | | | | | | |
| | | | | | Impostos sobre as vendas | | | | | | | |
| | | | | | Deduções da receita | | | | | | | |
| | | | | | Receita líquida | | | | | | | |
| | | | | | 28. CUSTOS DOS BENS OU SERVIÇOS VENDIDOS | | | | | | | |
| | | | | | Matéria prima e material de revenda | | | | | | | |
| | | | | | Salários, encargos e benefícios | | | | | | | |
| | | | | | Depreciação | | | | | | | |
| | | | | | Mão-de-obra terceirizada | | | | | | | |
| | | | | | Energia | | | | | | | |
| | | | | | Outros custos | | | | | | | |
| | | | | | (653.890) | | | | (870.519) | | | |
| A Companhia avaliou a ociosidade de produção para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, devido à paralisação das fábricas provocada pela pandemia do COVID-19, e manteve registrado no custo (não apropriou ao estoque) os valores relativos essa ociosidade decorrente principalmente de salários, encargos, benefícios e ajuda compensatória. | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | 29. DESPESAS COM VENDAS | | | | | | | |
| | | | | | Despesas comissões sobre vendas | | | | | | | |
| | | | | | Despesas fretes sobre vendas | | | | | | | |
| | | | | | Despesas com pessoal | | | | | | | |
| | | | | | Despesas com propaganda e publicidade | | | | | | | |
| | | | | | Despesas com locação de imóveis | | | | | | | |
| | | | | | Despesas com amostras e desenvolvimento de produtos | | | | | | | |
| | | | | | Despesas com viagens e estadias | | | | | | | |
| | | | | | Despesas com serviços de terceiros | | | | | | | |
| | | | | | Outras despesas | | | | | | | |
| | | | | | (278.180) | | | | (359.579) | | | |
| | | | | | 30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS | | | | | | | |
| | | | | | Despesas com pessoal | | | | | | | |
| | | | | | Despesas com serviços de terceiros | | | | | | | |
| | | | | | Despesas com propaganda institucional | | | | | | | |
| | | | | | Despesas com serviços de TI | | | | | | | |
| | | | | | Despesas com viagens | | | | | | | |
| | | | | | Outras despesas | | | | | | | |
| | | | | | (43.537) | | | | (51.778) | | | |
| | | | | | 31. OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS | | | | | | | |
| | | | | | Outras receitas operacionais | | | | | | | |
| | | | | | Créditos tributários | | | | | | | |
| | | | | | Crédito judicial de PIS e COFINS (i) | | | | | | | |
| | | | | | Indenização recebida de sinistro | | | | | | | |
| | | | | | Receita de venda de imobilizado, intangível | | | | | | | |
| | | | | | Outras | | | | | | | |
| | | | | | 159.969 | | | | 39.419 | | | |
| | | | | | Outras despesas operacionais | | | | | | | |
| | | | | | Constituições de provisões trabalhistas e cíveis | | | | | | | |
| | | | | | Plano por opções de ações | | | | | | | |
| | | | | | Avaliação atuarial de previdência | | | | | | | |
| | | | | | Custo referente baixa de imobilizado/ intangível | | | | | | | |
| | | | | | Indenizações trabalhista | | | | | | | |
| | | | | | Fundo Protege Goiás | | | | | | | |
| | | | | | Indenização representantes | | | | | | | |
| | | | | | Prêmio Acelera 2020 | | | | | | | |
| | | | | | Provisão pela não recuperabilidade de ativo imobilizado | | | | | | | |
| | | | | | Perda de créditos de impostos não recuperáveis | | | | | | | |
| | | | | | Provisão não recebimento indenização sinistro | | | | | | | |
| | | | | | Perda outros créditos não recebíveis | | | | | | | |
| | | | | | Honorários crédito judicial IRPJ/CSLL (ii) | | | | | | | |
| | | | | | Outras | | | | | | | |
| | | | | | (93.143) | | | | (54.669) | | | |
| | | | | | 66.826 | | | | (15.250) | | | |
| | | | | | Outras receitas e despesas operacionais líquidas | | | | | | | |
| | | | | | 66.826 | | | | (15.250) | | | |
| | | | | | 66.801 | | | | (15.272) | | | |
| (i) Conforme nota explicativa 10 e. (ii) Conforme nota explicativa 10 g. | | | | | | | | | | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

| 32. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO | Controladora | | Consolidado | | 34. RESULTADO POR AÇÃO - (a) Lucro básico por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela companhia e mantidas como ações em tesouraria. | Consolidado | |
|---|----------------------------|-----------------|------------------|-----------------|--|-------------|------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | | 2020 | 2019 |
| Receitas financeiras | | | | | | | |
| Juros sobre operações financeiras | 12.546 | 18.841 | 12.546 | 18.841 | | | |
| Ajuste a valor presente | 17.873 | 34.451 | 17.873 | 34.451 | | | |
| Juros recebidos e renegociados | 6.270 | 8.681 | 6.270 | 8.681 | | | |
| Atualização crédito judicial de PIS e COFINS (i) | 117.416 | - | 117.416 | - | | | |
| Atualização crédito judicial de IRPJ e CSLL (ii) | 78.227 | - | 78.227 | - | | | |
| Receitas com derivativos | 8.235 | - | 8.235 | - | | | |
| Variação cambial ativa - diversos | - | - | 287 | - | | | |
| Variação cambial ativa de clientes | 3.613 | 208 | 3.613 | 208 | | | |
| Outras receitas | 1.291 | 6.200 | 1.382 | 6.269 | | | |
| | 245.471 | 68.381 | 245.849 | 68.450 | | | |
| Despesas financeiras | | | | | | | |
| Juros sobre operações financeiras | (9.128) | - | (9.128) | - | | | |
| Ajuste a valor presente | (9.843) | (19.359) | (9.843) | (19.359) | | | |
| Atualização provisões para riscos | (550) | (560) | (550) | (560) | | | |
| Juros arrendamento (nota explicativa 15) | (4.162) | (4.828) | (4.162) | (4.828) | | | |
| Tarifas bancárias e comissões | (11.156) | (4.825) | (11.156) | (4.825) | | | |
| PIS e COFINS sobre atualização crédito judicial de PIS e COFINS (i) | (5.372) | - | (5.372) | - | | | |
| PIS e COFINS sobre atualização crédito judicial de IRPJ e CSLL (ii) | (3.637) | - | (3.637) | - | | | |
| Variação cambial passiva diversas | (296) | (88) | - | (6) | | | |
| Variação cambial passiva de conta corrente | (14) | (255) | - | (255) | | | |
| Variação cambial passiva de fornecedores | (12.957) | (3.368) | (12.957) | (3.368) | | | |
| Outras despesas | (5.597) | (2.552) | (5.601) | (2.555) | | | |
| | (62.712) | (35.835) | (62.406) | (35.756) | | | |
| | 182.759 | 32.546 | 183.443 | 32.694 | | | |
| Resultado financeiro líquido | 182.759 | 32.546 | 183.443 | 32.694 | | | |
| (i) Conforme nota explicativa 10 e. (ii) Conforme nota explicativa 10 g. | | | | | | | |
| 33. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | | | | | | |
| (a) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício | | | | | | | |
| | Controladora | | Consolidado | | | | |
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | | | |
| Impostos correntes: | | | | | | | |
| Contribuição social | 19.440 | (612) | 19.440 | (612) | | | |
| Imposto de renda | 51.875 | (2.508) | 51.875 | (2.508) | | | |
| | 71.315 | (3.120) | 71.315 | (3.120) | | | |
| Impostos diferidos: | | | | | | | |
| Contribuição social | 1.880 | 2.423 | 1.880 | 2.423 | | | |
| Imposto de renda | 5.157 | 6.472 | 5.157 | 6.472 | | | |
| | 7.037 | 8.895 | 7.037 | 8.895 | | | |
| (b) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto | | | | | | | |
| | Controladora | | Consolidado | | | | |
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | | | |
| Lucro (prejuízo) líquido antes de impostos | 264.617 | 208.927 | 264.617 | 208.927 | | | |
| Alíquota vigente: | 34% | 34% | 34% | 34% | | | |
| Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente | (89.970) | (71.035) | (89.970) | (71.035) | | | |
| Efeito fiscal das adições e exclusões permanentes: | | | | | | | |
| Incentivos fiscais (nota explicativa 18) | 33.901 | 49.861 | 33.901 | 49.861 | | | |
| Juros sobre capital próprio (nota explicativa 25 e) | 18.237 | 27.596 | 18.237 | 27.596 | | | |
| Incentivos PAT, Lei Rouanet e FIA | 1.192 | - | 1.192 | - | | | |
| Outras (adições) exclusões permanentes | (348) | (647) | (348) | (647) | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | (36.988) | 5.775 | (36.988) | 5.775 | | | |
| Alíquota efetiva | 14% | (3%) | 14% | (3%) | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos de períodos anteriores (i) | 6.352 | - | 6.352 | - | | | |
| Crédito judicial IRPJ e CSLL - exclusão crédito presumido ICMS (i) | 108.988 | - | 108.988 | - | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | 78.352 | 5.775 | 78.352 | 5.775 | | | |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 71.315 | (3.120) | 71.315 | (3.120) | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 7.037 | 8.895 | 7.037 | 8.895 | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | 78.352 | 5.775 | 78.352 | 5.775 | | | |
| (i) Conforme nota explicativa 10 g. | | | | | | | |
| (c) Composição dos impostos diferidos no resultado do exercício | | | | | | | |
| | Controladora e Consolidado | | | | | | |
| | 2020 | 2019 | | | | | |
| Constituição sobre adições temporárias | 7.135 | 395 | | | | | |
| Reversão sobre exclusões temporárias | - | (11) | | | | | |
| Constituição (Reversão) de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa | (202) | 8.116 | | | | | |
| Realização da correção monetária do ativo próprio | 104 | 395 | | | | | |
| | 7.037 | 8.895 | | | | | |
| Lucro atribuível aos acionistas da Companhia | 342.969 | 214.702 | 342.969 | 214.702 | | | |
| Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - milhares | 162.535 | 162.159 | 162.535 | 162.159 | | | |
| Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em tesouraria - milhares | (2.134) | (381) | (2.134) | (381) | | | |
| | 160.401 | 161.778 | 160.401 | 161.778 | | | |
| Lucro básico por ação - R\$ | 2.1382 | 1.3271 | 2.1382 | 1.3271 | | | |
| (b) Lucro diluído por ação - O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se refere à opção de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados as opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações. | | | | | | | |
| Lucro atribuível aos acionistas da Companhia | 342.969 | 214.702 | 342.969 | 214.702 | | | |
| Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares | 160.401 | 161.778 | 160.401 | 161.778 | | | |
| Ajuste por opções de compra de ações - milhares | 2.443 | 3.058 | 2.443 | 3.058 | | | |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares | 162.844 | 164.836 | 162.844 | 164.836 | | | |
| Lucro diluído por ação - R\$ | 2.1061 | 1.3025 | 2.1061 | 1.3025 | | | |
| 35. SEGMENTOS OPERACIONAIS - A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores: | | | | | | | |
| • não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda; | | | | | | | |
| • as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda; | | | | | | | |
| • as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal. | | | | | | | |
| Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Hering e DZARM e Canal: Multimarca, Franquias, Lojas Próprias e <i>Webstore</i>), no entanto, são controlados e gerenciados pela administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada. Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir: | | | | | | | |
| | Controladora | | Consolidado | | | | |
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | | | |
| Marca | | | | | | | |
| Hering | 1.131.637 | | 1.131.637 | | | | |
| DZARM | 63.108 | | 63.108 | | | | |
| Outras (i) | 53.381 | | 53.381 | | | | |
| Receita bruta mercado interno | 1.248.126 | | 1.248.126 | | | | |
| Receita bruta mercado externo | 24.287 | | 24.287 | | | | |
| Receita bruta total | 1.272.413 | | 1.272.413 | | | | |
| (i) No início do 2º trimestre de 2020 a Companhia divulgou que a marca PUC seria encerrada. A marca PUC não representa uma importante linha separada de negócios, e não é parte integrante de plano coordenado para venda. A sua linha de produção foi incorporada pela Hering Kids, desta forma a partir de 30 de junho de 2020 não é mais apresentada como uma marca para efeitos de receita e seu faturamento foi incluso da linha de outras sendo em 31 de dezembro de 2020 um montante de R\$ 31.126 (R\$ 87.916 em 31 de dezembro de 2019). | | | | | | | |
| | Controladora | | Consolidado | | | | |
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | | | |
| Canal | | | | | | | |
| Multimarcas | 452.256 | | 452.256 | | | | |
| Franquias | 369.651 | | 369.651 | | | | |
| Lojas próprias | 234.461 | | 234.461 | | | | |
| <i>Webstore</i> | 181.077 | | 181.077 | | | | |
| Outras (i) | 10.681 | | 10.681 | | | | |
| Receita bruta mercado interno | 1.248.126 | | 1.248.126 | | | | |
| Receita bruta mercado externo | 24.287 | | 24.287 | | | | |
| Receita bruta total | 1.272.413 | | 1.272.413 | | | | |
| (i) Considera a venda de itens de segunda linha e sobras. As receitas líquidas no mercado interno e externo estão apresentadas abaixo: | | | | | | | |
| | Controladora | | Consolidado | | | | |
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | | | |
| Receita bruta mercado interno | 1.248.126 | | 1.248.126 | | | | |
| Receita bruta mercado externo | 24.287 | | 24.287 | | | | |
| Receita bruta | 1.272.413 | | 1.272.413 | | | | |
| Deduções da receita | (198.918) | | (198.918) | | | | |
| Receita líquida | 1.073.495 | | 1.073.495 | | | | |
| A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2020 apenas 2,26% (2,72% em 31 de dezembro | | | | | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

de 2019) do total da receita líquida (saldos da controladora e consolidado). Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% das vendas no mercado interno e externo. **36. COBERTURA DE SEGUROS** - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2020 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 445.494 para danos materiais, R\$ 186.528 para lucros cessantes e R\$ 60.000 para responsabilidade civil. **37. EVENTOS SUBSEQUENTES** - A Companhia obteve em 9 de fevereiro de 2021 a certificação do trânsito em julgado na medida judicial que objetivava a segurança para não ser tributada pelo PIS e pela COFINS sobre o valor do ICMS destacado em suas notas fiscais de saída, no período em que as referidas contribuições eram apuradas no regime cumulativo, conforme nota explicativa 19. Com o trânsito em julgado, a Companhia teve reconhecido seu direito de reaver os valores que estão estimados em R\$ 33 milhões (valores atualizados). O valor confirmado será registrado no resultado da Companhia no 1º trimestre de 2021, e será levantado futuramente pela Companhia pela via da compensação ou precatório. **38. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES** - Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê") da Cia. Hering ("Companhia") instituído em 29 de abril de 2019, nos termos da legislação vigente, é órgão de assessoramento e vinculado ao Conselho de Administração. As atribuições do Comitê estão estabelecidas no seu Regimento Interno, que dispõe, dentre outras, a supervisão dos sistemas de controles internos, de *compliance*, e de gerenciamento de riscos, das atividades da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, bem como monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais e demonstrações financeiras da Companhia. **ATIVIDADES DO COMITÊ** - Em 2020, o Comitê realizou oito reuniões, em que analisou e apreciou, em especial, as demonstrações financeiras trimestrais e anuais, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, incluindo as atividades abaixo descritas. Nesse período, o Coordenador do Comitê realizou reuniões complementares com diretores e responsáveis pela Auditoria Interna e pelo processamento e elaboração das demonstrações financeiras para obter um entendimento das operações e dos resultados da Companhia. Trimestralmente o Comitê reportou ao Conselho de Administração os resultados das atividades realizadas no período. Foram as seguintes as atividades desenvolvidas pelo Comitê no cumprimento de suas atribuições: a) Auditoria Independente - O Comitê discutiu o plano de auditoria apresentado para o exercício de 2020, bem como a abordagem da auditoria, os exames e procedimentos efetuados e os resultados alcançados, relativos às demonstrações financeiras trimestrais e anuais do exercício de 2020. Também, analisou e discutiu as principais deficiências e recomendações de melhoria apontadas no relatório de controles internos, bem como os respectivos planos de ação das áreas internas para resolução das questões. b) Auditoria Interna - O Comitê revisou a execução do plano de auditoria previsto para 2020, que teve de ser redirecionado para novos trabalhos que foram sendo requeridos em função da Pandemia, com vistas a dar suporte às áreas com maior risco de perdas financeiras. O planejamento para 2021 prevê a retomada dos trabalhos iniciados em 2020 e que não puderam ser completados em razão da Pandemia. Também, estão sendo avaliados processos de melhorias na execução dos trabalhos de auditoria interna. c) Área de *Compliance* - Em 2020 foi concluído o mapeamento de riscos de *compliance*, bem como foram elaboradas as políticas corporativas. O monitoramento da aplicação dos dispositivos legais emitidos durante o período de Pandemia continua sendo executado em 2021. d) Gestão de riscos e controles internos - O plano de mapeamento de riscos e de controles internos foi parcialmente concluído, devido à Pandemia e será retomado em

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas Conselheiros e Administradores da Cia. Hering - Blumenau - SC
Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. Hering (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cia. Hering em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** - Nossa

| DIRETORIA | |
|---------------------------------------|--|
| Fabio Hering | - Diretor Presidente |
| Carolina de Freitas Pires Simões | - Diretora de Expansão e Negócio B2B |
| Fabiola Falanghe Guimarães | - Diretora de Marca e Produto |
| Filipe Lento Brilhante de Albuquerque | - Diretor de Consumidor e Varejo |
| Galeno Augusto Jung | - Diretoria Estratégia, Tecnologia e Inovação |
| Marciel Eder Costa | - Diretor Administrativo e Suprimentos |
| Marcelo Toledo | - Diretor Industrial |
| Marcus Yamamoto | - Diretor Supply Chain |
| Rafael Bossolani | - Diretor de Finanças e de Relações com Investidores |
| Renata Vivan Del Bove | - Diretora de Cultura e Gente |
| Thiago Hering | - Diretor Executivo |

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| | |
|------------------------------|----------------------------------|
| Ivo Hering | - Presidente |
| Fábio Hering | - Conselheiro |
| Andrea Oliveira Mota Baril | - Conselheira |
| Celso Luis Loducca | - Conselheiro |
| Claudia Worms Sciana | - Conselheira |
| Fabio Colletti Barbosa | - Conselheiro |
| Patrick Charles Morin Junior | - Conselheiro |
| Cleonice Ghidolin Destri | - Contadora CRC-SC nº 27.477/O-4 |

2021. e) Segurança da Informação - O Comitê tomou conhecimento do planejamento e ações desenvolvidas para o trabalho em "*home office*". f) Principais demandas judiciais - O Comitê revisitou o andamento das ações relacionadas às principais contingências cíveis e fiscais. g) Partes Relacionadas - O comitê revisou o processo de transações com partes relacionadas. h) LGPD-Lei Geral de Proteção de Dados - O Comitê analisou o projeto de implementação dos requisitos da LGPD, os impactos e as ações desenvolvidas pela Companhia. i) Código de conduta e Canal de denúncias - O Comitê revisou as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Conduta e os relatos registrados no Canal de Ética, bem como as investigações realizadas e as providências adotadas pela Administração. **CONCLUSÕES** - Com base nas atividades desenvolvidas no período e nas informações recebidas da Administração e dos responsáveis pelas áreas de gestão de riscos, controles internos, *compliance*, auditoria interna e dos auditores independentes, o Comitê entende que: a) O sistema de controles internos, gestão de riscos e *compliance* são adequados ao porte e complexidades das operações da companhia, todavia, apesar dos esforços de melhorias, ainda restam deficiências que requerem atenção dos gestores. b) A estrutura e os trabalhos desenvolvidos pela auditoria interna são satisfatórios, mas requerem uma revisão da metodologia e das ferramentas atualmente utilizadas. c) Os serviços prestados pelos auditores independentes são adequados às necessidades da Companhia. d) As práticas contábeis adotadas pela companhia estão em conformidade com as adotadas no Brasil (BRGAAP) e com as normas internacionais (IFRS). **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2020** - Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto em seu Regimento Interno, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do respectivo Relatório da Administração e do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, recomendam ao Conselho de Administração da Companhia a aprovação das referidas demonstrações.

São Paulo, 02 de março de 2021

Comitê de Auditoria

| | |
|------------------------------|----------------------------------|
| Walter Iorio | - Coordenador do Comitê |
| Ivo Hering | - Membro do Conselho e do Comitê |
| Patrick Charles Morin Junior | - Membro do Conselho e do Comitê |

auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

| Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos | |
|--|---|
| Consulte as notas explicativas 3.r e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas | |
| Principal assunto de auditoria | Como nossa auditoria endereçou esse assunto |
| A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ativos fiscais diferidos relativos a prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social, e diferenças temporárias, cuja recuperação está suportada por estudo técnico preparado pela Administração e que consideram estimativas futuras de geração de lucros tributáveis. A preparação desse estudo técnico envolve incertezas relacionadas às premissas | Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as projeções de lucros futuros feitas pela Companhia, assim como as avaliações econômico-financeiras que fundamentaram a expectativa de crescimento da receita, margem de lucro e de rentabilidade da controladora contida nestas projeções. Comparamos o resultado esperado de geração de lucro tributável futuro com o limite do valor registrado como ativo fiscal |

| Principal assunto de auditoria | Como nossa auditoria endereçou esse assunto |
|--|--|
| e macroativos como: crescimento da receita e aumento das margens de lucro, cenário econômico, considerando o desempenho atual e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido às incertezas relacionadas a premissas no processo de determinação das estimativas futuras de geração de lucros tributáveis, e pelo fato de que qualquer mudança relevante nessas premissas pode resultar em um ajuste material nos saldos dos ativos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. | diferido e sua consistência com as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, obtivemos evidências de aprovação do estudo técnico de recuperação dos impostos diferidos ativos pelos órgãos de governança da Companhia. Como resultado dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os ativos fiscais diferidos e as divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. |

| Provisões, ativos e passivos contingentes - tributárias, trabalhistas e cíveis |
|--|
| Consulte as notas explicativas 3.I e 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas |

| Principal assunto de auditoria | Como nossa auditoria endereçou esse assunto |
|---|--|
| A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, que envolvem matérias tributárias, principalmente relacionados à utilização de créditos tributários, e também matérias trabalhistas e cíveis. O reconhecimento de ativos ou de passivos decorrente de ações judiciais e administrativas, ou mesmo da tomada de decisão sobre utilização de créditos tributários, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos, principalmente porque há relevante complexidade na legislação brasileira, posicionamentos antagônicos de órgãos e entidades competentes, e diferentes interpretações sobre o mesmo tema que podem ser igualmente válidas. Devido ao uso de julgamentos significativos sobre o reconhecimento de ativos e passivos decorrentes de ações judiciais e administrativas, e nas tomadas de decisões sobre a utilização de créditos tributários, ou na possibilidade de mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, e o fato de que essas mudanças podem impactar significativamente as divulgações e os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. | Com o apoio dos nossos especialistas legais e tributários, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos critérios e julgamentos utilizados pela Companhia para classificação do risco de perda ou de sucesso das demandas judiciais e administrativas, incluindo a dos créditos tributários, a serem requeridas nas demonstrações financeiras. Avaliamos os critério e julgamentos utilizados para classificação do risco de perda ou de sucesso das demandas judiciais e administrativas, incluindo a avaliação sobre a utilização de créditos tributários, com base nas confirmações externas recebidas dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e nas jurisprudências, pareceres e opiniões legais, quando aplicável. Avaliamos, ainda, se as divulgações em notas explicativas consideram todos os aspectos relevantes. Como resultado dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os registros contábeis de provisões e créditos tributários, assim como suas respectivas divulgações correlatas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. |

Outros assuntos - Demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado - As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 2 de março de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Felipe Brutti da Silva
Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC